

CME.DOAÇÃO

Curso de Mestrado em Economia - CAEN

ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO

RUTH ALVES SIMÕES

BCME-BIBLIOTECA

T331.11423

S616e

T

N.Cham. 1331.11423 S616e T

Autor: Simoes, Ruth Alves.

Título: Ensino superior e mercado de



00988219

Ac. 30312

UFCE - BCME

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 1985

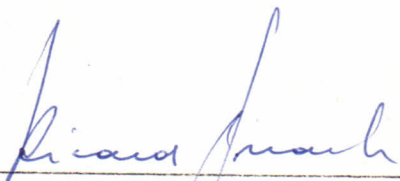
Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.



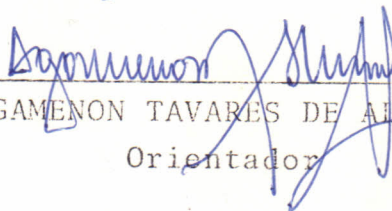
RUTH ALVES SIMÕES

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05 de março de 1985.

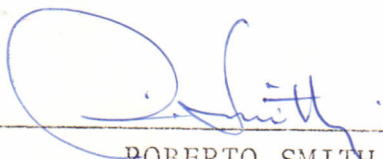


RICARDO REGIS SAUNDERS DUARTE
Coordenador do Curso

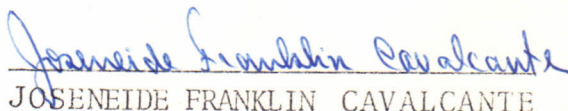
BCME - BIBLIOTECA



AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA
Orientador



ROBERTO SMITH



JOSENEIDE FRANKLIN CAVALCANTE

"A EDUCAÇÃO NÃO CRIA O HOMEM,
AJUDA-O A CRIAR A SI MESMO".

(Debesse)

À Hermínio e Orfila
meus pais

Vários amigos que incentivaram a execução desse trabalho merecem meus agradecimentos.

Em particular, desejo agradecer aqueles que prestaram uma colaboração direta, através da expressão de opiniões e críticas interessadas, da orientação pronta e segura e da solidariedade dos colegas, tanto do CAEN quanto da Coordenadoria de Informática da SESu/MEC. Agradeço, ainda, aqueles cujas atividades de pesquisa, preparação e processamento dos dados estatísticos, de revisão ortográfica e datilografia contribuíram para a elaboração do trabalho.

Aos Professores do CAEN:

Roberto Smith

Agamenon Tavares de Almeida

Joseneide Franklin Cavalcante

Aos Colegas do MEC:

Celia Maria de A. Freire

Clodagh Mary de A. Goggin

Eleonora Francisconi

Fernando Spagnolo

Maria Demaris S. Pilati

Maria Luiza G. Franco Neto

Marilene Maria Augusto

Néviton Otaviano de Almeida

Orlando Pilati

Rosângela Rolim

CAEN - BIBLIOTECA

A acelerada expansão do ensino superior nas décadas de 1960 e 1970, gerou um estoque de mão-de-obra qualificada cujas perspectivas no mercado de trabalho merecem ser avaliadas.

O argumento da escassez de recursos humanos necessários ao desenvolvimento foi utilizado de forma generalizada para justificar o crescimento dos cursos de nível superior. Entretanto, as condições de emprego dos novos profissionais parecem mostrar que o mercado de trabalho apresenta-se pouco dinâmico na geração de postos de trabalho desse nível.

A partir dessas características busca-se avaliar as condições de ocupação dos egressos dos cursos de biologia, medicina, educação e administração, em 27 instituições de ensino superior das regiões sul, sudeste e nordeste, especificamente nos anos de 1972, 1975, 1978 e 1980.

Na parte referente a fundamentação teórica procura-se resumir aspectos da literatura educacional e econômica relevantes ao tema educação e trabalho. O estudo está apoiado na crítica às linhas de pensamento ortodoxo e na utilização de bases teóricas que, por seus pressupostos, refletem condições concretas da estrutura produtiva.

A expansão do ensino superior é avaliada considerando-se as principais características do crescimento ocorrido e as consequências dessa expansão para os novos profissionais.

As informações sobre os egressos são provenientes de pesquisa realizada pela CAPES/MEC. Os dados, assim obtidos, são avaliados através da associação entre as variáveis que definem as condições de ocupação dos egressos, como - o nível de desemprego e desvio ocupacional, a mobilidade ocupacional e o nível de salário - em relação à carreira escolhida, ao tipo de instituição de origem e a região geográfica.

Os resultados mostram que, as melhores condições de ocupação, quanto ao tipo de carreira cursada, estão entre os

egressos do curso de medicina; quanto à instituição de origem, as condições de trabalho mais favoráveis estão entre os egressos da rede pública. Verifica-se ainda, que para esses resultados estão concorrendo as condições de origem social e sexo dos informantes.

Conclui-se que existem diferenciações nas condições de ocupação que não dependem apenas da educação superior em si. A forma como se dá a expansão do ensino superior não contribui para sua democratização; em vez disso, reforça as condições de classe social dos seus postulantes. Essa forma de expansão, que privilegia a privatização e enfatiza áreas de conhecimento não prioritárias, concorre, ainda, para legitimar as hierarquias sociais que normalmente têm prevalecido no mundo do trabalho.

BCME-BIBLIOTECA

ABSTRACT

The rapid expansion of higher education in the 1960s and 1970s decades generated a span of qualified manpower whose perspectives in the labour market need to be evaluated.

The argument of shortage of human resources necessary for the development was generalized to justify the increase and growing of courses of higher education. However, the conditions for employment of the newly graduates show that the labour market appears less dynamic in the production of jobs at this level.

Analyzing these characteristics we try to evaluate the conditions of employment of the egresses of the courses of biology, medicine, education and administration in 27 institutions of higher education of the South, the Southeast and the Northeast, specifically in the years 1972, 1975, 1978 and 1980.

In what refers the theoretical basis, our quest is to gather aspects of the educational and economic literature relevant to the subjects: education and work. This exertion is supported by the critics to the established lines of thoughts and by the use of the theoretical basis which, by its presupposition reflect the real conditions of the productive structure.

The expansion of higher education is evaluated having in consideration the principal characteristics of the increase and the consequence of this expansion for the new professionals.

The information on the graduate was obtained by research done by CAPES/MEC. Data obtained is evaluated through the conjunction between the variables which define the conditions of employment of the egresses, like: the level of unemployment and occupational deviation; the occupational mobility and salary level - in relation to the selected career the types of native institutions and the geographical region.

The results show that the best conditions for employment in what refers the type of selected career are among the graduates of the medicine course; in what refers the native

institution the most favorable conditions of work are among the graduates of the public institutions. It happens also that for these conclusions, it was taken in consideration the conditions of social background and sex of the informers.

The conclusion is that there are differentiations in the conditions of employment that do not depend only on higher education by it self. The pattern by which the expansion of higher education takes place does not contribute for its democratization; instead of this it reinforces the conditions of social class of its postulants.

This form of expansion which favors the private institutions and emphasyses non-prioritarian fields of knowledge contributes to legitimate the social hierarchies which have been normally prevailing in the world of work.

I N D I C E

BCME-BIBLIOTECA

	PÁGINA
DEDICATÓRIA -----	iii
AGRADECIMENTO -----	iv
RESUMO -----	v
LISTA DE ANEXOS -----	xi
LISTA DE TABELAS -----	01
CAPÍTULOS	
. INTRODUÇÃO -----	05
I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	10
1. EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL -----	10
2. ASPECTOS ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO -----	16
2.1. Introdução -----	16
2.2. A Educação no Pensamento Econômico --	16
2.3. A Teoria do Capital Humano -----	20
2.4. Críticas à Teoria do Capital Humano ----	24
2.5. A Teoria da Segmentação -----	30
II. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - PRINCIPAIS CA RACTERÍSTICAS -----	37
III. METODOLOGIA -----	54
3.1. Introdução -----	54
3.2. Base de Dados e Universo de Análise ----	55
3.3. Estrutura de Análise e Procedimento Estatístico -----	61

	PÁGINA
3.4. Definição das Variáveis -----	63
IV. SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS EGRESSOS - RESULTADOS E ANÁLISE -----	67
4.1. Introdução -----	67
4.2. Condições de Ocupação e Carreira Cursada -----	68
4.3. Condições de Ocupação e Instituição de Origem -----	83
4.4. Condições de Trabalho e Região Geográfica -----	91
V. CONCLUSÃO -----	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	105
ANEXOS -----	111

BCME - BIBLIOTECA

LISTA DE ANEXOS

	PÁGINA
I. QUESTIONÁRIO: "MERCADO DE TRABALHO PARA EGRES SOS DO ENSINO SUPERIOR" -----	113
II. NÍVEL HIERÁRQUICO DAS OCUPAÇÕES -----	127
III. ENSINO DE GRADUAÇÃO: NÚMERO DE CURSOS, MATRÍ- CULA E CONCLUSÕES NAS IES PESQUISADAS -----	136
IV. NÚMERO DE CONCLUDENTES, SEGUNDO O ANO E O CUR SO DE GRADUAÇÃO, NAS IES PESQUISADAS -----	138
V. TOTAL DE RESPONDENTES E PERCENTUAL EM RELAÇÃO ÀS CONCLUSÕES, NAS IES PESQUISADAS -----	141

LISTA DE TABELAS

PÁGINA

CAPÍTULO II

I.	EXPANSÃO DA MATRÍCULA, SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO - 1960/80 -----	38
II.	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1960/80 -----	42
III.	EXPANSÃO DAS CONCLUSÕES DE 2º GRAU, COMPARADAS À DEMANDA E OFERTA DE ENSINO SUPERIOR - 1970/80 -----	43
IV.	MATRÍCULA E CONCLUSÕES DO ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1960/80 -----	44
V.	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1980 -----	45
VI.	MATRÍCULA E CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES GEOGRÁFICAS E AS ÁREAS DE CONHECIMENTO - 1980 -----	46
VII.	RELAÇÃO ENTRE MATRÍCULA E CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO POR 1.000 CONSTITUÍNTES DA PEA, COM 20 ANOS E MAIS, SEGUNDO AS REGIÕES GEOGRÁFICAS - 1960/70 E 80 -----	47
VIII.	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS, EMPREGADOS COM 15 ANOS E MAIS DE ESTUDO E CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO - 1970 E 1980 -----	48

IX.	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS, COM 15 ANOS E MAIS DE ESTUDO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE E A REGIÃO GEOGRÁFICA - 1980 -----	49
X.	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM NÍVEL SUPERIOR, SEGUNDO AS ÁREAS DE CONHECIMENTO E OS GRUPOS OCUPACIONAIS - 1970 E 1980 -----	51

CAPÍTULO III

I.	NÚMERO DE RESPONDENTES DA AMOSTRA E PERCENTUAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO -----	57
----	---	----

BCME - BIBLIOTECA

CAPÍTULO IV

I.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SEGUNDO A SITUAÇÃO OCUPACIONAL -----	69
II.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SEGUNDO O TEMPO DE PROCURA DE TRABALHO E O ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO -----	71
III.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SEGUNDO O ANO DE CONCLUSÃO E O DESVIO OCUPACIONAL -----	72
IV.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SEGUNDO O NÍVEL DE DESEMPREGO E A CARREIRA CURSADA -----	73
V.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SEGUNDO O DESVIO OCUPACIONAL E A CARREIRA CURSADA -----	74
VI.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SEGUNDO A ORIGEM SOCIAL E A CARREIRA CURSADA ---	75

VII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O NÍVEL DE OCUPAÇÃO DO PAI E O DESVIO OCUPACIONAL -----	77
VIII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO PAI E O DESVIO OCUPACIONAL -----	78
IX.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O SEXO E A CARREIRA CURSADA -----	79
X.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O SEXO E O DESVIO OCUPACIONAL -----	80
XI.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O SEXO E O NÍVEL DE SALÁRIO -----	81
XII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O NÍVEL DE SALÁRIO E A CARREIRA CURSADA -----	82
XIII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÃO E A CARREIRA CURSADA -----	83
XIV.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÃO E A MOBILIDADE OCUPACIONAL -----	85
XV.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÃO E O NÍVEL DE SALÁRIO -----	86
XVI.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÃO E O NÍVEL DE EMPREGO -----	87
XVII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÃO E O DESVIO OCUPACIONAL -----	88

XVIII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO A ORIGEM SOCIAL E O TIPO DE INSTITUI- ÇÃO -----	89
XIX.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O SEXO E O TIPO DE INSTITUIÇÃO -----	90
XX.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO A REGIÃO GEOGRÁFICA E A CARREIRA CUR- SADA -----	91
XXI.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O NÍVEL DE DESEMPREGO E A REGIÃO ----	93
XXII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O DESVIO OCUPACIONAL E A REGIÃO -----	94
XXIII.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO O NÍVEL DE SALÁRIO E A REGIÃO -----	95
XXIV.	DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS EGRESSOS, SE GUNDO A REGIÃO E O NÍVEL DE SUBOCUPAÇÃO PRO FISSIONAL -----	97

BCME-BIBLIOTECA

INTRODUÇÃO

BCME - BIBLIOTECA

O incentivo a expansão quantitativa do ensino de graduação no país, nas últimas duas décadas, resultou num crescimento rápido do número de graduados pelo ensino superior. Em contrapartida a essa acelerada expansão, o mercado de trabalho para profissionais desse nível parece apresentar-se pouco dinâmico na geração de postos de trabalho. As questões referentes à absorção de graduados pelo mercado de trabalho são equacionadas a partir desse suposto desequilíbrio.

Questões de ordem geral, referentes a saturação do mercado de trabalho, têm sido amplamente veiculadas pela imprensa, pelos vários conselhos e associações de profissionais e pelo Conselho Federal de Educação. Essa preocupação mostra a necessidade de estudos sistematizados relativos a áreas profissionais (ou cursos), e à dimensão espacial da oferta e da estrutura ocupacional.

É a partir de considerações dessa natureza, que se busca avaliar, neste estudo, alguns aspectos da situação ocupacional dos egressos do ensino superior, considerando como preocupação básica as questões referentes ao desemprego, subemprego e desvio ocupacional.

Trabalhos referenciados à política educacional, têm procurado mostrar que a expansão acelerada do ensino superior, notadamente no período 1965/77, teria lançado ao mercado de trabalho muito mais profissionais desse nível do que os postos de trabalho existentes.

Na realidade o ensino superior, nas últimas duas décadas, apresentou altas taxas de crescimento e muitos analistas da educação têm considerado que a implementação dessa política expansionista teria sido bastante desordenada, tanto pela intensa privatização, como pelo privilegiamento às áreas de Humanidades e Letras, o que traria consequências negativas para o emprego dos profissionais desse nível.

BCME - BIBLIOTECA

A maioria dessas análises tem destacado como causa do crescimento do ensino superior, a ideologia da mobilidade social e as premissas que defendem o valor econômico da educação, presentes em grande parte das pesquisas referentes a educação e trabalho, produzidos entre 1950 e 1970.

Na área da sociologia da educação, as hipóteses sugerem que através da educação, os indivíduos ascendiam na escala social, constituindo-se a mesma num mecanismo de igualdade social, por tornar menos rígida a estrutura de classes.

No campo da economia da educação, a análise está mais voltada à valorização dos recursos humanos e à educação como investimento, base da teoria do capital humano. Nesta concepção, a maior importância da educação está baseada no pressuposto de que existe uma relação direta entre habilidade cognitiva e produtividade do trabalho e, portanto, a mobilidade ocupacional e a distribuição salarial teriam uma relação causal e linear com o nível de escolarização.

Esses estudos evidenciando o valor da educação, influenciaram a política educacional, que busca na expansão do ensino, uma base de legitimação, pelo atendimento às pressões de demanda da classe média.

Por outro lado, vários autores tem adotado uma linha crítica de análise, contrapondo-se aos pressupostos básicos contidos nestas linhas de pensamento ortodoxas.

Do ponto de vista da mudança social, as abordagens críticas consideram que não parece lícito referir-se a educação como o recurso básico para solucionar as injustiças sociais. Nesta linha de pensamento, a mudança social está relacionada a modificações mais amplas na estrutura da sociedade. Consideram, ainda, que o modo como está institucionalizado o sistema educacional brasileiro, não torna a educação um instrumento de igualdade social, principalmente porque, sendo desiguais as oportunidades educacionais, em termos quantitativos e qualitativos, será também desigual o seu produto.

Do ponto de vista econômico, embora pareça legítimo considerar que a educação possui um certo valor econômico, é a sua supervalorização, presente nos pressupostos da teoria do capital humano que tem sido maior objeto de crítica. A aná

lise requer que se relacione outras variáveis, que além da educação, intervêm na questão ocupacional. Entre estas, a própria estrutura do mercado de trabalho, a qual, dada a composição e dinâmica do sistema capitalista de produção, tem se caracterizado por crescente desvinculação entre educação e trabalho. A análise requer, ainda, a consideração das diferenciações na oferta de profissionais, dadas por características referentes a sexo, idade, e nível sócio-econômico, entre outras. A teoria da segmentação do mercado de trabalho se contrapõe às premissas de valorização da educação, presentes nos modelos neoclássicos, e destaca as características de estrutura do mercado como condicionantes das oportunidades de ocupação.

Embora esta análise esteja apoiada nas consequências da expansão do ensino superior, não se defende a idéia de que o mesmo deva ser planejado exclusivamente de acordo com as necessidades de mão-de-obra. Educadores tem salientado que a maior distorção presente no sistema educacional reside no fato de querer torná-lo funcional, voltado para os requerimentos de mão-de-obra, quando, contraditóriamente, as empresas prescindem, cada vez mais, da qualificação profissional. Considera-se para isso, a tese defendida por autores americanos, de que a estrutura do mercado de trabalho, em consequência da crescente centralização e da alta tecnologia empregada, torna o trabalho crescentemente desqualificado, constando-se um desequilíbrio entre a educação, cada vez maior da população e a estrutura ocupacional, que reduz, sistematicamente, os postos de trabalho qualificado.

Sobre essa característica do sistema capitalista, CARNOY (s.d. p. 271), considera que a tecnologia é desenvolvida para resolver o problema do trabalho, tanto através do controle de sua organização; como através da eliminação, sempre que possível, do componente trabalho especializado. Conclui, o autor, que a existência de altos índices de desemprego não resulta da mã alocação de recursos ou da inadequação tecnológica. Porque, do ponto de vista das classes dirigentes, essa tecnologia é efetiva para resolver os problemas do custo do trabalho. O trabalho é organizado, nos países capitalis-

tas, para maximizar o retorno do capital, não para torná-lo mais humanizado ou para empregar todos os que querem trabalhar.

Naturalmente, essas premissas são mais aplicáveis às economias centrais, onde os elevados níveis de escolarização mostram mais acentuadamente as contradições entre educação e trabalho. No caso do Brasil, essas contradições são mais nítidas ao nível pós-secundário, dadas, principalmente, pela maior expansão desses níveis de ensino. Embora o crescimento do ensino superior tenha sido desproporcional em relação ao ensino básico, deve-se considerar que 1,3 milhões de universitários constituem uma elite, frente aos 35% de analfabetos da população brasileira com 10 anos e mais, PNAD (1980).

Tendo por base as características da expansão do ensino superior nas duas últimas décadas, o estudo tem por objetivo geral avaliar as condições de ocupação dos egressos desse nível de ensino, considerando as carreiras da biologia, medicina, educação e administração; e analisando o caso específico de 27 instituições das regiões sul, sudeste e nordeste.

Especificamente, o estudo deverá considerar:

- a análise de situações de desemprego, mobilidade e desvio ocupacional, levando em conta o tipo de instituição de origem (pública ou particular) e considerando as peculiaridades dos cursos de graduação e das regiões geográficas, com a finalidade de verificar em que medida ocorrem diferenças nas oportunidades de ocupação dos graduados.

- a análise do nível salarial dos egressos, levando em consideração o tipo de curso, a dependência administrativa das instituições e a região, visando comprovar a existência de diferenciais de salário que não são explicados por anos de escolarização.

- o estudo de características como nível sócio-econômico e sexo em confronto com a situação ocupacional, com vistas a dimensionar o grau de influência dessas características na mobilidade ocupacional e nível salarial dos profissionais.

O trabalho compõem-se de cinco partes, além deste ca

pítulo introdutório.

A primeira, constitui-se numa resenha da literatura educacional e econômica, considerada relevante como fundamento teórico à análise do tema educação e trabalho. Nesta parte são destacados dois momentos distintos: o primeiro, mais voltado para a área sociológica, corresponde ao tema, "Educação e Mudança Social"; o segundo, denominado "Aspectos Econômicos da Educação" considera os modelos teóricos vinculados a área da economia da educação e do trabalho. Considera-se tanto os estudos que centram a análise na qualificação dos recursos humanos, vinculados à teoria do capital humano, como os que consideram a estrutura do mercado como enfoque principal, abordados pelos adeptos da teoria da segmentação.

O segundo capítulo procura analisar a expansão do ensino superior, considerando suas causas e consequências sobre o ensino e sobre o nível de ocupação dos graduados. São avaliadas as políticas educacionais, implementadas pelo Estado, no período 1960/1980. São, ainda, analisadas, em termos quantitativos, as principais variáveis referentes ao sistema educacional e ao nível de ocupação.

Na terceira parte do estudo, são definidas as hipóteses de trabalho e estabelecida a metodologia utilizada na parte empírica.

Os dados utilizados no estudo são provenientes da pesquisa "Mercado de Trabalho para Egressos do Ensino Superior", desenvolvida pelo Ministério da Educação, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), no ano de 1982.

O capítulo quarto refere-se à análise dos dados e à exposição dos resultados encontrados frente às hipóteses definidas, enquanto o quinto capítulo trata da apresentação de conclusões.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 - EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

BCME - BIBLIOTECA

Com referência à mudança social, destaca-se a existência de duas correntes antagônicas entre os teóricos da educação. A primeira considera a educação como um instrumento de mobilidade social e está presente nos estudos que predominaram na década de 50. Nestas, o argumento básico estava referido a que através da educação os indivíduos ascendiam na escala social, tornando menos rígida a estratificação por classes. Em contraposição a esta abordagem, surgem linhas de pensamento que consideram a educação como um instrumento de discriminação social.

SAVIANI (1982, p. 8) classifica o primeiro grupo, denominando-o "teorias não críticas", porque buscam compreender a educação a partir dela mesma, sem considerar a estrutura de classes da sociedade e as desigualdades a ela inerentes. Em oposição, considera "teorias crítico-reprodutivistas" as do segundo grupo, por tentarem compreender a educação em confronto com a estrutura sócio-econômica que a condiciona e por entenderem que a educação tem como função básica a reprodução da sociedade.

Os adeptos da primeira corrente, como já se destacou anteriormente, vêem na educação um instrumento de equalização social.

Para estes autores a sociedade seria essencialmente harmoniosa. As desigualdades são percebidas como distorções superáveis, presentes nas sociedades, em maior ou menor grau, dando a idéia de um processo que tende a equalização. Em tal contexto, a educação se coloca como um mecanismo de correção das distorções existentes.

BENJAMIM (1981, p. 18) faz referência ao quadro his-

tórico no qual se dá ênfase a tais estudos. Mostrando que os mesmos estão vinculados à reestruturação da ordem social, abalada pela 2^a Guerra Mundial, onde se configurava a estrutura de poder de dois blocos hegemônicos, o dos Estados Unidos (sistema capitalista) e o da URSS (bloco socialista).

A autora ainda salienta, que a maior ênfase a esta abordagem, nos Estados Unidos, está vinculada ao fato de que tais estudos, ao enfatizarem as altas taxas de mobilidade social ascendente propiciadas pela educação, favoreceram, politicamente, a posição de liderança do País frente a outras nações.

Na área educacional, para efeito de implementação de políticas e estratégias de ação, a educação é vista como:

"Uma técnica social, um instrumento imprescindível para formar cidadãos democráticos, que permitam o funcionamento de uma sociedade democrática⁽¹⁾ planejada". BENJAMIM (op. cit. p. 19).

Outro autor que analisa criticamente os trabalhos dessa linha de pensamento é CUNHA (1983), sem considerar a dimensão temporal onde tais estudos tiveram maior produção e importância, o autor faz referência a abordagem de maneira mais ampla, considerando que os ideais de "Construção de uma sociedade aberta" através da educação tem sua origem no pensamento liberal, pelo qual são transmitidos princípios como igualdade de direitos, de oportunidades, destruição de privilégios herdados e educação universal.

Como seguidores desta linha de pensamento, CUNHA destaca os teóricos da "Escola Nova", como John Dewey. Estes educadores consideram viável que mudanças na sociedade, no sentido da equalização social, possam ocorrer a partir de mudanças na estrutura educacional. Entretanto, reconhecem que da

¹Uma sociedade aberta ou democrática, seguindo a definição de Luiz Antônio da Cunha, significa uma estrutura que permite ampla mobilidade entre os estratos, propiciada principalmente, pela mobilidade ocupacional.

da a estrutura vigente na sociedade e, por extensão, no sistema de ensino, este último possui uma tendência para reproduzir desigualdades e para servir de instrumento de diferenciação entre os indivíduos.

No caso do Brasil, o contexto no qual a educação é vista como um instrumento de mobilidade social, está caracterizado no modelo de desenvolvimento dependente, que se define a partir da década de 50. Esta situação de dependência se configura em todos os setores, principalmente no campo econômico e social; refletindo-se também na estrutura educacional e na produção científica.

Esta linha de pensamento tem estado presente na política educacional implementada pelo Estado, que pode ser visualizada nos Planos Setoriais de Educação, na legislação do ensino e nos próprios Planos de Desenvolvimento, onde se tem atribuído à educação um papel de destaque como promotora da mobilidade social.

Apenas para citar um exemplo dessa influência, se faz referência a um trecho do documento elaborado pelo MEC, para servir de subsídio à elaboração do III PSECD.

"O Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985) assume uma linha de planejamento considerada muito importante no momento atual brasileiro, à medida que se volta para um dos pontos centrais da política social - a saber, seu compromisso com a pobreza -, através de ações básicas que visam a diminuir as desigualdades sociais e regionais". MEC/SG (1980, p. 7).

Vários autores tem criticado essa linha de pensamento, além do próprio desenvolvimento de teorias na linha "crítico-reprodutivista" já representar uma contraposição a seus pressupostos.

CUNHA, (op. cit. p. 55-6) ressalta que tais teorias concorrem para que a educação legitime a ordem econômica que produz as injustiças sociais, exatamente por se apoiarem em falsos pressupostos. Seus argumentos buscam destacar alguns aspectos contra o sentido mais comum que as teorias igualitárias tem defendido; assim, argumenta que: as oportunidades educacionais, não estão disponíveis a todos e apresentam desi

gualdade na distribuição entre regiões e classes sociais, entre quantidade e qualidade, resultando em produtos que serão também desiguais. Ressalta, ainda, que as aptidões das pessoas não são inatas, mas resultam da vida social, dependem da classe a que pertencem porque estão associadas as condições de alimentação, habitação, saúde, entre outras.

Referenciadas à segunda linha de pensamento estão as teorias críticas. Entre as várias abordagens seguindo esta escola, SAVIANI (op. cit. p. 12) destaca: a "teoria da Escola, enquanto aparelho ideológico do Estado", devida a ALTHUSSER; a teoria do "Sistema de Ensino enquanto violência simbólica" e a "Teoria da Escola Dualista".

As teorias na linha crítica tem em comum o entendimento de que a educação não pode ser compreendida fora do contexto social que a condiciona. Consideram ainda que é função própria da educação reproduzir e legitimar as condições de classe prevalescentes na sociedade onde se insere.

Neste quadro, as desigualdades sociais são entendidas como inerentes à própria estrutura da sociedade, a qual é formada por classes e grupos sociais com interesses antagônicos. A classe que detém o poder, se apropriando dos meios de produção social, emerge como classe dominante e utiliza a educação como meio para atingir benefícios próprios, através da perpetuação e do reforço de condições sociais injustas.

No Brasil esta linha teórica tem sido utilizada por vários autores, notadamente nos estudos relacionados à sociologia da educação, bem como em trabalhos empíricos que procuram avaliar as políticas implementadas no sistema educacional frente a realidade social.

Pertencem a este enfoque os trabalhos de Paschoal Lemme, conforme citação de PAIVA (1973, p. 33-4), os quais procuram mostrar que as transformações sociais estão intrinsecamente relacionadas às modificações na estrutura produtiva (base econômica), portanto, do ponto de vista da justiça social o problema não estaria ligado à educação. Mais recentemente, pode-se considerar o estudo de FREITAG (1978), como seguindo abordagem semelhante. Neste, a autora analisa a educação brasileira através da legislação, das políticas e planos gover-

namentais, procurando mostrá-la como "a serviço do capital" e como reprodutora das estruturas de classe vigentes na sociedade. Considera que o Estado teria o papel de mediador dos interesses da classe dominante. A política educacional do Estado teria como objetivo transformar a escola num centro de qualificação da força de trabalho, procurando com isso ativar as forças produtivas, no interesse, proclamado, do desenvolvimento geral da sociedade, mas em realidade, defendendo os interesses dos detentores dos meios de produção.

É necessário citar, ainda, autores, que embora desenvolvendo uma linha crítica de pensamento, com referência a estrutura social, não podem ser, rigorosamente enquadrados nas categorias antes explicitadas. É o caso de educadores como Paulo Freire e Anísio Teixeira ou sociólogos como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, para os quais a educação embora vista como um instrumento para a construção de uma "sociedade aberta", sempre buscaram salientar que a constituição dessa sociedade envolvia mudanças mais amplas, que dependiam de vontade política e de modificações na estrutura social. Pensavam que a educação, atuando ao nível da superestrutura, deveria servir como instrumento de crítica, conscientização e democratização de oportunidades. Tal atuação seria o requisito básico, tanto para favorecer o surgimento de mudanças a nível político, como para servir de apoio a sua manutenção.

As críticas que têm sido destacadas a linha de pensamento crítico reprodutivista estão, em geral, mais ligadas a sua impotência frente aos problemas reais da estrutura educacional e da escolarização do que propriamente aos seus pressupostos. Argumentam, alguns críticos, que por ser reprodutivista, ou seja, considerar a educação como reprodutora do sistema de dominação presente na sociedade, esta linha teórica não admite a possibilidade de uma reestruturação do ensino, apoiado na crítica do sistema vigente, que venha a estar ligada aos interesses da classe dominada. Apontam, assim, que tais teorias não incorporam alternativas de solução.

Enquanto as abordagens na linha não crítica tem implementado várias formas de organização educacional e influenciado os planos de educação oficiais, as teorias críticas

se detêm em explicar o fracasso das primeiras propostas para vencer as desigualdades e realizar mudanças, sem propor, concretamente, como deveria ser estruturado o sistema educacional.

BCME-BIBLIOTECA

Ao buscar fundamento teórico para a análise em linhas de pensamento relacionadas à educação e mudança social, considera-se, como tem salientado os autores da linha crítica, que não parece legítimo pensar a educação como o instrumento básico para atingir mudanças sociais, no sentido da igualdade, os quais dependem de medidas e atitudes concretas de maior profundidade e alcance.

Além do que, um sistema educacional, apoiado em posicionamento crítico da estrutura social vigente, notadamente ao nível do ensino superior, que viesse favorecer o surgimento de tais políticas, estaria ausente na atual estrutura de ensino brasileiro e encontraria limitações a sua implementação.

Considera-se ainda, que a existência de desigualdades nas oportunidades educacionais estão estreitamente relacionadas ao nível sócio-econômico dos indivíduos. Essa discriminação social é mais drástica nos menores níveis de ensino, porque 33,4% da população na faixa do ensino elementar obrigatório (7 a 14 anos) está fora da escola. Entretanto, a educação superior, também apresenta características de discriminação social, que merecem ser avaliadas.

É num quadro de referência dessa natureza que os aspectos de mudança social relacionados à educação serão considerados.

2 - ASPECTOS ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO

BCME - BIBLIOTECA

2.1 - Introdução

A importância da educação para o crescimento econômico e para o desenvolvimento tem sido aceita de forma generalizada, embora nem sempre com a mesma ênfase, por economistas das mais distintas correntes de pensamento.

Mais recentemente, os estudos, nesta área, tem sido sistematizados na forma específica de disciplina. Tais estudos se ramificam por diferentes áreas da economia, envolvendo preocupações relativas ao crescimento e distribuição da renda, a eficiência na alocação dos recursos, a equidade na distribuição de oportunidades e às questões referentes a mercado de trabalho e requerimentos de mão-de-obra.

Embora seja recente a utilização de categorias da análise econômica ao campo da educação, vem de longa data, na história do pensamento econômico, a preocupação dos economistas com as questões educacionais.

Este subcapítulo está dimensionado de modo a apresentar, primeiramente uma síntese do pensamento econômico, clássico e neoclássico, referenciado à educação. A seguir, são desenvolvidos os pressupostos básicos dos modelos, que seguindo distintas abordagens, buscam sistematizar as linhas básicas da economia da educação. Entre essas concepções são analisadas; a do capital humano e da segmentação do mercado de trabalho; se faz referência, ainda, a outras abordagens ortodoxas, que consideram o problema da educação de ponto de vista distinto da teoria do capital humano. Estas teorias seguem uma linha microeconômica, porque se detêm no comportamento das empresas.

2.2 - A Educação no Pensamento Econômico

Desde Adam Smith muitos teóricos do pensamento econômico dedicaram parte de suas obras aos problemas educacionais, salientando sua importância para o indivíduo, a sociedade e o Estado. Assim, as origens da educação como bem público tem suas raízes na economia clássica.

Em "A Riqueza das Nações", ao chamar a atenção para os efeitos desumanos da divisão do trabalho Smith faz referência a educação dos pobres que não teriam como custeá-la, argumentando que os custos para implementá-la seriam compensados por benefícios a toda a sociedade. Assim, argumenta:

"Torna-se necessário alguma atuação do governo para evitar a quase total corrupção e degeneração da grande massa do povo". SMITH (1983, p. 213).

Segundo o autor, isto ocorre porque a divisão do trabalho aliena o trabalhador do seu meio social e o reduz a permanente grau de ignorância.

"A despesa é, sem dúvida, benéfica a toda a sociedade, podendo por isso, sem injustiça, ser coberta pela contribuição geral de toda ela". SMITH (op. cit. p. 215).

Ao exaltar as vantagens da maior qualificação e os benefícios que a mesma traria aos trabalhadores, SMITH compara o trabalhador qualificado a uma "máquina valiosa". Com isso, lança a base do conceito de educação como investimento, citado pela maioria dos textos de economia da educação, notadamente os adeptos do capital humano:

"Os salários variam com a facilidade e o custo baixo ou a dificuldade e o alto custo de aprender o ofício... Um homem educado as expensas de muito trabalho e tempo, para qualquer daqueles empregos que requerem extraordinária destreza e habilidade, pode ser comparado a uma máquina dispendiosa. O trabalho que ele aprende a executar, deve-se esperar, muito acima dos ganhos do trabalho comum, vai repor-lhe toda a despesa de sua educação, com, pelo menos, os lucros ordinários de um capital igualmente valioso... A diferença entre os salários do trabalho qualificado e os do trabalho comum é fundada neste princípio". SMITH (op. cit. p. 119).

Embora a maioria dos autores mais recentes tenham citado SMITH, a analogia estabelecida pelo autor entre forma-

ção de capital, no sentido convencional, e formação de qualificações através de educação e treinamento, não tinha o sentido amplo de educação formal que tem hoje, parece que o autor se referia mais a qualificação para o trabalho ou a educação especialmente vocacional.

Entre os neoclássicos coube a Alfred Marshall estabelecer relações precisas entre educação e rendimentos do trabalho, sendo ele um defensor tanto da educação técnica, que considerava uma forma de compensação aos filhos dos trabalhadores não especializados, como a educação formal que tornaria os trabalhadores mais eficientes.

É, entretanto, ao se referir aos ganhos do trabalho que esse autor dá maior ênfase a educação, considerando-a como um investimento, tendo mesmo elaborado minuciosas demonstrações matemáticas, visando medir os ganhos provenientes da mesma. É ao considerar o investimento que os pais fazem em seus filhos, através da educação, que Marshall considerava os problemas da falta de recursos das camadas inferiores da população para realizar tal investimento. Cita-se explicitamente:

"Mas a colocação de capital na criação e treinamento inicial de trabalhadores é limitada pelos recursos dos pais nas várias classes sociais... Nas camadas inferiores da sociedade o mal é grande. Porque os poucos recursos e educação dos pais, bem como sua incapacidade de avaliar o futuro, os impedem de investir capital na educação e no treinamento dos filhos com a mesma iniciativa livre e ousada com que o capital é aplicado para melhorar o maquinário de qualquer fábrica. Muitos dos filhos das classes trabalhadoras são imperfeitamente alimentados e vestidos... levam habilitações e faculdades não desenvolvidas, que, se houvessem frutificado inteiramente, teriam acrescido a riqueza material do país... muitas vezes mais do que o suficiente para cobrir as despesas de fornecer-lhes oportunidades para desenvolvimento". MARSHALL (1983, p. 188).

Embora MARSHALL considerasse a educação como um investimento, se recusava a aceitar que especializações ou habilidades adquiridas fossem consideradas como parte do "capital" (ou como alguns consideram hoje, capital humano). Argu

mentava que os seres humanos vendem sua força de trabalho e não a si mesmo, portanto não estão vinculados ao mercado do mesmo modo que o capital físico, sendo imperfeita a analogia entre o investimento em máquinas e a educação das pessoas.

Alguns autores tem atribuído a essa posição de MARSHALL, contrária ao capital humano, o fato de só muito mais tarde ter sido retomada a ênfase nesse enfoque.

Assim é que existe uma longa tradição de SMITH a MARSHALL, presentes também nas obras de MILL, RICARDO e MALTHUS, de que a educação geral do povo teria função preponderante na promoção da harmonia social e ainda concorreria para o maior crescimento econômico das nações.

MARX também reconhece, em alguns trechos de sua obra, a importância da educação do trabalhador no desenvolvimento de suas aptidões, no entanto, o autor salienta sua utilidade conflitante, ao mostrar que o avanço do capitalismo implica em desqualificar o trabalho e degradar as habilidades do detentor da força de trabalho.

Ao considerar a desumanidade da divisão do trabalho na manufatura e seus efeitos sobre o trabalhador, MARX cita Adam Smith:

"Para evitar a degeneração completa do povo em geral, oriunda da divisão do trabalho, recomenda Adam Smith o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas". MARX (1971, p. 415).

Entretanto para MARX, a educação não teria o poder de neutralizar os efeitos da divisão do trabalho, uma vez que afirma ser a mutilação do trabalhador inerente ao sistema capitalista e concretizar-se através da divisão do trabalho.

Ao fazer referência a indústria moderna e a consequente adoção da variação do trabalho o autor volta a destacar a educação do trabalhador como necessária para implementar o máximo desenvolvimento de suas várias aptidões, sem deixar, no entanto, de considerá-la como servindo ao capital;

"... a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação do trabalho, e adaptar as condições à efetivação normal dessa lei. Torna questão de vida

ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária, miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho;... As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna... A legislação fabril arrancou ao capital a primeira insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores". MARX (op. cit. p. 559).

Durante a primeira metade desse século, quebra-se o elo entre educação e economia, notadamente no período de domínio da teoria Keynesiana. VAIZEY (1968, p. 31) atribui ao desemprego de intelectuais e de trabalhadores qualificados, os argumentos contra a extensão da educação e o desinteresse dos economistas pela mesma, presente nesse período. Como atribui, também, à carência de técnicos, quando da retomada do crescimento econômico, a reintrodução da educação no pensamento econômico, pelos adeptos do capital-humano.

2.3 - A Teoria do Capital Humano

No início da década de 60 começam a surgir, nos Estados Unidos, relações teóricas sistematizadas, que iriam caracterizar a economia da educação como ramo específico da economia. São estudos que buscam analisar as causas do crescimento econômico, notadamente a partir de economias que haviam sido parcialmente destruídas pela Segunda Guerra Mundial e que conseguiram vertiginosa recuperação e crescimento econômico, como era o caso da Alemanha e do Japão. Esses trabalhos apontam a educação como fator primordial para o crescimento, tanto como formadora de mão-de-obra especializada e altamente produtiva como geradora do progresso tecnológico.

Enfoques dessa natureza, levam ao surgimento da teoria do capital humano. A base comum dessa abordagem é o fato de seus seguidores pensarem a educação como um investimento e tentarem quantificá-lo. Seu marco inicial, está ligado as obras de MINCER, BECKER e SCHULTZ.

Algumas especificidades são características do período no qual ocorre o surgimento desses trabalhos, das quais BENJAMIM (op. cit. p. 23-4) destaca, principalmente: - do ponto de vista econômico, a configuração do sistema capitalista, predominantemente, monopolista; - do ponto de vista político, a intervenção do Estado no desenvolvimento, onde os ideais da democracia liberal vão cedendo lugar ao planejamento do progresso econômico pelo Estado.

São destacados os enfoques do modelo capital humano, nos trabalhos publicados por SCHULTZ (1972) e BECKER (1972).

No estudo sobre o investimento na formação profissional, BECKER estava particularmente interessado em medir o retorno das aplicações em educação formal. Estabelece uma estimativa para os rendimentos da educação universitária e secundária nos Estados Unidos, através da medição dos fluxos de renda pessoal - que ele supõe resultantes da educação. Realizando tais análises, este autor conclui que os investimentos em educação seriam semelhantes a outros investimentos que são feitos nos indivíduos e que a teoria convencional, por não considerar uma série de atributos pertencentes a tais investimentos humanos, necessitaria de reformulação.

SCHULTZ, em seu estudo preliminar, preocupa-se, mais especificamente, com a contribuição dos investimentos em recursos humanos para o crescimento econômico. Procura estabelecer um conjunto de relações entre dispêndios em educação e crescimento da renda.

Em trabalho posterior SCHULTZ (1973, p. 65-6) sistematiza as linhas básicas da teoria do capital humano que, resumidamente, são as seguintes:

- Considerando um determinado período de tempo, é possível verificar-se que o capital físico, estruturas, equipamentos e bens de inventário, tem declinado em relação à ren

da. Como, neste mesmo período, o capital humano tem se elevado em relação a renda é lícito explicar o crescimento econômico a partir da elevação do estoque de capital humano.

- As capacitações econômicas das pessoas são, predominantemente, um "meio fabricado de produção". A maioria das diferenças de ganhos são resultado de diferenças nas quantidades de investimentos humanos. Ou seja, são os investimentos na escolarização, saúde, treinamento no trabalho e migração que determinam a estrutura de salários.

ECME - BIBLIOTECA

- Ao considerar a distribuição da renda pessoal, da dos os pressupostos anteriores, a tese é de que alterações no investimento em capital humano, constituem fator primordial para reduzir a desigualdade na distribuição da renda pessoal.

Ainda na teoria do capital humano, os trabalhos na li nha "Manpower" constituem uma abordagem distinta da adotada por Becker e Schultz, mas seguem a concepção neoclássica e, como a primeira, valorizam o investimento em educação como propulsor do crescimento econômico.

Nesta concepção a unidade considerada é o indivíduo, que recebe uma qualificação pelo sistema educacional e que deverá ser adequadamente ocupado no mercado de trabalho. Daí a importância destacada, nesse enfoque, ao planejamento educacional. Seus adeptos têm procurado estimar os requisitos de mão-de-obra necessários ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, buscando transformar tais requisitos em metas educacionais.

O trabalho de maior repercussão, neste enfoque, é o "Projeto Regional Mediterrâneo" da Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), o qual foi baseado, inicialmente, num informe elaborado por PARNES (1972), para a OCDE.

No Brasil, a teoria do capital humano teve vários seguidores. Entre os economistas, a maioria segue a linha adotada por SCHULTZ. Na área educacional, as duas abordagens são amplamente utilizadas. Vale destacar que os planos educacionais e as Reformas do Ensino (Universitário/1968 e 2º Grau/1971) são fortemente influenciados pela abordagem de requisi

tos de mão-de-obra. Nestes, pensa-se a educação como formadora de mão-de-obra qualificada para implementar o desenvolvimento.

Um exemplo dessa influência pode ser mostrado pelos textos legais da Reforma Universitária. O Decreto 464/69, que estabelece normas para implementação da Reforma, determinava que seria negada autorização de funcionamento nos estabelecimentos de ensino superior, quando sua criação não correspondesse "as exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional". O artigo 18 da lei de Reforma (5.540/68), estabelece que poderiam ser criados cursos diferenciados, em termos de currículos, visando a atender as necessidades do mercado de trabalho.

O contexto econômico e sócio-político onde surgem tais estudos é caracterizado pelo marco desenvolvimentista, predominante na década de 60. No plano econômico, a par de um primeiro período de baixas taxas de crescimento, - 1963 a 1967 - dado pelo esgotamento do processo de substituição de importações, segue-se a fase de expansão econômica (período 1968/73).

No plano político a meta básica é o desenvolvimento econômico, baseado na centralização do poder, que substitui as formas populistas de organização do Estado.

Nesta fase estão ausentes dos estudos desenvolvidos, os ideais predominantes na década anterior, de universalização e gratuidade do ensino, da mesma forma que não está configurada a participação da maioria da população nas decisões políticas. Tanto os trabalhos que se desenvolvem na área, como as políticas do Estado relativas a educação têm como escopo a sua contribuição para o crescimento econômico e a maximização de seus rendimentos.

Merecem referência os trabalhos de LANGONI que seguem o referencial teórico desenvolvido por Schultz.

A abordagem desenvolvida por LANGONI (1974); estabelece comparações entre a contribuição para o crescimento econômico, devidas ao capital físico e ao capital humano. Destaca, ainda, através de análise estatística, qual a contribuição da educação para o crescimento do PIB. Nesse estudo,

a taxa de retorno dos investimentos educacionais em determinado período, é comparada com estimativas semelhantes para outros países, concluindo o autor, que os investimentos em educação, no Brasil, apresentam "alta rentabilidade social".

Em trabalho anterior LANGONI (1973) já havia utilizado o instrumental teórico do capital humano, entretanto com objetivo diverso. Dados os altos índices de concentração de renda, gerados pelo modelo de crescimento econômico brasileiro, que vieram a público com os resultados do censo de 70, o autor, utilizando categorias de análise típicas dos modelos em causa, argumenta que o aumento de desigualdade na distribuição da renda se deve, principalmente, à falta de mão-de-obra altamente especializada, que elevaria os salários de uma parcela da população a níveis acima do normal.

2.4 - Críticas à Teoria do Capital Humano

As críticas ao capital humano tem surgido de diferentes correntes de pensamento. Mesmo alguns autores neoclássicos, ao desenvolverem outro tipo de abordagem, têm criticado alguns aspectos desse enfoque.

Quando as divergências se referem a adoção de um ou outro método (taxas de retorno ou requerimentos de mão-de-obra) as críticas se detêm mais sobre a metodologia utilizada ou sobre as técnicas de quantificação adotadas.

Tais argumentações não são evidenciadas no estudo, porque se julga mais relevante sintetizar as opiniões de caráter mais amplo, que consideram a teoria em si por seus pressupostos, e não pelos métodos de cálculo que utilizam.

Nesse sentido, a par de críticas que são, basicamente, comuns a vários autores, destacam-se aquelas interpretações que, por adotarem uma abordagem interdisciplinar, seguindo uma linha mais voltada para a realidade social têm criticado a própria concepção teórica. Mais adiante serão feitas referências às linhas básicas de alguns modelos que surgem da crítica ao capital humano.

Entre os opositores do capital humano, dois argumentos estão fortemente presentes. O primeiro diz respeito a circularidade do modelo e o segundo a supervalorização da educação.

Com respeito a circularidade, tem-se argumentado contra a afirmativa de que mais escolarização leva a maiores rendimentos de salário, uma vez que é impossível separar causa e efeito. Maiores rendas também levam a mais educação. Sobre isso, afirma VAIZEY (op. cit. p. 54): "Há correlação múltipla entre riqueza e renda dos pais, acesso a oportunidades educacionais, motivação na educação, acesso aos melhores empregos e êxito na vida... que é que veio antes, a renda ou a educação? Especialmente em sociedades velhas e dominadas por classes".

BCME - BIBLIOTECA

A supervalorização da educação também tem sido utilizada como argumento pelos críticos da teoria do capital humano. De maneira bastante generalizada, muitos autores tem ressaltado que a capacidade da estrutura ocupacional para absorver mão-de-obra especializada apresenta certos limites. Por isso a simples expansão do sistema educacional não garante o retorno individual, nem aumenta a produtividade, como querem os adeptos do capital humano.

No caso dos países subdesenvolvidos, a própria evolução do sistema de produção e a estrutura do mercado de trabalho colocam dúvidas à teoria do capital humano.

Ao analisar a distribuição da renda salarial e estabelecer críticas ao modelo neoclássico de determinação dos salários, BERCH (1977, p. 124-5) salienta alguns pontos da teoria do capital humano que considera questionáveis, por não descreverem a realidade do mercado de trabalho. Argumenta que características importantes são tratadas como "imperfeições". Uma dessas "imperfeições" seria o modo como os indivíduos irão financiar sua educação. Naturalmente, as oportunidades de investimento em educação não são iguais para todos. Assim, o melhoramento do "capital humano" se torna difícil, muitas vezes impossível, para a faixa da população que mais deveria beneficiar: os trabalhadores de baixa renda.

Outro ponto que a autora destaca, diz respeito aos re

tornos do investimento em capital humano, salientando ser evidente que seus rendimentos não são iguais para todos os indivíduos:

"quatro anos numa universidade de prestígio produzem mais rendimentos a indivíduos de classe mais alta, com mais contatos anteriores, do que a pessoas menos privilegiadas. Evidentemente, o papel da origem de classe e das relações de poder na sociedade não podem ser ignoradas". BERCH (op. cit. 125).

Ao proceder a revisão crítica da economia da educação tradicional, ROSSI (1978) argumenta que o acréscimo da escolaridade média da força de trabalho (aumento do "capital humano") pode efetivamente trazer acréscimos produtivos à sociedade global, abstraindo-se as classes sociais. Entretanto, esses acréscimos não correspondem a aumento de renda da classe trabalhadora, porque, dadas as relações capitalistas de produção, os excedentes são carreados para os detentores do capital.

Neste sentido, para melhor entender o posicionamento do autor, é conveniente considerar a própria ideologia contida na expressão "capital humano", a qual dá idéia de um mundo onde todos teriam o seu "estoque de capital", ou então, teriam iguais oportunidades para obtê-lo.

Para ilustrar essa incapacidade da educação em operar tais transformações, o autor cita o exemplo do Brasil:

"Uma expansão extraordinária (em termos quantitativos e acompanhada de uma degeneração qualitativa igualmente extraordinária) da educação no Brasil em todos os níveis, pode, nos últimos anos, compatibilizar-se com um aviltamento do salário real, especialmente grave entre trabalhadores de renda mais baixa, mas atingindo também as camadas médias, enquanto se privilegiava o lucro das empresas a pretexto de justificativas marginalistas de incentivo ao investimento...

Assim um projeto de ampliação da educação escolar pode tornar-se inteiramente compatível com um arranjo econômico que torne os ricos ainda mais ricos e que agrave a situação dos pobres. Não é afinal na educação que se encontrará a solução para os problemas da desigualdade e miséria, cuja so

lução não se poderá obter sem se alterar a distribuição da riqueza e da renda, pela alteração das relações sociais de produção". ROSSI (op. cit. p. 37).

BENJAMIN (op. cit. p. 67-8), ao apresentar uma análise crítica dos estudos de educação relacionados à mudança social, refere-se à teoria do capital humano, argumentando que uma visão do social se encontra ausente em tais trabalhos, os quais, ao estabelecerem simples relações estatísticas entre educação e crescimento econômico, dão uma idéia de que a escassez de qualificações da força de trabalho deve ser tomada como causa do subdesenvolvimento, quando, na realidade, é também resultante desse processo.

"Esta qualidade pobre (física e intelectual) da composição da força de trabalho, ou seja, a escassez de qualificação, é tomada como causa do subdesenvolvimento e não como resultante e parte necessária do processo dependente de desenvolvimento. A própria expansão do sistema capitalista requer países dominantes e dominados, estes últimos considerados como subdesenvolvidos. Sendo assim, a situação de subdesenvolvimento não é decorrente da falta de qualificação da população ativa, mas esta é decorrente dele e o reforça por sua vez". BENJAMIN (op. cit. p. 68-8).

Este argumento utilizado pela autora, não deixa de representar outra dimensão do problema da circularidade, que está presente em muitos modelos neoclássicos.

Assim, numa perspectiva mais ampla, se pode citar o estudo desenvolvido por HIRSCHMAN (1961). Para o autor, o processo de desenvolvimento não estaria na dependência de recursos de capital ou conhecimento técnico, mas "dependeria da capacidade e determinação de uma nação e seu povo de se organizar para o desenvolvimento". (op. cit. p. 23). Os fatores prejudiciais ao desenvolvimento estariam, basicamente, manifestados na falta de capacidade individual e empresarial, no excesso de individualismo, nas exageradas expectativas de lucro, que seriam condicionantes dos índices de poupança, no conservadorismo e na falta de espírito de cooperação. A circularidade presente em tais conclusões é manifestada pelo próprio autor, que entretanto não chega a avaliar o processo his-

tórico que condiciona a situação de subdesenvolvimento à própria estrutura econômica e social.

LIMA (1980, p. 220), relaciona uma série de argumentações em oposição ao capital humano. A par de críticas envolvendo as técnicas de quantificação utilizadas e a concepção ortodoxa do modelo, o autor salienta o fato de que, seus adeptos, ao se preocuparem apenas com o lado da oferta do mercado de trabalho, estariam admitindo ser o mercado contínuo. Isso os impediria de perceber a existência de barreiras à mobilidade ocupacional que são determinadas pela estrutura das firmas, ou seja, pela ocorrência de descontinuidades no mercado de trabalho.

BCME-BIBLIOTECA

Outra contribuição crítica de LIMA (op. cit. p. 228), se refere ao pressuposto, presente nestas concepções, de que maior habilidade cognitiva levaria a maior produtividade e maiores salários e, a partir disso, correlacionarem positivamente educação e renda. Esse pressuposto foi atacado por vários autores, originando outros modelos ortodoxos, que em contraposição ao do capital humano, tem argumentado que as escolas nem sempre produzem habilidade cognitiva, ou ainda, que um aumento nos anos de escolarização não contribui, necessariamente, para aumentar a produtividade. As linhas básicas desses modelos, são descritas a seguir.

A partir de estudo desenvolvido por BERG (1970), surge o ponto de vista de que as escolas não produziram habilidades cognitivas, mas que seu papel seria o de fornecer certas credenciais. Esta corrente considera a escola como um instrumento de seleção legitimado pela sociedade. Estas estariam filtrando, selecionando, os estudantes de acordo com características sócio-econômicas e, além disso, estariam reforçando essas características de status, tornando mais fácil, tanto a tarefa de selecioná-los pelo empregador, como, a estratificação por grupos sociais.

O enfoque credencialista influencia as abordagens econômicas que se contrapõem ao do capital humano: nestes, o diploma seria considerado pelo empregador como um "sinal" de possível êxito no trabalho, ou então como uma característica que posiciona o empregado na "fila" de trabalho.

Os modelos de "sinalização" estão presentes nos trabalhos de ARROW (1972) e SPENCE (1973), conforme referência de CARNOY (1977, p. 22-3).

Neste modelo a tese está fundamentada em que, os empregadores, embora estejam interessados na produtividade ao contratar mão-de-obra, não estão aptos a distinguir, pelo perfil do empregado, que traços pessoais são relevantes para a produtividade de um tipo específico de trabalho. O empregador decide, portanto, sob um certo grau de incerteza. Para julgar da capacidade produtiva dos empregados, eles se apoiam em determinados "sinais" que são dados por características pessoais, referentes a: idade, sexo, raça, educação e resultado de testes. Utilizando diferentes combinações de sinais, o empregador infere sobre a capacidade produtividade do trabalhador. Assim, seriam essas avaliações subjetivas os determinantes da oferta de salários.

Dado que a oferta de salários é fixada a partir de uma quantidade de sinais, os trabalhadores irão adquirir um montante dos mesmos que maximize a diferença entre a oferta de salários e o custo de aquisição do sinal.

Para os teóricos da "sinalização" a maior escolarização, por si, não contribui para aumentar a produtividade. A habilidade cognitiva não seria produzida na escola, mas influenciada por fatores sócio-culturais pré-existentes. Como a escola tem uma função de seletividade, tanto na entrada, como no processo, a conclusão do curso, dada pelo diploma, funcionaria como um sinal de possível sucesso no emprego.

No trabalho desenvolvido por THURLOW e LUCAS (1972), conforme citação de CARNOY (op. cit. p. 26-7), a ênfase é dada ao fato de não haver relação causal entre produtividade e salário. Os pressupostos básicos desse enfoque estão referidos aos argumentos: 1. a oferta de trabalho desempenha papel pouco importante na determinação dos salários, essa premissa os torna tributários do pensamento de Keynes; 2. as características pessoais dos indivíduos, com exceção para treinabilidade, não são importantes na determinação da produtividade, esta seria um atributo das condições objetivas de produção e não das pessoas.

Nesta concepção, as empresas que trabalham com modernos equipamentos, possuem alta produtividade do trabalho. Para tais empregos existiriam filas de trabalhadores. Porém, os conhecimentos específicos, nestas empresas, seriam dados pelo treinamento formal e informal. Sendo, portanto, os traços pessoais que favorecem a treinabilidade, usados como principal critério de seleção.

Aqueles trabalhadores que apresentam determinadas características sócio-culturais que venham diminuir os custos de treinamento, são melhor posicionados na fila de trabalho e recebem os melhores empregos. Assim, o posicionamento na fila é determinado por traços pessoais que incluem: idade, educação, resultado de testes, conhecimento e experiência anteriores.

2.5 - A Teoria da Segmentação

BCME - BIBLIOTECA

As colocações que levam ao surgimento da teoria da segmentação do mercado de trabalho, seguem diversas abordagens. Porém, a maioria tem como traço comum o fato de considerarem que a teoria do capital humano tem supervalorizado os efeitos da escolarização no desempenho e na mobilidade ocupacional dos indivíduos.

Para os adeptos da segmentação as causas que determinam a distribuição dos salários, a mobilidade ocupacional e o preenchimento dos postos de trabalho, devem ser procurados mais na estrutura do mercado de trabalho do que nas pessoas. Assim, o problema básico da teoria do capital humano seria o de condicionar as questões de emprego e salário às forças da oferta e a toda a gama de características pessoais que a mesma envolve, quando estas questões estão condicionadas, também, pela demanda e dependem da estrutura das firmas e das condições do mercado.

Muitos teóricos da segmentação tem identificado sua origem como estando ligada ao processo de valorização do capital. A mesma teria surgido como consequência de transfor-

mações na estrutura de produção e na estrutura das próprias empresas, que tiveram lugar na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

REICH, GORDON e EDWARDS (1973, p. 360-1), em estudo sobre as origens da segmentação do mercado de trabalho, identificam sua origem com as mudanças ocorridas nas relações sociais de produção. Argumentam, esses autores, que à época do capitalismo competitivo, nos Estados Unidos, o mercado de trabalho apresentava tendência a crescente homogenização da força de trabalho. O sistema fabril criava diversas classes de trabalhadores semi-qualificados. Esta crescente homogenização aliada a crescente proletarização da classe trabalhadora, teria originado os grandes movimentos reivindicatórios do início deste século.

BCME - BIBLIOTECA

Coincidindo com tais movimentos, os grandes conglomerados industriais consolidam seu poder oligopolista de controle dos mercados de produto e de trabalho. Tal estrutura teria gerado um novo sistema de poder - o controle burocrático. Estes autores salientam, que no mercado de trabalho os níveis de produção estáveis das grandes indústrias originavam a criação de postos de trabalho também estáveis, onde a promoção ocupacional e salarial representavam características básicas. Em contrapartida, nas indústrias periféricas a instabilidade da demanda por seus produtos fazia com que o emprego e os trabalhadores tendessem também a apresentar características de instabilidade.

Autores como VIETORISZ e HARRISON (1973, p. 374-5), tem chamado a atenção para o fato de que tal estrutura do mercado de trabalho se reflete também na estrutura social, notadamente na educação e profissionalização. Mostram que esses reflexos se fazem presentes porque o setor moderno, em consequência da alta tecnologia, valoriza muito o investimento em recursos humanos ao substituir mão-de-obra não qualificada e semi-qualificada por capital e por mão-de-obra altamente especializada. Em contra-posição, o setor competitivo da economia, não teria incentivo à melhoria técnica e à educação. Os padrões de comportamento, dessa parcela da força de trabalho são incompatíveis com os existentes no setor mo-

dero e se refletem na estrutura familiar e social.

CUNHA (1979, p. 38) chama a atenção para outros condicionantes, que juntamente com a mudança nas relações sociais de produção, também atuam favoravelmente para que ocorra internalização. Entre estes estão: - as novas relações técnicas na produção, como consequência do processo histórico de acumulação e concentração do capital que exige cada vez mais qualificações específicas e, - as vantagens que representam, em termos de custos, a criação de mecanismos próprios de controle, distribuição e remuneração da mão-de-obra.

É neste contexto da estrutura de produção que surge a dicotomia do mercado de trabalho. A classificação mais comumente utilizada refere-se a existência de um mercado interno de trabalho ou, como alguns consideram, segmento primário do mercado e um mercado externo, ou segmento secundário.

Os mercados internos estão caracterizados pela existência de mobilidade ocupacional vertical e promoção salarial, além de concentrar as ocupações com salários relativamente mais elevados, maior produtividade e estabilidade no emprego. Outra característica dominante se refere ao controle hierárquico da força de trabalho, esquemas de cooperação e disciplina, próprios de doutrinas como o Taylorismo e o Fordismo, tornam-se bastante comuns em tais mercados.

Os mercados externos de trabalho se caracterizam por apresentar critérios de seleção menos rigorosos, os traços pessoais referentes à cooperação e hábitos confiáveis de trabalho, as definições hierárquicas, não são importantes nesses mercados. Está caracterizado, ainda, pela alta rotatividade da mão-de-obra, salários relativamente baixos, estagnação tecnológica e altos índices de desemprego. A probabilidade de mudança ocupacional dos mercados externos para os internos quase não se verifica. Pertencer a mercados internos pressupõe a existência de determinadas características, relativas à socialização, como: treinabilidade, internalização de hábitos e valores da empresa, hábitos de trabalho confiáveis, que a própria internalização reforça e que estão ausentes nos mercados externos.

Com respeito especificamente à educação, o estudo de

CARNOY (op. cit. p. 58), faz referência ao sentido que a educação formal adquire na teoria da segmentação. Para este autor a importância da educação pode ser considerada nula, no caso do segmento secundário, tanto para a obtenção de postos de trabalho como na determinação dos salários. Já no caso do segmento primário, que o autor subdivide em primário subordinado e primário independente - este último considerado como o segmento com educação superior -, a educação adquire relativa significação. Para o autor, as ocupações no setor primário independente requerem trabalho criativo e internalização de normas. As tarefas desempenhadas, neste segmento, requerem que o fator escolaridade seja considerado, ao menos para o ingresso do trabalhador no mercado.

No caso do Brasil, apesar da ausência de formulações teóricas que busquem avaliar as circunstâncias históricas em que a segmentação ocorre, vários autores tem desenvolvido trabalhos, na tentativa de comprovação empírica de sua existência¹.

Uma característica relacionada a economias periféricas, que tem sido comprovada nos estudos de segmentação do mercado no Brasil, diz respeito a grande extensão do mercado secundário, em consequência da heterogeneidade da estrutura de produção e do atraso tecnológico do setor. Os mercados externos estariam presentes não só em ocupações de baixa produtividade mas também nas de produtividade média. Além disso, como a demanda por trabalhadores é maior nos mercados exter-

¹Alguns trabalhos sobre a existência de segmentação, no Brasil: P. Vieira da Cunha "Dualismo no Mercado de Trabalho: Uma Verificação Empírica em uma Amostra de Trabalhadores de Baixa Renda" in, Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 7, nº 1, Abril 1977. Ricardo Lima, "Educação, Rendimentos e Mobilidade Ocupacional em Salvador-Bahia", ECIEL. Julho, 1978. Cláudio M. Considera, "Estrutura e Evolução dos Lucros e dos Salários na Indústria de Transformação", Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 10, nº 1, Abril 1980.

nos, o controle sindical e a observância de piso salarial adquirem importância nestes mercados.

Existem linhas de pensamento distintas da focalizada pelos adeptos da segmentação, que procuram analisar o processo de trabalho num sistema monopolista de produção, sem considerar o mercado como segmentado. Nessa linha, é possível citar o trabalho de BRAVERMAN (1977), no qual o autor, baseado em MARX, procura mostrar que a partir da centralização de capitais e do emprego de elevadas tecnologias, o processo de desqualificação do trabalhador tem crescido continuamente. Tal desqualificação não é verificável, apenas, em atividades manuais mas se estende também ao trabalho intelectual. Para o autor um aumento no tempo médio da escolarização, antes da entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho, não significa que essa maior instrução seja necessária às empresas.

O desenvolvimento do sistema capitalista teria tornado desnecessária a escola para o mundo do trabalho.

Na definição da fundamentação teórica que servirá de base a parte empírica do trabalho considera-se que as concepções que têm por base a estrutura do mercado e o controle social que a mesma pressupõe, como a teoria da segmentação e o enfoque desenvolvido por BRAVERMAN, são mais adequados aos objetivos da análise, porque são inspirados em pressupostos concretos da estrutura produtiva.

A consideração dos pressupostos neoclássicos do modelo do capital humano, na presente análise, deveria supor a ocorrência das seguintes situações: - a maior oferta de graduados, dada pela expansão do ensino superior, geraria mais empregos típicos desse nível, assegurando, em consequência, o pleno emprego dos graduados; - ou então, levaria a uma queda nos salários e, em consequência, haveria uma retração na oferta, porque muitos deixariam de investir em mais educação, refazendo-se o equilíbrio.

Tais situações não ocorrem, porque os profissionais de nível superior estão condicionados à estrutura de mercado. Embora não se pretenda uma análise específica de segmentação, referida a comprovação de sua ocorrência no mercado de trabalho, os pressupostos em que se baseia, parecem mais ade

quadros às hipóteses de trabalho definidas.

Ao analisar a situação ocupacional dos profissionais de nível superior, se deve ter presente a crescente desvinculação existente entre o mundo de trabalho e o da educação. Tal desvinculação, não tem o sentido que o sistema educacional tem tradicionalmente colocado: de que a escola não estaria preparando adequadamente o profissional que o mercado de trabalho requer. Mas sim, o sentido de que a estrutura capitalista de produção, possui seus próprios mecanismos de seleção e treinamento e prescinde da escola para formar seus quadros.

Se por um lado a sociedade reclama por mais oportunidades no campo educacional, por outro se defronta com a colocação dos graduados no mercado de trabalho. Essas requisições são antagônicas, pois como afirma SALM (1980, p. 35) "o mundo do trabalho requer um mínimo de educação para a maioria e o máximo para a minoria".

Ao salientar os aspectos contraditórios entre educação e trabalho, não se conclui pela inexistência de relação entre funções específicas do mercado de trabalho e a qualificação profissional. Mas considera-se que um modelo adequado de análise, leva em conta, tanto a estrutura das empresas como considera também as características da oferta, onde a educação, como a idade, sexo, nível social, entre outras, adquirem distintos graus de significância.

A própria estrutura do ensino superior brasileiro, baseado na privatização e no maior crescimento da área humanística, teria levado a uma hierarquização dos diplomas, fazendo com que os graduados de determinadas instituições ou de determinadas áreas de conhecimento, levem vantagens sobre outros na concorrência por empregos. Estas particularidades levam à opção por categorias de análise que considerem as condições sociais dos egressos, o tipo de instituição que frequentaram, as categorias de sexo e idade, as diferenças regionais da estrutura ocupacional como categorias que influenciariam nas condições de ocupação dos graduados.

Considera-se, ainda como afirma VELLOSO (1980) que a educação assume uma função socializadora em relação a estrutura do mercado de trabalho. Porque neste, o controle buro-

crático, passa a exigir e valorizar aspectos não-cognitivos, como traços de personalidade e valores comportamentais, que mostram a presença do controle social, na contratação de postos de trabalho.

Ao considerar o modelo de segmentação como apoio teórico, se leva em conta que o diploma continua a ser um mecanismo de seleção considerado pelo empregador. Notadamente por que este, supõe que o sucesso na escolarização requer traços pessoais compatíveis com as relações sociais na estrutura capitalista. Porém, a consideração de mercados internos mostra que o preenchimento de postos de trabalho pode se dar pela promoção interna, por antiguidade e outras características, que os modelos neoclássicos não consideram.

CAPÍTULO II

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

BCME-BIBLIOTECA

Neste capítulo são analisadas algumas características da expansão do ensino superior no país e suas consequências sobre a estrutura do ensino e do emprego desse nível. Analisa-se, ainda, a estrutura da oferta de trabalho, dada pela situação ocupacional nas várias categorias profissionais. Para tanto são utilizados os dados estatísticos coletados pelo Ministério da Educação e Cultura e os dados dos censos demográficos de 1970 e 1980, da FIBGE.

As primeiras universidades brasileiras, foram criadas a partir de 1930, pela transformação ou reunião de escolas superiores isoladas. Segundo REIS FILHO (1978, p. 200-1), data dessa época um primeiro surto expansionista no ensino superior brasileiro. Para o autor, tanto as maiores taxas de crescimento do período 1929/35 como as que ocorreram em meados da década de 50, estavam relacionadas a mudanças no modelo econômico. A primeira fase, ligada ao surgimento do capitalismo industrial e a segunda a sua intensificação e à entrada de capitais estrangeiros. Tais mudanças favoreceram o surgimento e posteriormente a consolidação de uma classe média urbana, que dadas as condições de crescimento e os novos tipos de empregos gerados, passa a ver no ensino superior uma forma de ascensão social e de participação política.

O período de interesse para a análise, tanto pelas características da expansão que apresenta, como pelas consequências sobre o emprego de profissionais desse nível, abrange os anos 60 e vai até meados da década de 70. Nessa fase, entre as políticas educacionais implementadas pelo Estado, a expansão do ensino superior foi a de maior expressão.

Em 20 anos, o ensino superior brasileiro cresce a matrícula de 95.691 alunos existentes em 1966, para 456.691 em 1970, chegando a 1.378.618 matriculados. Esses números correspondem a uma taxa média anual de crescimento de

17% na primeira década e de 12% na segunda. Essa expansão relaciona-se a um crescimento também significativo do ensino de segundo grau, em contraposição, o ensino elementar, no mesmo período, apresenta menores índices de crescimento (Tabela I).

TABELA I - Expansão da matrícula, segundo os graus de ensino - 1960/80.

ANO	1º GRAU			2º GRAU			3º GRAU		
	MATRÍCULA	CRESCIMENTO		MATRÍCULA	CRESCIMENTO		MATRÍCULA	CRESCIMENTO	
		ÍNDICE	TAXA MÉDIA		ÍNDICE	TAXA MÉDIA		ÍNDICE	TAXA MÉDIA
1960	8.368.285	100	-	267.144	100	-	95.691	100	-
1965	11.568.503	138	6.7	509.110	190	13.8	155.781	162	10.2
1970	15.894.627	190	6.6	1.003.475	375	14.5	456.134	476	24.0
1975	19.549.249	233	4.2	1.935.903	725	14.0	944.834	987	16.0
1980	22.598.254	270	2.9	2.819.182	1.055	7.8	1.378.618	1.441	7.8

FONTE: MEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Para PAIVA (1980, p. 42) essa nova política de crescimento educacional estava relacionada ao novo pacto de forças estabelecido pelo regime político. Nesse novo pacto o Estado prescinde da aliança com os trabalhadores e camponato e busca sua base de legitimação no empresariado e nas classes médias urbanas. A desaceleração da expansão ao nível do ensino elementar, seria o reflexo sobre o sistema educacional, da estrutura sócio-econômica e política vigentes na sociedade.

Além da motivação política, muitos autores tem relacionado uma série de causas imediatamente ligadas ao modelo de desenvolvimento que se configurava à época. Entre essas é válido destacar, as pressões da classe média urbana por mais vagas ao ensino superior, as necessidades de mão-de-obra qualificada e a expansão da rede secundária pública nas grandes áreas urbanas.

Estas causas estão relacionadas entre si, configura-

das no modelo econômico e social que então caracteriza a sociedade brasileira. O surgimento de uma classe média urbana que se consolida a partir da industrialização de meados da década de 50, bem como o crescimento da urbanização levam a formação de um potencial de demanda reprimida por ensino superior, cuja motivação básica está na ideologia da mobilidade social e no status que a universidade representa. A par desse motivo e estreitamente relacionado a ele, o modelo econômico que se desenvolve e consolida, a partir dos anos 60, baseado na concentração das empresas e no aumento da burocracia do Estado, passa a exigir maiores requerimentos de mão-de-obra especializada.

BCME-BIBLIOTECA

Para CUNHA (1980, p. 238) a explicação do aumento de demanda por ensino superior está muito ligada ao modelo de desenvolvimento concentrador, que se configurava então. Segundo o autor, a classe média vê retrair-se as oportunidades de ascensão social, que normalmente estavam presentes nas áreas urbanas, como, os pequenos negócios industriais ou comerciais, o artesanato e a prestação de serviços. Tal retração é consequência da crescente unificação dos mercados regionais num mercado nacional, a concentração de empresas e a instalação de grandes capitais estrangeiros.

A política econômica então implementada, esta baseada no desenvolvimento dependente, onde a tônica é a necessidade de aproveitamento dos capitais acumulados nas economias centrais, que se associam a grandes capitais nacionais. PAIVA (op. cit. p. 46).

Este tipo de desenvolvimento é caracterizado pela utilização intensiva de capital, pela divisão do trabalho mais acentuada e por requerimentos de mão-de-obra especializada.

Ao configurar-se tal quadro de dependência, as maiores exigências de pessoal de nível superior, além de estarem relacionadas às atribuições do trabalho, também podem ser referidas como a transferência de padrões de escolaridade próprios das economias avançadas, os quais influenciam o aumento de requisições de títulos também nas empresas estatais e nacionais.

Outra causa que igualmente induz à maior expansão do

ensino superior, está relacionada ao crescimento do ensino de segundo grau. Essa expansão é significativa principalmente no período entre 1960 e 1975; o que faz supor que tenha crescido a demanda potencial por ensino superior.

A Reforma Universitária de 1968 está estreitamente relacionada a expansão e a suas causas. A Reforma está consubstanciada na Lei. 5.540/68, que fixa normas para o funcionamento do ensino superior no país. Estas normas se referem a reestruturação das universidades, visando sua modernização e flexibilidade administrativa.

À época em que se estrutura a lei da reforma, era pensamento de amplas camadas da sociedade, que o modelo universitário brasileiro encontrava-se inadequado ao padrão de desenvolvimento e ao modelo de crescimento econômico que se efetivava.

Segundo PAIVA (op. cit. p. 43-4), os reclamos por reforma vinham da própria comunidade universitária e dos estudantes em geral, que viam a democratização do ensino como parte de um projeto mais amplo, de democratização da sociedade. Como vinham também do empresariado, que necessitava de técnicos a custos menores. Para a autora, a reforma interessava, ainda, aos norte-americanos. Apoiados na "doutrina da interdependência" os técnicos americanos que influenciavam as decisões de política educacional no Brasil, objetivavam tornar a educação funcional, ou seja, o ensino superior deveria se voltar para a formação dos quadros profissionais de que necessitavam os grandes capitais estrangeiros investidos ou por investir, no país.

Portanto, embora houvesse interesse de reforma em vários setores da sociedade, os motivos e objetivos eram distintos; e o modo como a mesma foi efetivada, não atendia aos reclamos da classe universitária, nem em termos de democratização do ensino, nem no sentido de estruturação de uma universidade crítica.

Embora a reforma realizada, não fosse aquela desejada pelo movimento universitário, os resultados de sua implementação se refletem na expansão do ensino superior; como consequência da reestruturação administrativa e acadêmica.

A reestruturação das universidades, pela Reforma, leva a um aumento de vagas no ensino superior público; entretanto, isoladamente, a reforma não constitui fator decisivo para gerar a acelerada expansão que, então, se verificou. O crescimento mais expressivo do ensino superior se dá a partir da autorização de cursos em estabelecimentos isolados particulares.

Assim, ao considerar as características da expansão do ensino superior, alguns aspectos são destacáveis. Entre estes, a intensa privatização e o crescimento desigual entre regiões geográficas e áreas de conhecimento.

Além do incentivo à expansão da rede privada, que se configura tanto a nível legal, na autorização de cursos; como a nível de apoio técnico e financeiro, existem outros fatores que concorrem para a expansão da rede privada. O próprio crescimento do ensino secundário público, aliado ao decréscimo do poder aquisitivo da classe média, torna menor a taxa de lucros dos investimentos nesse nível de ensino. Portanto, ocorre um deslocamento do interesse das empresas educacionais, que passam a atender a grande demanda do 3º Grau, sem necessidade de maiores investimentos.

A criação do programa de crédito educativo é outro mecanismo facilitador da expansão da rede privada. O programa visa subsidiar aqueles que não conseguem financiar os custos da educação. Após 4 anos de implementação, em 1980, as estatísticas mostram que 500 mil universitários pagam seus estudos utilizando-se do crédito, com o compromisso de restituí-lo, gradualmente, após um ano de formatura. Com isso há uma tentativa de diminuir a pressão de demanda de camadas de classe média ao ensino público, e também evitar pressões da sociedade contra a acelerada privatização.

Em 1980, o ensino superior no país, em termos de instituições de ensino⁽¹⁾, estava assim estruturado: 67 univer-

¹A expressão estabelecimento ou instituição de ensino superior (IES), é utilizada genericamente para designar qualquer tipo de unidade de ensino superior. Estes estabelecimentos podem ser de três tipos; universidades, federações de escolas e estabelecimentos isolados.

sidades e 815 federações de escolas e estabelecimentos isolados. Nas duas décadas consideradas, enquanto a rede pública passa de 59 estabelecimentos existentes em 1960, para 230, em 1980, o sistema privado de ensino cresce de 99 para 652 estabelecimentos (Tabela II).

TABELA II - Número de instituições de ensino superior segundo o tipo e a dependência administrativa - 1960/80.

ANO	PÚBLICAS			PARTICULARES				TOTAL				
	UNIVER- SIDADES	ISOLADOS E FEDERAÇÕES	TOTAL	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO	UNIVER- SIDADES	ISOLADOS E FEDERAÇÕES	TOTAL	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO	UNIVER- SIDADES	ISOLADOS E FEDERAÇÕES	TOTAL	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO
1960	20	39	59	-	10	89	99	-	30	128	158	-
1965	24	64	88	8.3	12	135	147	8.2	36	199	235	8.3
1970	36	123	159	12.5	17	340	357	19.4	53	463	516	17.0
1975	37	202	239	8.5	22	616	638	12.3	59	818	877	11.2
1980	47	183	230	- 0.7	20	632	652	0.4	67	815	882	0,1

FONTE: MEC. Secretaria da Educação Superior.

A evolução das conclusões de segundo grau, comparadas à oferta de vagas e às inscrições no ensino superior, na década de 1970/80, mostram o sentido da pressão de demanda, sobre esse nível de ensino. Esses dados são também indicadores do potencial de demanda reprimida pelo 3º Grau, uma vez que as inscrições ao vestibular, crescem a taxa maior que as conclusões de segundo grau. Neste período, enquanto as conclusões de 2º Grau crescem a taxa média anual de 9,2% as vagas oferecidas crescem 11,2% e as inscrições nos vestibulares expandem a 17,8% (Tabela III). O maior volume de inscrições pode ser explicado pela expansão acentuada, no período, do ensino supletivo e pelo expressivo número de pessoas que tendo concluído o segundo grau em períodos anteriores voltam a demandar ensino superior pelas facilidades de ingresso que

a expansão da rede isolada particular proporciona.

TABELA III - Expansão das conclusões de 2º Grau, comparados à demanda e oferta de ensino superior, 1970/80.

ANOS	CONCLUSÕES DE 2º GRAU (a)	INSCRIÇÕES NO VEST. (b)	VAGAS OFE- RECIDAS (c)	a/c	b/c
1970	225.913	328.931	145.000	1.6	2.3
1972	296.454	416.662	223.009	1.3	1.9
1974	349.909	614.805	309.448	1.1	2.0
1976	435.489	945.279	382.418	1.1	2.5
1978	501.061	1.250.537	401.977	1.3	3.1
1980	545.643	1.689.249	420.231	1.3	4.1

FONTE: Conclusões de 2º Grau - MEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Inscrições e Vagas - MEC. Secretaria da Educação Superior, Pesquisa do Vestibular.

Em termos de matrícula, enquanto o ensino público cresceu a uma taxa média anual de 14,9% entre 1960 e 70; e de 9,5% entre 1970 e 80, na rede particular essa expansão alcançou 19,1% e 13,4%, respectivamente.

Com referência às conclusões de curso superior, chega-se a 1980 com um total de 221.829 novos profissionais, o que significa um crescimento, para a rede pública de 12,9% na primeira década e de 8,7% na segunda; enquanto na rede privada a mesma taxa alcança os percentuais de 16,1 e 17,1%, respectivamente (Tabela IV).

TABELA IV - Matrícula e conclusões do ensino superior de graduação segundo a dependência administrativa das instituições - 1960/80.

ANO	MATRÍCULA						CONCLUSÕES					
	CRESCIMENTO			CRESCIMENTO			CRESCIMENTO			CRESCIMENTO		
	PÚBLICAS	ÍNDICE	TAXA MÉDIA	PRIVADAS	ÍNDICE	TAXA MÉDIA	PÚBLICAS	ÍNDICE	TAXA MÉDIA	PRIVADAS	ÍNDICE	TAXA MÉDIA
1960	53.624	100		42.067	100		10.323	100		6.570	100	
1965	88.986	165	10.7	66.795	159	9.7	12.336	119	3.6	8.457	128	5.1
1970	215.077	401	19.3	241.057	573	29.3	34.920	338	23.1	29.129	443	28.1
1975	365.886	678	11.1	580.948	1.381	19.2	54.230	525	9.2	95.637	1.454	26.8
1980	535.789	995	7.9	844.829	2.008	7.8	80.535	780	8.2	141.294	2.150	8.1

FONTE: 1960/75 - MEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

1980 - MEC. Secretaria da Educação Superior.

BCME - BIBLIOTECA

Em termos da participação relativa da rede pública e privada de ensino, destaca-se que em 1960, 56% do alunado estudava em estabelecimentos públicos. Em 1970 essa participação percentual já assume maior peso na rede privada, que detém 53% do alunado. Finalmente, em 1980 a participação da rede privada alcança 61% da matrícula, sendo que nas escolas isoladas e federações particulares concentra-se 43% do alunado total, correspondendo, em 1980, a 597.567 matrículas.

Embora a expansão tenha ocorrido em todos os níveis de cursos, ela é muito mais expressiva nas áreas de humanidades e letras, pelas próprias características presentes na privatização. Isso ocorre, em grande parte, porque a rede particular isolada, promove a expansão pelo crescimento de cursos como; direito, administração, economia, educação, entre outros nos quais os custos de implantação e funcionamento são bastante reduzidos, não implicando em grandes investimentos. Os cursos que demandam maiores investimentos em laboratórios, hospitais, fazendas e oficinas, como são a medicina, engenharia, agronomia e veterinária, ficam mais a cargo da rede pública ou das grandes universidades particulares (Tabela V). Esse tipo de crescimento é contraditório, em relação aos preceitos da Reforma Universitária, que pretendia uma maior ex-

pansão do ensino nas áreas prioritárias para o desenvolvimento nacional.

TABELA V - Percentual de participação da matrícula no ensino superior, segundo os cursos de graduação e a dependência administrativa das instituições - 1980.

CURSOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	PÚBLICO (%)			PARTICULAR (%)		
		UNIVERSIDADE	ISOLADO	TOTAL	UNIVERSIDADE	ISOLADO	TOTAL
Direito	140.681	22.4	4.1	26.5	21.2	52.3	73.5
Letras	81.832	27.6	13.1	40.7	14.8	44.5	59.3
Pedagogia	93.442	19.2	13.2	32.4	9.9	57.4	67.3
Administração	145.434	12.8	8.7	21.5	13.2	65.3	78.5
Economia	67.570	25.4	7.3	32.7	20.2	47.1	67.3
Comunicação Social	34.478	23.4	0.7	24.1	24.7	51.2	75.9
Ciências Contábeis	69.020	18.3	7.0	25.3	20.1	54.6	74.7
Psicologia	53.990	15.3	5.0	20.3	24.9	54.8	79.7
Engenharias	146.658	37.4	13.0	50.4	24.8	24.8	49.6
Medicina	54.176	52.3	7.7	60.0	9.4	30.6	40.0
Agronomia	18.013	65.1	22.5	87.6	3.1	9.3	12.4
Odontologia	24.817	51.8	6.8	58.6	9.8	31.6	41.4
Química	8.557	66.2	4.7	70.9	13.8	15.3	29.1

FONTE: MEC - Secretaria da Educação Superior.

Em 1980, 63% da matrícula de graduação correspondia as áreas de humanidades e letras. Com referência a conclusões de cursos, estas áreas graduaram 65% do total de profissionais; sendo os cursos de direito (10,4%), pedagogia (9,8%), administração (9,7%) e letras (6,2%) os que se apresentam predominantes (Tabela VI).

Com referência a regionalização, embora os índices de crescimento mostrem uma expansão generalizada, é nas regiões Sul e Sudeste que se concentra o maior crescimento da rede particular isolada. Em 1980, estas duas regiões participam com 77% da matrícula total e 79% das conclusões de graduação (Tabela VI).

TABELA VI - Matrícula e conclusões de graduação, segundo as regiões geográficas e as áreas de conhecimento - 1980.

REGIÕES	C. EXATAS E TECNOLOGIA	C. BIOLÓGI- CAS E PROF. DE SAÚDE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS HUMANAS	LETRAS E ARTES	TOTAL
<u>NORTE</u>						
matrícula	6.431	6.111	1.351	17.601	1.281	32.775
conclusões	593	908	214	2.181	191	4.087
<u>NORDESTE</u>						
matrícula	47.876	31.803	9.315	112.225	21.001	222.220
conclusões	5.542	5.465	1.271	18.254	3.190	33.722
<u>SUDESTE</u>						
matrícula	196.813	94.245	13.691	452.939	65.350	823.038
conclusões	29.780	17.063	2.126	79.842	11.896	140.707
<u>SUL</u>						
matrícula	51.513	29.001	9.834	124.098	18.579	233.025
conclusões	6.358	4.709	1.443	16.212	3.680	32.402
<u>CENTRO-OESTE</u>						
matrícula	9.994	6.816	2.018	44.154	4.578	67.560
conclusões	1.176	1.221	387	7.660	467	10.911
<u>BRASIL</u>						
matrícula	312.627	167.976	36.209	751.017	110.789	1.378.618
conclusões	43.449	29.366	5.441	124.149	19.424	221.829

FONTE: MEC - Secretaria da Educação Superior, Relatório Anual das IES.

O crescimento entre regiões pode ser melhor avaliado quando se considera a população com ensino superior em relação a população economicamente ativa em cada região. A comparação entre os períodos em estudo, mostra que, embora tenha o corrido significativo crescimento dessa relação em todas as regiões, permanece a desproporção entre as mesmas. Em 1980,

enquanto nas regiões Norte e Nordeste, em cada 1.000 constituintes de PEA, com 20 anos e mais, respectivamente 22 e 25 possuíam educação superior; nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estes parâmetros alcançam, 40, 50 e 32 por 1.000, respectivamente (Tabela VII).

TABELA VII - Relação entre matrícula e conclusões de graduação por 1.000 constituintes da PEA com 20 anos e mais, segundo as regiões geográficas - 1960, 70 e 80.

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	BRASIL
Matrícula/Pea						
1960	3.6	3.1	6.7	6.3	3.2	5.3
1970	10.5	9.2	27.3	17.8	14.9	19.3
1980	22.3	25.6	49.7	40.3	31.9	39.8
Conclusões/Pea						
1960	0.5	0.6	1.2	1.1	0.4	0.9
1970	1.3	1.6	3.6	2.5	2.5	2.7
1980	2.8	3.9	8.5	5.6	5.1	6.4

FONTE: Matrícula e Conclusões; 1970 - MEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura. 1980 - MEC - Secretaria da Educação Superior.

População Economicamente Ativa; FIBGE - Anuário estatístico do Brasil, 1965 e Censo Demográfico, 1970 e 1980.

Dadas as características principais da expansão do ensino superior, busca-se analisar alguns resultados referentes às ocupações desse nível, através da análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980 da FIBGE.

Assim, uma primeira inferência refere-se a que na procura por trabalho, compatível com a formação, a oferta excede a disponibilidade de postos. Uma comparação genérica, mostra que o ensino superior segue um ritmo de crescimento mais elevado que o nível de emprego no país. Enquanto o número de

conclusões no ensino superior cresceu a uma taxa média anual de 13.3% entre 1970 e 80, o número total de empregos e o de pessoal ocupado com nível superior crescem, respectivamente 3.6 e 12.5% no mesmo período (Tabela VIII).

A proximidade entre a taxa de crescimento das pessoas ocupadas com 15 anos e mais de estudo e a de crescimento das conclusões do ensino superior, não significa um comportamento equilibrado dessas variáveis. A primeira taxa representa o estoque de pessoas ocupadas, que não necessariamente concluíram seus estudos no período considerado. Deve-se observar, ainda, que entre os ocupados com 15 anos e mais de estudo estão incluídos aqueles profissionais que não exercem funções típicas de nível superior. Além do que, como estas são taxas médias, elas não retratam os desequilíbrios existentes nos anos de menor atividade econômica.

TABELA VIII - Número de pessoas ocupadas, empregados com 15 anos e mais de estudo e conclusões de graduação - 1970 e 1980.

PESSOAS OCUPADAS E CONCLUSÕES DE GRAD.	1 9 7 0	1 9 8 0	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL
Total de Ocupados*	28.959.266	41.420.823	3.6
Empregados com 15 anos e mais de es- tudo*	472.785	1.531.309	12.5
Conclusões de Gra- duação	64.049	221.829	13.3

*Inclui: Trabalho não remunerado. Não inclui os que à época do censo estavam procurando trabalho.

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

A distribuição regional e setorial do emprego para pessoas com 15 anos e mais de estudo, mostra uma concentração maior de profissionais de nível superior no setor terciário (Tabela IX), estando o maior peso das ocupações desse ní

vel localizado em atividades sociais⁽¹⁾ (38,7%).

Havendo, ainda, significativa concentração de profissionais desse nível, nas ocupações de administração pública e prestação de serviços. O significativo contingente de professores e administradores do ensino, incluídos na categoria atividades sociais, mostra o sistema educacional utilizando o produto de seu próprio crescimento.

TABELA IX - Participação percentual, segundo o setor de atividade e a região geográfica, das pessoas economicamente ativas, com 15 anos e mais de estudo - 1980.

SETOR DE ATIVIDADE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
ECONOMICAMENTE ATIVOS	1.531.309 100	33.806 100	199.661 100	984.556 100	221.074 100	92.212 100
Atividades Industriais	19.2	13.4	15.4	22.6	13.9	7.9
Comércio Transportes e Prestação de Serviços	20.1	17.9	13.5	22.5	19.9	17.8
Atividades Sociais	38.7	38.1	43.1	36.6	45.5	32.9
Administração Pública	12.6	21.3	17.1	10.0	11.3	29.5
Outras Atividades	9.4	9.3	10.9	8.3	9.4	11.9

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico, Brasil e Unidades da Federação, 1980.

O predomínio das atividades de administração públi-

¹O setor de atividade referido como Atividades sociais, nos censos demográficos, inclui todo o setor de serviços e comunitários; como, assistência e previdência social, associações de classe, instituições culturais, organizações recreativas, desportivas e políticas e todas as atividades de ensino.

ca, sobre as industriais e comerciais são, neste grupo profissional, bastante significativas nas regiões Norte (21,3%), Nordeste (17,1%) e, naturalmente, Centro-Oeste (29,5%). Esta distribuição mostra o pouco dinamismo do setor industrial e, mais ainda, da agropecuária, na geração de empregos desse nível. Uma característica comum à estrutura ocupacional, tem sido o crescente "inchamento" dos setores de ensino e administração pública, que absorvem a maior parte do pessoal de nível superior, o que acarretaria maior nível de subemprego nesses setores. Essa suposição se baseia no fato de que geralmente o subemprego é maior no setor público que no setor privado.

Segundo o código de ocupações, apenas os grupos ocupacionais referentes a "ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas" e parte do grupo "ocupações administrativas", são consideradas ocupações típicas de nível superior. Segundo esta classificação, se pode estabelecer que, aproximadamente 33% do grupo "ocupações administrativas, em 1970 e 36% em 1980, eram ocupações típicas de nível superior. A utilização desse critério, pode dar uma medida aproximada do grau de subutilização desses profissionais (Tabela X). Considera-se subutilizado o profissional que não exerce ocupação típica de nível superior. Em 1970, 76% do pessoal com nível superior exercia funções típicas desse nível, reduzindo-se para 69%, em 1980. Consideradas as áreas de conhecimento, verifica-se que a menor incidência de empregos típicos estão na área de Ciências Humanas e Sociais (72% em 1970 e 64% em 1980) e na área de Ciências Agrárias (76% em 1970 e 63% em 1980).

Uma consequência da expansão do ensino superior que tem sido destacada por diversos autores, está referenciada a estratificação social que a mesma teria gerado. O fato de ter sido oferecido um maior número de vagas ao ensino superior não teria beneficiado, de modo significativo, a grande maioria das camadas de classe média, principais postulantes a essas vagas. Isso porque os cursos acessíveis a essa parcela da população são cursos caracterizados pela maior desvinculação com o mercado de trabalho e oferecidos pela rede particular isolada, onde as menores exigências na seleção, os

menores níveis de qualidade acadêmica, os horários noturnos, entre outros, seriam fatores condicionantes da demanda. A barreira social que, antes da expansão, se verificava na entrada do sistema é, em grande medida, transferida para o final do curso, quando um número cada vez maior de graduados, percebe que as oportunidades de trabalho são limitadas e destinam-se mais aos egressos dos extratos mais elevados da sociedade, quase sempre provenientes da rede oficial.

TABELA X - População economicamente ativa com nível superior, segundo as áreas de conhecimento e os grupos ocupacionais - 1970 e 1980.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	GRUPOS OCUPACIONAIS	ECONOMICAMENTE ATIVOS (ABS.)	OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS (t)	OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS ARTÍSTICAS E ASSEMELHADAS	OCUPAÇÕES AGROPECUÁRIAS E INDUSTRIAIS	OCUP. COMERCIAIS, TRANSPORTES, E COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS	DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA	OUTRAS OCUPAÇÕES	PROCURANDO TRABALHO
Ciências Exatas e Tecnologia	1970	83.811	20.24	74.76	0.79	1.12	1.18	1.91	-
	1980	254.422	23.52	65.00	2.86	1.98	1.38	3.35	1.91
Ciências Biológicas e Prof. de Saúde	1970	104.658	9.12	87.52	0.13	0.93	1.38	0.97	-
	1980	274.900	11.05	75.08	0.83	5.11	1.51	5.04	1.38
Ciências Agrárias	1970	16.596	23.11	69.34	0.85	1.30	1.31	4.09	-
	1980	40.848	23.22	55.02	5.44	2.71	0.72	9.23	3.66
Ciências Humanas	1970	205.190	28.50	63.14	0.32	2.73	2.25	3.06	-
	1980	783.096	36.56	51.13	1.23	3.81	1.93	4.05	1.29
Linguagens e Artes	1970*	-	-	-	-	-	-	-	-
	1980	129.061	23.35	67.64	1.25	2.65	0.78	2.79	1.56
Outros	1970	61.843	21.57	48.25	1.05	2.88	20.48	5.77	-
	1980	105.085	26.18	51.84	2.97	4.95	8.55	4.27	1.24
TOTAL	1970	472.098	21.63	68.90	0.46	1.78	4.22	3.01	-
	1980	1.587.412	27.95	58.99	1.65	3.69	2.08	4.16	1.48

NOTA: FIBGE - Censos Demográficos do Brasil 1970 e 1980.

*incluído em outros.

CUNHA (op. cit. p. 244) refere-se a outro aspecto de contenção e discriminação social, presente na expansão do ensino superior. Para o autor, a criação de carreiras de curta duração (licenciatura de 1º Grau e tecnólogos), bem como a criação e ampliação da pós-graduação, implementados pela reforma universitária, estariam desempenhando uma função de hierarquização e discriminação social dada pela maior ou menor raridade e valor econômico do diploma adquirido.

Muitos autores tem considerado a deterioração na qualidade do ensino superior como outra consequência da expansão. Embora qualidade seja assunto controverso e de difícil medição, considerada em termos gerais, se tem argumentado que a menor qualidade, estaria relacionada, em alguma medida, à privatização e, em outra, à crescente deterioração de verbas destinadas às universidades e à educação em geral.

Do mesmo modo que o maior crescimento do ensino superior esteve diretamente relacionado ao crescimento econômico, a perda de dinamismo, caracterizada por taxas de crescimento bem menores, à partir de 1977, também está relacionada à crise econômica dos anos recentes. Entre 1977 e 1982, a taxa média anual de expansão é da ordem de 4,2%, que podem ser consideradas baixas, se comparadas aos 26,4% do período de auge (1968/73).

Entretanto, crescer à taxas menores, dado as proporções que o ensino superior já alcançou, não significa redimensionar a expansão. Permanecem as questões referentes aos déficit e crises de verbas que as instituições públicas e particulares enfrentam, atualmente, e que se refletem na qualidade do ensino. Como permanecem também as questões referentes a colocação dos graduados no mercado de trabalho.

A política educacional expansionista do período de auge econômico, visando atender à demanda reprimida e às necessidades do mercado de trabalho, deixa de considerar que a economia capitalista é cíclica. Seus períodos de auge e recessão engendram, naturalmente, aumento e declínio na demanda por trabalhadores, entre esses os técnicos de nível superior.

Com o declínio da economia, o mercado de trabalho se

reduz. Num primeiro momento, os requerimentos de escolaridade parecem aumentar, porque na concorrência por trabalho, a credencial que o diploma representa dá vantagem ao mais credenciado, fazendo supor que vale a pena investir em mais educação. Assim ocorre, até que se chegue a uma saturação maior e o desemprego alcance também os indivíduos com maior nível educacional.

O ensino superior, como a educação em geral, não possui mecanismos automáticos de retração ou redirecionamento da oferta para atender aos declínios da demanda. Querer tornar a educação funcional, atrelada às necessidades do mercado de trabalho, parece ser a principal distorção da política expansionista. Muitos educadores têm salientado, que a educação, universal e gratuita, deve ser encarada como um valor em si, independente dos requerimentos de mão-de-obra.

Ao mesmo tempo que se reconhece o legítimo direito de acesso a emprego compatível com a formação, admite-se que a educação não deve estar necessariamente e linearmente correlacionada ao trabalho.

BCME-BIBLIOTECA

CAPÍTULO III
METODOLOGIA

3.1 - Introdução

O presente capítulo busca caracterizar as hipóteses de trabalho, face aos objetivos propostos, e descrever a metodologia adotada no mesmo, incluindo-se, nesta última, informações sobre a pesquisa originária, a base de dados e os métodos de análise utilizados.

O objetivo geral do estudo visa à análise da situação ocupacional de profissionais de nível superior, formados em anos recentes, em períodos e instituições específicas, procurando detectar a influência de determinadas características sobre as condições de trabalho desses profissionais.

Neste sentido, a hipótese básica está referida a que:

- Os concludentes do ensino superior, das instituições e cursos de graduação a que o estudo se refere, nem sempre estariam exercendo as profissões para as quais teriam sido habilitados.

Essa hipótese leva em consideração os seguintes pressupostos:

- A expansão do ensino superior, à taxas muito elevadas em anos recentes, teria gerado no ensino superior brasileiro um excesso da oferta em relação aos postos de trabalho típicos desse nível.

- A estrutura monopolizada e bastante hierarquizada do mercado de trabalho, tem gerado uma desvinculação crescente entre educação e trabalho. Como consequência, são cada vez mais reduzidos os postos de trabalho que requerem qualificação superior.

Numa primeira etapa a análise está estruturada de mo

do a abranger o conjunto de egressos em estudo, considerando a hipótese básica e cada uma das carreiras em estudo.

Em seguida são estruturados dois agrupamentos distintos: na primeira coorte se procede a análise agrupando os egressos segundo o tipo de instituição de origem pública ou particular.

Nesta parte da análise a hipótese se refere a que:

→ - Na competição por emprego, compatível com a formação universitária, as melhores oportunidades no mercado de trabalho seriam ocupadas por profissionais provenientes de instituições públicas.

Esta hipótese está fundamentada no pressuposto de que as condições sócio-econômicas dos egressos influenciam nas condições de entrada no sistema, bem como na escolha da instituição e do curso de graduação, concorrendo tais condições, para a existência de diplomas com "valores" diferenciados no mercado de trabalho.

Num segundo estágio, são considerados os aspectos regionais da estrutura ocupacional dos egressos. Nesta coorte, são consideradas as instituições das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Aquí, a hipótese esta referida a que:

- Algumas diferenciações na situação ocupacional dos novos profissionais devem estar associadas ao dinamismo do mercado de trabalho regional. Consideradas as especificidades de cada carreira, as oportunidades de trabalho para os egressos do ensino superior seriam menores em regiões de menor dinamismo econômico.

3.2 - Base de Dados e Universo de Análise

Na parte analítica foram utilizados os dados provenientes da pesquisa "Mercado de Trabalho para Egressos do Ensino Superior", realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em 1982.

Na coleta e processamento dos dados, a pesquisa básica adotou, em linhas gerais, os seguintes procedimentos metodológicos⁽¹⁾.

A pesquisa "Mercado de Trabalho para Egressos do Ensino Superior" constitui-se de um conjunto de pesquisas independentes, cada uma desenvolvida a nível de Instituição de Ensino Superior (IES). Entretanto, como os procedimentos metodológicos são idênticos, estas podem ser agregadas e comparadas entre si, constituindo-se numa modalidade de pesquisa com características de survey.

Da pesquisa básica participaram 48 IES, entre elas 23 universidades, (13 federais, 2 estaduais e 8 particulares); e, ainda, 26 instituições isoladas, municipais e particulares. Os cursos predominantes na pesquisa, ou seja, aqueles que são comuns à maioria das IES, foram determinados por escolha das instituições participantes do Centro de Sondagem Conjuntural (CSC) e são: administração, biologia, educação, medicina e química. Além desses cursos, a instituição poderia pesquisar outros, de seu interesse ou substituir algum dos cursos preferenciais quando necessário. Assim o curso de química foi pesquisado em 12 IES, medicina em 18, biologia em 19 e administração e pedagogia em 42.

A pesquisa envolve os egressos de década de 1970, sendo os anos de 1972, 1975, 1978 e 1980 os escolhidos. A escolha de anos não consecutivos seria uma tentativa de eliminar possíveis tendenciosidades com relação a sazonalidade do mercado de trabalho. Assim é que foi escolhido o ano de 1972, por ser um período de altas taxas de crescimento econômico e, portanto, de maior geração de emprego. O ano de 1975 pode ser considerado intermediário entre o período de auge e crise e os dois anos seguintes (1978 e 1980) como característicos de

¹Os procedimentos referentes à pesquisa originária estão baseados no texto preliminar do Relatório Final da Pesquisa "Mercado de Trabalho para Egressos do Ensino Superior" - (parte introdutória-Metodologia) desenvolvida por FERNANDO SPAGNOLO.

menor ritmo de crescimento econômico e geração de emprego.

A população constituente da pesquisa básica, delimitada pelas 49 IES envolvidas, nos cursos e anos referidos, é formada por 20.290 concluintes. Estes números representam 13% do total de graduados no ensino superior brasileiro, nos anos e cursos em consideração.

A amostra está constituída por 7.833 graduados que responderam ao questionário da pesquisa básica. A Tabela 1, mostra o percentual de participação dos respondentes (amostra) em relação à população por curso e ano de graduação.

TABELA I - Número de respondentes da amostra e porcentual em relação à população em estudo.

	1 9 7 2		1 9 7 5		1 9 7 8		1 9 8 0		T O T A L	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%(1)
BIOLOGIA	48	22	136	39	190	33	243	40	617	35
MEDICINA	527	33	715	34	632	31	724	37	2.598	34
QUÍMICA	29	50	42	47	76	47	121	45	268	46
ADMINISTRAÇÃO	274	38	439	31	531	36	724	45	1.968	39
PEDAGOGIA	259	41	635	37	707	34	781	41	2.382	38
T O T A L	1.137	30	1.967	35	2.136	34	2.593	41	7.833	37

FONTE: CAPES, pesquisa básica.

(1) Percentual de respondentes em relação ao total de concludentes por curso e ano de graduação.

A técnica de pesquisa utilizada para formação da amostra consistiu no envio de questionários pelo correio aos egressos localizados, combinada com entrevistas à domicílio, para um grupo sorteado aleatoriamente, entre os não-respondentes da pesquisa pelo correio.

Para garantir uma amostra representativa tanto em relação ao conjunto de cursos, como em termos de cada curso e ano de conclusão, a proposta metodológica inicial, sugerida pelo CSC, às instituições integrantes, previa para os cursos de até 30 egressos, um tamanho de amostra que atingisse 50%

dos graduados e para cursos com mais de 30 concluintes, um ta manho mínimo de 25% dos graduados.

Dadas as características gerais do procedimento utilizado na pesquisa básica, descreve-se, a seguir, os procedi mentos relativos especificamente a este estudo.

Considerando a abrangência da pesquisa e a diversida de de cursos pesquisados, optou-se, neste estudo, pela consi deração dos seguintes cursos de graduação: medicina, biologia, educação e administração. A escolha desses cursos está liga da a sua maior frequência na pesquisa básica, o que permite maior comparabilidade entre as instituições.

Do total de casos, constantes da pesquisa básica, (7.833), este estudo considera 5.498, correspondendo a 70% do total de casos processados.

Os anexos III, IV e V **BCME-BIBLIOTECA** apresentam dados numéricos referentes as 27 IES selecionadas, bem como a relação nominal das mesmas. Assim, o anexo III, apresenta dados estatísticos gerais das IES referidas; o anexo IV se refere ao número de concluintes, nos anos e cursos em questão; e, no anexo V se faz referência ao número de respondentes e percentuais em re lação aos concluintes, em cada instituição e curso.

O estudo considera os concluintes nos mesmos anos re feridos na pesquisa básica. Além dos argumentos anteriormen te citados para a escolha dos anos, deve-se considerar outra característica com referência ao ano de conclusão. Esta diz respeito ao tempo de permanência do egresso no mercado de tra balho, uma vez que, a expansão do Ensino à taxas mais elevadas e a conseqüente saturação das oportunidades de emprego, leva a suposição de que os concluintes de anos mais recentes, encontrem maiores dificuldades de colocação que seus colegas formados a mais tempo.

No que diz respeito ao tipo de instituição de ori gem do egresso, são consideradas apenas instituições da região sul. Nesta região há maior incidência de instituições particulares, envolvendo estabelecimentos de menor porte, do tipo isolado particular, os quais, dadas as características da expansão, representam maior interesse no estudo. Além disso, nas demais regiões a pesquisa não oferecia condições de

comparabilidade, devido a diversidade de cursos escolhidos pelas instituições públicas e privadas.

Esta coorte abrange 3.249 casos, sendo 1.244 de IES públicas e 2.005 de particulares.

Já a análise por região geográfica, considera apenas as universidades públicas das regiões sul, sudeste e nordeste. Nas demais regiões - centro-oeste e norte - a pesquisa básica não apresentava instituições ou cursos comuns, que atendessem aos critérios de comparabilidade. Considera-se, nesta fase, apenas as IES públicas (11 federais e 1 estadual), porque na região nordeste não foram pesquisadas instituições particulares. Deste segundo agrupamento fazem parte 3.493 casos, sendo 1.248 do nordeste, 1.001 do sudeste e 1.244 do sul.

A caracterização de população e amostra, referentes ao estudo, seguem a mesma estrutura da pesquisa básica. Entretanto, considera-se importante destacar alguns aspectos com referência a esta caracterização.

KERLINGER (1980, p. 90), considera que a diferença entre população e amostra pode ser arbitrária às vezes, constituindo-se num problema de definição. No caso deste estudo, pode-se considerar dois aspectos com relação a caracterização da pesquisa.

O caso da representatividade em cada IES e o caso da amostra em relação ao ensino superior, como um todo.

Primeiramente, leva-se em consideração o caso de cada instituição isoladamente. Neste sentido, como o universo correspondia ao número de concluintes nos anos e cursos pesquisados e o número de casos (amostra) correspondia a todos os respondentes cujo endereço foi possível localizar, optou-se por considerá-la como uma amostra não-probabilística, onde o fator condicionante é a acessibilidade. Conforme FERRARI (1970, p. 586), uma amostra desse tipo considera as unidades que são acessíveis ao pesquisador. No caso da pesquisa a acessibilidade é dada pela localização dos egressos. Ainda segundo esse autor, a validade de uma amostragem está baseada nas condições de proporcionalidade e representatividade na seleção dos casos. Com referência a proporcionalidade, al-

guns autores tem destacado que a utilização de amostras não-probabilísticas em ciências sociais, dada a maior complexidade e variabilidade dos fenômenos estudados, oferece certas vantagens, pois que não se deve considerar, nestes casos, apenas a proporcionalidade quantitativa, mas também a proporção de significância em relação a heterogeneidade dos elementos componentes do universo.

Considerando as instituições estudadas, o número de casos corresponde, em média, a 40% do total de concluintes - (anexos IV e V), em todas as instituições o número de casos era compatível com o tamanho de amostra estatisticamente aceitável. Com respeito a representatividade, embora a pesquisa básica não obedeça, rigorosamente, aos critérios de aleatoriedade determinados pela estatística, porque dependia da localização dos egressos, os resultados podem ser considerados aleatórios e representativos das instituições a que se referem.

Neste sentido, uma argumentação contrária, que tem sido defendida por alguns estatísticos é a de que os respondentes de questionários postais e os não-respondentes apresentam diferentes características entre si, o que induziria a algum tipo de tendenciosidade na amostra. A realização de testes que comparam, várias respostas dos entrevistados pelo correio com o grupo entrevistado à domicílio mostram não haver, de modo geral, diferenças estatisticamente significativas entre as respostas dos dois grupos. Pelo que, é lícito concluir que as amostras são provenientes da mesma população. Considera-se, portanto, que os resultados à nível de instituição, são generalizáveis para o curso e ano de graduação referidos.

Um segundo aspecto, é a consideração dos agrupamentos efetuados por região geográfica e por dependência administrativa, como generalização para uma determinada região do país, para um determinado tipo de instituição, ou para o ensino superior como um todo. Neste sentido, pensa-se que, dada a complexidade da estrutura do ensino superior brasileiro, configurado na heterogeneidade de porte e diversidade de cursos das instituições, não é possível neste estudo, estabele-

cer-se tais generalizações.

Um estudo que permitisse tão amplas conclusões deveria considerar as diferenciações existentes na estrutura do ensino superior em cada unidade da federação, o que traria como requerimento a constituição de uma amostra estratificada que incluísse as peculiaridades de cada subsistema. Portanto, o estudo, neste aspecto, se constitui num estudo de caso, cujas conclusões são específicas para as 27 instituições envolvidas (constantes do anexo V).

A utilização desta base de dados oferece certas limitações à abordagem do tema em análise. Considera-se que esse tipo de limitação é comum quando a pesquisa de campo não foi elaborada com a finalidade específica de servir de base ao estudo realizado. Assim, ao considerar o tipo de instituição, a limitação básica se refere ao conjunto de IES entre os quais é possível estabelecer comparações. Neste aspecto, estão ausentes da pesquisa as instituições particulares dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que são as unidades da federação onde o ensino superior cresceu à taxas maiores. Além do que, 50% do alunado do ensino superior está concentrado no estado de São Paulo. Essa limitação também pode ser percebida a nível de carreira, onde a grande dispersão entre o tipo de cursos pesquisados pelas instituições torna difícil a comparação entre as mesmas.

3.3 - Estrutura de Análise e Procedimento Estatístico

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos no estudo, são consideradas as variáveis que se supõe significativas para influir nas condições de ocupação dos profissionais. O estudo empírico utiliza como instrumental analítico a associação entre variáveis; onde as categorias, desemprego, salário, desvio ocupacional e mobilidade ocupacional são consideradas variáveis dependentes. As variáveis que serão associadas a cada uma das condições de ocupação e, por isso, definidas como independentes são: o tipo de instituição - pública ou particular -, a região geográfica - nordeste, su-

deste e sul -, o tipo e carreira - medicina, biologia, educação e administração -, bem como, dentro de cada coorte específica, as variáveis: sexo, nível de ocupação e escolaridade do pai e ano de conclusão.

A parte empírica está constituída de três subítens: no primeiro, a análise envolve todos os egressos da amostra. As variáveis desemprego, desvio ocupacional e nível de salário são avaliadas pela consideração de cada uma das carreiras em estudo. Nesta parte são consideradas, ainda, as associações entre o nível de desemprego e desvio ocupacional em relação ao ano de conclusão, ao sexo e a origem social dos egressos.

No segundo subítem, a análise está referida ao tipo de instituição de origem dos egressos. As associações entre variáveis se referem à mobilidade ocupacional e ao nível de salário em cada tipo de instituição, como ainda no desemprego e desvio ocupacional.

Finalmente, na terceira parte são avaliadas as condições de ocupação dos egressos pela comparação entre 12 universidades públicas das regiões sul, sudeste e nordeste. As variáveis consideradas nesta parte dizem respeito ao nível de desemprego, desvio ocupacional e nível de salário dos profissionais.

Com referência ao tratamento estatístico, procura-se comprovar as hipóteses de trabalho pelo estabelecimento de associações entre as variáveis dependentes e independentes, configuradas em tabelas de contingência. A possível relação entre essas variáveis será verificada pela utilização da técnica estatística do qui-quadrado, teste não-paramétrico. Segundo SIEGEL (1977, p. 35), os testes não-paramétricos são particularmente utilizáveis nas ciências do comportamento, como provas de hipóteses. As vantagens dessa utilização dizem respeito, principalmente, a não necessidade de suposições sobre a distribuição da população de onde foram extraídos os dados e, ainda, porque os testes não-paramétricos podem ser aplicados a dados não exatos, do ponto de vista numérico, ou seja, são testes aplicáveis a "postos" ou a número de ordem, como são muitas das categorias, neste estudo.

Portanto, no caso do presente estudo, o teste qui-quadrado será utilizado com a finalidade de comprovar a significância ou não das associações existentes entre os grupos considerados, nas diversas classes de variáveis.

3.4 - Definição das Variáveis

O nível de desemprego é avaliado à partir da questão 32 do instrumento de pesquisa (anexo I). Esta questão foi respondida pelos egressos que à época da pesquisa não estavam trabalhando. A variável é quantificada pelo total de respondentes, sem consideração do tempo de desemprego. Para avaliar o nível de saturação do mercado considera-se como variável adicional ao desemprego, o tempo de demora para encontrar trabalho em relação ao ano de conclusão do curso. Esta variável é dimensionada à partir da questão 17, que enumera os egressos pelo tempo de espera até encontrar o primeiro emprego, após a formatura.

Considera-se que o nível de subemprego oferece certas limitações, pela maneira como a variável foi medida, no instrumento de pesquisa. Embora se considere que são as condições de subemprego as que melhor refletem as distorções nas condições de ocupação dos profissionais de nível superior, pensa-se que o modo como a questão foi formulada não representa uma medida objetiva do nível de subemprego dos egressos.

Na literatura corrente, sobre educação e trabalho, a condição de subemprego para pessoal de nível superior tem sido caracterizada quando a formação para a qual o profissional tenha sido habilitado não esteja sendo exigida no emprego que ocupa. A restrição a esta questão está vinculada primeiramente, à falta de definição da variável no instrumento de pesquisa e em seguida ao fato de que ela deve estar refletindo a expectativa do egresso em relação a sua atividade profissional, o que envolve aspectos subjetivos referentes a valorização da carreira, traços pessoais e desejo de ascensão funcional. Neste sentido, arbitrou-se por considerar esta variável

como um indicador do nível de insatisfação dos entrevistados, frente a suas expectativas profissionais e não como nível de subemprego.

A variável desvio ocupacional foi dimensionada através da questão 20 do questionário da pesquisa, formulada como segue:

"Indique o quanto seu trabalho se relaciona com seu curso superior".

Entre as respostas, considera-se como em condições de desvio ocupacional os entrevistados que responderam "pouco ou nada", e em situação oposta os que responderam "bastante e muito".

BCME-BIBLIOTECA

Esta questão também está condicionada ao julgamento do entrevistado. Porém, como ela é mais restrita em sua formulação, considera-se que o desvio ocupacional está caracterizado de forma objetiva. Entretanto, na parte analítica, se faz referência à medida como sendo dependente da auto-percepção do egresso de sua condição de desvinculado das funções para as quais tenha sido habilitado.

A variável mudança ocupacional é obtida pela comparação entre a ocupação antes do entrevistado concluir o curso de graduação e a ocupação no primeiro emprego, após a conclusão. As ocupações são codificadas de acordo com a "Estrutura agregada da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)".

A quantificação da variável envolve as questões 14 e 15 do questionário (anexo I), assim formuladas:

Q 14 - "Ocupação durante a maior parte do Curso"

Q 15 - "Primeira Ocupação após a conclusão do Curso"

O cruzamento entre estas duas questões expressa o total de egressos que mudaram de ocupação no primeiro emprego, após a formatura, ou que permaneceram na mesma ocupação que exerciam antes de formados, representando, portanto, um indicador de mobilidade ocupacional.

O nível de salário está medido em termos dos rendimentos brutos provenientes do conjunto de atividades profissionais e se refere à faixa de salário mensal do entrevistado no mês de setembro de 1982.

Para facilitar a comparação, as faixas de salário foram agregadas nos níveis alto, médio e baixo. Considera-se baixo o nível de salário até Cr\$ 83.040,00 (correspondendo a 5 salários mínimo da época); o nível médio vai desse nível até Cr\$ 249.120,00 (corresponde a faixa de mais de 5 até 15 salários mínimo) e o nível alto engloba os níveis de salário subsequentes.

Entre as variáveis independentes faz-se necessário destacar alguns aspectos referentes a quantificação da origem social dos entrevistados.

Tem sido bastante salientado, na literatura educacional, o papel da origem social no desempenho do estudante e na vida profissional. Considera-se importante, no estudo, a quantificação dessa categoria como estando associada a diversidade de oportunidades de trabalho e renda.

As questões da pesquisa básica que dão origem a esse tipo de associação são as referentes ao nível de ocupação e escolaridade do pai.

Com referência a ocupação do pai, a variável foi reagrupada de acordo com o nível de prestígio da ocupação, em oito níveis, seguindo a estrutura de "níveis hierárquicos de ocupações" que foi definido na pesquisa básica, (ver anexo II).

Entretanto, para permitir uma comparação mais adequada, os níveis hierárquicos de ocupação foram reunidos e classificados como alto, médio e baixo. Este segundo agrupamento que tem a finalidade metodológica de facilitar a análise, tornando os dados menos dispersos, não envolve o prestígio ocupacional, já presente na primeira classificação. Assim, considera-se de nível alto, as ocupações até o nível 2 da estrutura hierárquica (altos cargos políticos e administrativos e profissionais liberais); no nível médio estão as ocupações de nível 3 e 4 (supervisão de trabalho não manuais e ocupações não-manuais de rotina); no nível baixo estão as ocupações de nível 5 a 8 da escala hierárquica (supervisão de trabalhos manuais, ocupações manuais e inapto).

No que diz respeito a escolaridade do pai, também, foram efetuadas algumas agregações. Assim, não são considerados os graus de escolaridade seguindo a especificação comple

pleto e incompleto, mas considera-se a informação até um determinado nível de instrução, como segue:

1. Analfabeto e primário incompleto
2. Até ginásio completo
3. Até colegial completo
4. Além de colegial completo

A caracterização dessas variáveis como indicadores da origem social dos egressos, oferece certas limitações que, embora não prejudiquem a análise, merecem ser destacadas. Assim, é de se salientar que o agrupamento de ocupações por níveis hierárquicos, além de envolver o juízo do pesquisador, com relação ao prestígio de determinada ocupação, ainda leva a obtenção de categorias de análise bastante heterogêneas. Porém, mesmo que fosse possível considerar cada ocupação por seu título, ainda ocorreriam diferenciações resultantes de distintos níveis de salário que podem existir numa mesma ocupação. Raciocínio semelhante pode ser aplicado ao nível de escolaridade, ou seja, um mesmo grau de escolarização pode representar diferentes níveis de desenvolvimento, dependendo do nível social e da qualidade da escola frequentada pelo indivíduo.

CAPÍTULO IV

SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS EGRESSOS - RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 - Introdução

BCME-BIBLIOTECA

A análise das condições ocupacionais dos egressos em estudo procura verificar aspectos referentes a saturação do mercado de trabalho para profissionais de nível superior, a qual teria raízes tanto na expansão do ensino a taxas muito elevadas, como na própria estrutura do mercado de trabalho, onde as características de crescente desvinculação entre educação e trabalho estariam limitando os postos que requerem qualificação superior.

Procura comprovar, ainda, que em consequência do crescimento desigual do ensino superior, entre áreas de conhecimento e tipo de instituição, estariam concorrendo no mercado diplomas com distintos valores simbólicos, que não dependeriam apenas do conhecimento específico e da formação superior. Assim, a função credencialista desempenhada pela titulação, em concordância com a estrutura do mercado de trabalho, colocaria os egressos do ensino superior em diferentes escalas de prestígio ocupacional. Esta diversidade nas oportunidades de emprego e nas condições de ocupação em geral, teria como determinantes os traços pessoais e comportamentais, a origem social e o sexo dos egressos. Tanto o excesso de oferta como a distinção entre titulações estariam relacionadas à carreira cursada, ao tipo de instituição de origem e à própria estrutura ocupacional em cada região.

Neste capítulo são avaliadas as condições de ocupação dos concludentes do ensino superior de 27 instituições de ensino, das regiões sul, sudeste e nordeste (conforme anexo III). No primeiro subitem considera-se o conjunto de dados, que perfaz 5.498 respondentes, centrando-se a análise no tipo de carreira cursada. Nos ítems subsequentes os dados fo-

ram reagrupados para constituir duas coortes. Da primeira constam 3.249 casos, referentes à 19 IES da região sul (15 instituições privadas e 4 universidades federais); nesta parte procura-se caracterizar em face das hipóteses definidas, as diferenciações na situação ocupacional dos egressos, tendo por base a instituição de origem. Na segunda coorte, considera-se a situação ocupacional dos egressos face à região geográfica; neste caso são considerados 3.493 respondentes de 12 universidades públicas.

4.2 - Condições de Ocupação e Carreira Cursada

A consideração da hipótese de que os profissionais em estudo nem sempre estariam exercendo as funções para as quais tenham sido formados, reflete a existência de desequilíbrio entre oferta e demanda de profissionais de nível superior. Esse desequilíbrio teria raízes, pelo lado da oferta, na estrutura do ensino e na forma de expansão em cada curso específico e pelo lado da demanda na estrutura do mercado de trabalho e na função credencialista que o diploma desempenha. Com isso, muitos novos profissionais seriam levados a desempenhar atividades nas quais sua capacidade profissional não seja plenamente utilizada ou então esteja desvinculada de sua formação básica; principalmente naquelas carreiras onde o diploma não representa um requisito legal ou uma restrição técnica.

Em termos gerais, os resultados referentes às variáveis deste estudo, levam a confirmação dessa hipótese. Em situação de desemprego estão 7,9% dos informantes, 13,6% dos egressos consideram que suas funções estão desvinculadas de sua formação básica e 35,1% percebem-se como subocupados, em face de sua experiência profissional e de suas expectativas.

As características do mercado de trabalho, onde o diploma de nível superior, em muitos casos desempenha uma função credencialista, deve concorrer para que muitos novos profissionais desloquem outros trabalhadores com menor nível de escolaridade, o que faz pensar que para os egressos de nível

superior a ocorrência de desemprego deva ser menor que em níveis mais baixos de escolaridade. A presença de indivíduos com determinados níveis educacionais exercendo uma função de finida não significa que, em todos os casos, essa escolaridade seja necessária para o exercício de tal ocupação. Esses argumentos levam a conclusão de que para os egressos em estudo, os percentuais de desemprego, desvio ocupacional e subocupação, podem ser considerados como um primeiro indicador de desequilíbrio.

TABELA I - Distribuição de frequência dos egressos segundo a situação ocupacional.

SITUAÇÃO OCUPACIONAL		ABSOLUTO	PERCENTUAL
nível de emprego	emprego	5.065	92.1
	desemprego	433	7.9
	total	5.498	100
auto percepção de subemprego	sim	1.608	35.1
	não	2.973	64.9
	total	4.581	100
desvio ocupacional	sim	679	13.6
	não	4.305	86.4
	total	4.984	100

As condições de ocupação, medidas pelas variáveis de de semprego e desvio ocupacional, são avaliadas em relação ao a no de conclusão do curso e a carreira cursada pelo egresso. No primeiro caso a relação de dependência reflete as condições do mercado; no segundo, ficam configuradas as diferenciações existentes no mercado de trabalho com referência às titulações.

Considera-se o ano de conclusão do curso como um indicador do nível de saturação da oferta de profissionais. No caso, ele está sendo tomado como uma proxi das variações con junturais que afetam a relação demanda/oferta desses profis-

sionais.

Assim, é lícito supor que estando ocorrendo saturação de mercado, os profissionais formados mais recentemente apresentariam condições de ocupação menos favoráveis que os graduados a mais tempo.

O ano de conclusão do curso é associado à variável tempo de demora até o egresso conseguir o primeiro emprego após a formatura; portanto, estão excluídos dessa quantificação os egressos que já trabalhavam durante o curso.

No total de casos e em cada uma das carreiras em estudo, o maior percentual de demora para conseguir trabalho está entre os egressos formados mais recentemente. Entre os respondentes que procuram o primeiro emprego depois de formados, os da coorte 72/75, enfrentaram um menor período de espera, em termos relativos - 10,5% consegue emprego entre 1 e 2 anos de procura e 6,9% com mais de 2 anos; já entre os concludentes dos períodos 78/80, esses resultados são de 13,4 e 9,4%, respectivamente. Para esses resultados devem estar concorrendo tanto os fatores de saturação do mercado, como os problemas conjunturais, em face da crise econômica dos anos recentes.

O teste qui-quadrado, aplicado com a finalidade de testar a independência entre as variáveis tempo de procura de trabalho e ano de conclusão, permite rejeitar a hipótese nula, para o total de casos e para os cursos de biologia, administração e educação, o que significa que, nestes casos, o tempo de demora para conseguir trabalho depende do ano de conclusão. Essa relação de dependência só não se dá para o curso de medicina. Neste, os percentuais de tempo de procura de trabalho estão bastante próximos nas duas coortes temporais e o resultado do teste revela-se não significativo.

TABELA II - Distribuição de frequência dos egressos segundo o tempo de procura de trabalho e ano de conclusão do curso.

BCME-BIBLIOTECA

TEMPO DE PROCURA DE TRABALHO	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			TOTAL		
	72/75	78/80	TOTAL	72/75	78/80	TOTAL	72/75	78/80	TOTAL	72/75	78/80	TOTAL	72/75	78/80	TOTAL
Até 1 ano	49 (76.6)	38 (55.1)	87 (65.4)	646 (83.5)	731 (81.8)	1.377 (82.6)	91 (77.8)	105 (64.8)	196 (70.3)	59 (86.7)	72 (70.6)	131 (77.1)	845 (82.6)	946 (77.2)	1.791 (79.6)
Entre 1 e 2 anos	7 (10.9)	14 (20.3)	21 (15.8)	76 (9.8)	97 (10.9)	173 (10.4)	19 (16.2)	36 (22.2)	55 (19.7)	5 (7.4)	17 (16.7)	22 (12.9)	107 (10.5)	164 (13.4)	271 (12.1)
Mais de 2 anos	8 (12.5)	17 (24.6)	25 (18.8)	52 (6.7)	65 (7.3)	117 (7.0)	7 (6.0)	21 (13.0)	28 (10.0)	4 (5.9)	13 (12.7)	17 (10.0)	71 (6.9)	116 (9.4)	187 (8.3)
TOTAL	64	69	133	774	893	1.667	117	162	279	68	102	170	1.023	1.226	2.249
χ^2	6,71 (p \leq 0,05)			0,74			6,12 (p \leq 0,05)			6,03 (p \leq 0,05)			10,26 (p \leq 0,01)		

BS: 1. Nesta tabela e nas demais, os valores entre parênteses correspondem ao percentual no sentido da coluna.

2. Os valores do qui-quadrado tabelado para um nível de significância de 1%, conforme os graus de liberdade utilizados nas tabelas, são os que seguem: GL = 1 χ^2 = 6,64; GL = 2 χ^2 = 9,21; GL = 3 χ^2 = 11,34; GL = 4 χ^2 = 13,28; GL = 6 χ^2 = 16,81.

A variável ano de conclusão do curso é também associada ao nível de desvio ocupacional dos egressos em causa.

A medida de desvio ocupacional utilizada é obtida da percepção, por parte do egresso, de sua condição de desvinculado das funções para as quais tenha sido habilitado. Medido em termos gerais esta variável pode ser considerada como em concordância com a hipótese básica, entre os respondentes da questão, 13,6% dos egressos consideram que seu emprego atual está pouco ou nada relacionado ao curso de graduação realizado.

Considerado em relação ao ano de conclusão, o desvio ocupacional confirma os argumentos antes referidos, com respeito a saturação do mercado de trabalho, para os profissionais em estudo.

Assim, entre os egressos formados mais recentemente

(1978/80) o desvio ocupacional é maior (71% do total). Em cada uma das carreiras em estudo e para o total de casos o resultado do teste qui-quadrado revelou-se significativo, permitindo concluir que o desvio ocupacional depende do ano de conclusão.

TABELA III - Distribuição de frequência dos egressos segundo o ano de conclusão e o desvio ocupacional.

ANO DE CONCLUSÃO	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			TOTAL		
	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL
72/75	16 (23.5)	85 (35.7)	101 (33.0)	24 (33.8)	904 (48.6)	928 (48.1)	74 (28.8)	474 (35.8)	548 (34.7)	84 (29.7)	594 (44.6)	478 (40.9)	198 (29.2)	1.857 (43.2)	2.055 (41.2)
78/80	52 (76.5)	153 (64.3)	205 (67.0)	47 (66.2)	953 (51.4)	1.000 (51.9)	183 (71.2)	848 (64.2)	1.031 (65.3)	199 (70.3)	492 (55.4)	691 (59.1)	481 (70.8)	2.446 (56.8)	2.927 (58.8)
TOTAL	68	238	306	71	1.857	1.928	257	1.322	1.579	283	886	1.169	679	4.303	4.982
χ^2	3,89 (p ≤ 0,05)			6,07 (p ≤ 0,01)			4,72 (p ≤ 0,05)			19,4 (p ≤ 0,01)			47,4 (p ≤ 0,01)		

Para avaliar o grau de diferenciação entre as condições de ocupação nos cursos em análise, são estabelecidas as associações entre as variáveis nível de desemprego e desvio ocupacional em relação à carreira escolhida pelo egresso. Os resultados dessas associações mostram que não existe uniformidade nas condições de trabalho dos egressos. Assim, a maior incidência de desemprego ocorre nos cursos de biologia (18,8%) e educação (8,5%) e o maior nível de desvio ocupacional na administração (24,2%) e na biologia (22,2%).

Para as carreiras estudadas os níveis de desvio ocupacional podem ser considerados expressivos. Isto porque estas carreiras, com exceção para a administração, são pouco generalistas, em termos de formação. Geralmente, tem sido comprovados elevados índices de desvio ocupacional em carrei

ras menos restritas, como direito, economia, sociologia.

Entre as causas do desvio ocupacional constantes do instrumento da pesquisa, predominavam as respostas: - "não consegui trabalho relacionado à minha formação, embora tivesse preferido" e "não fui indicado por pessoas influentes". A preponderância desses motivos sobre outros que envolviam a qualidade do curso realizado, o salário e a ascensão funcional é indicador das condições de trabalho vivenciadas pelos informantes; tanto do ponto de vista do excesso de oferta em alguns cursos, como da estrutura de emprego, vista como dependente da necessidade de ser relacionado com "pessoas influentes".

A relação de dependência entre as variáveis desemprego e desvio ocupacional em relação à carreira escolhida, testada pelo qui-quadrado, permite rejeitar a hipótese nula, nos dois casos. Verifica-se, portanto, que no caso em estudo, estas variáveis dependem da carreira escolhida, sendo menos favoráveis às condições de trabalho nas carreiras de biologia e educação.

TABELA IV - Distribuição de frequência dos egressos segundo o nível de desemprego e a carreira cursada.

	BIOLOGIA	MEDICINA	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TOTAL
EMPREGADO	306 (81.2)	1.950 (93.6)	1.610 (91.5)	1.199 (93.9)	5.065 (92.1)
DESEMPREGADO	71 (18.8)	134 (6.4)	150 (8.5)	78 (6.1)	433 (7.9)
	377	2.084	1.760	1.277	5.498

$$\chi^2 = 74,81 \quad (p \leq 0,01).$$

TABELA V - Distribuição de frequência dos egressos segundo o desvio ocupacional e a carreira cursada.

DESVIO OCUPACIONAL	BIOLOGIA	MEDICINA	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TOTAL
SIM	68 (22.2)	71 (3.7)	257 (16.3)	283 (24.2)	679 (13.6)
NÃO	238 (77.8)	1.857 (96.3)	1.322 (83.7)	886 (75.8)	4.303 (86.4)
	306	1.928	1.579	1.169	4.982

$$\chi^2 = 301,2 \text{ (p} \leq 0,01\text{)}.$$

Como a própria escolha da carreira está condicionada a uma série de determinantes, procura-se avaliar o grau de influência das variáveis sexo e origem social dos egressos relacionando-as ao tipo de carreira escolhida e às condições de ocupação, estas últimas avaliadas pelo desvio ocupacional e nível de salário.

Os aspectos referentes à origem social dos egressos são considerados a partir dos níveis de ocupação e escolaridade do pai. O nível de ocupação do pai segue a estrutura definida na metodologia, onde as ocupações são agrupadas pelo nível hierárquico.

Entre as carreiras em estudo, é na medicina que se observa maior incidência de egressos de nível social mais elevado, tanto pela consideração da escolaridade, como pelo nível de ocupação do pai. Assim, nesta carreira, 30% dos pais estão no nível de ocupação alto e 46% tem escolaridade de 2º Grau para cima. A situação é menos favorável, neste aspecto, aos egressos da educação, na qual 34% dos pais estão no nível de ocupação baixo e 30% estão no menor nível de escolaridade.

A dependência entre as variáveis nível de ocupação e escolaridade do pai em relação à carreira, é comprovada pelo resultado significativo do teste qui-quadrado. Pode-se concluir, portanto, que a carreira escolhida depende da origem social do egresso.

Este resultado é concordante com argumentos bastante enfatizados na literatura educacional, nos quais se tem mostrado que os condicionantes na escolha da carreira estão relacionados à origem social dos postulantes ao ensino superior. Assim, as condições de vida e educação, a necessidade de trabalhar durante o curso, a qualidade das escolas frequentadas condicionam o acesso ao ensino superior. Essa estrutura de entrada no sistema, estaria reforçando as condições de classe social dos estudantes, ficando as carreiras mais competitivas, com referência ao acesso, e mais valorizadas, do ponto de vista do mercado, destinadas aos egressos de nível social mais elevado.

TABELA VI - Distribuição de frequência dos egressos segundo à origem social e a carreira cursada.

a. Nível de Ocupação do Pai

NÍVEL DE OCUPAÇÃO	BIOLOGIA	MEDICINA	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TOTAL
ALTO	88 (24.0)	601 (29.4)	298 (18.4)	290 (23.8)	1.277 (24.3)
MÉDIO	166 (45.2)	1.085 (53.0)	769 (47.5)	533 (43.8)	2.553 (48.6)
BAIXO	113 (30.8)	361 (17.6)	552 (34.1)	394 (32.4)	1.420 (27.1)
TOTAL	367	2.047	1.619	1.217	5.250

$$\chi^2 = 171,44 \quad (p \leq 0,01).$$

b. Escolaridade do Pai

ESCOLARIDADE	BIOLOGIA	MEDICINA	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TOTAL
ANALFABETO E PRIMÁRIO IN-COMPLETO	79 (21.3)	357 (17.2)	517 (29.9)	347 (27.6)	1.300 (23.9)
ATÉ GINÁSIO	144 (38.8)	765 (36.9)	816 (47.2)	555 (44.1)	2.280 (42.0)
ATÉ COLEGIAL	79 (21.3)	382 (18.4)	198 (11.5)	168 (13.3)	827 (15.2)
+ DO QUE COLEGIAL	69 (18.6)	570 (27.5)	197 (11.4)	189 (15.0)	1.025 (18.9)
TOTAL	371	2.074	1.728	1.259	5.432

$$\chi^2 = 283,78 \quad (p \leq 0,01).$$

A associação entre as condições ocupacionais dos egressos e as variáveis que representam a origem social permitem a avaliação dos aspectos antes referidos. Os resultados mostram que as condições sociais se refletem na situação de emprego dos egressos, seja através da escolha da carreira, seja em cada carreira considerada isoladamente. Assim, a relação de dependência entre desvio ocupacional e origem social dos egressos, mostra que são os profissionais de condições sociais menos favoráveis os que se consideram mais desvinculados das funções para as quais foram habilitados.

Nos cursos de biologia e administração, onde o desvio ocupacional é mais elevado, a relação entre desvio ocupacional e nível social é bastante expressiva. Assim, 30% dos egressos de biologia e 28% de administração, cujos pais estavam no nível de ocupação baixo, se encontram em função desvinculada de suas habilitações. Na educação esse mesmo percentual alcança 19% dos egressos.

O resultado do teste qui-quadrado é significativo em

todos os casos, com excessão da relação entre desvio ocupacional e escolaridade do pai, no curso de medicina. Porisso é possível concluir que o desvio ocupacional depende da origem social do egresso representada, no estudo, pelo nível de ocupação e pela escolaridade do pai.

No caso da medicina, o resultado não significativo pode ser explicado pela pequena incidência de desvio ocupacional nesta carreira (4%) e pelo maior nível social dos egressos. Entretanto, mesmo neste curso são os egressos de condições sociais menos favoráveis os que apresentam maior incidência de desvio ocupacional - 7,5% dos egressos cujos pais estavam no nível baixo de ocupação e 5% daqueles cujos pais tem menor nível de escolaridade.

TABELA VII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o nível de ocupação do pai e o desvio ocupacional.

DESVIO OCUPACIONAL	BIOLOGIA				MEDICINA				EDUCAÇÃO				ADMINISTRAÇÃO			
	ALTO	MÉDIO	BAIXO	TOTAL	ALTO	MÉDIO	BAIXO	TOTAL	ALTO	MÉDIO	BAIXO	TOTAL	ALTO	MÉDIO	BAIXO	TOTAL
SIM	10 (13.)	29 (22.)	29 (30.)	68 (22.2)	15 (2.7)	31 (3.0)	25 (7.5)	71 (3.7)	30 (10.8)	123 (16.3)	101 (18.7)	254 (16.1)	49 (17.4)	130 (25.5)	104 (27.5)	283 (24.2)
NÃO	67 (87.)	103 (78.)	68 (70.)	238 (77.8)	549 (97.3)	1.000 (97.0)	308 (92.5)	1.857 (96.3)	248 (89.2)	632 (83.7)	439 (81.3)	1.319 (83.9)	232 (82.6)	380 (74.5)	274 (72.5)	886 (75.8)
TOTAL	77	132	97	306	564	1.031	333	1.928	278	755	540	1.573	281	510	378	1.169
χ^2	7.05 (p < 0,05)				16.56 (p < 0,01)				8.50 (p < 0,01)				9.7 (p < 0,01)			

TABELA VIII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o nível de escolaridade do pai e o desvio ocupacional.

DESVIO OCUPACIONAL	BIOLOGIA					MEDICINA					EDUCAÇÃO					ADMINISTRAÇÃO				
	1	2	3	4	TOTAL	1	2	3	4	TOTAL	1	2	3	4	TOTAL	1	2	3	4	TOTAL
SIM	24 (35.3)	20 (16.4)	17 (29.3)	7 (12.1)	68 (22.2)	16 (5.0)	19 (2.7)	16 (4.5)	20 (3.7)	71 (3.7)	95 (20.7)	123 (16.7)	25 (13.0)	14 (7.3)	257 (16.3)	93 (30.2)	124 (24.0)	37 (23.0)	29 (15.7)	283 (24.2)
NÃO	44 (64.7)	102 (83.6)	41 (70.7)	51 (87.9)	238 (77.8)	303 (95.0)	697 (97.3)	341 (95.5)	516 (96.3)	1.857 (96.3)	364 (79.3)	613 (83.3)	168 (87.0)	177 (92.7)	1.322 (83.7)	215 (69.8)	391 (76.0)	124 (77.0)	156 (84.3)	886 (75.8)
TOTAL	68	122	58	58	306	319	716	357	536	1.928	459	736	193	191	1.579	308	515	161	185	1.169
χ^2	14.23 (p < 0.01)					2.8					19.41 (p < 0.01)					13.48 (p < 0.01)				

Nível de escolaridade do pai:

1. analfabeto e primário incompleto
2. até ginásio completo
3. até colegial completo
4. além do colegial completo

Outra variável que se considera como condicionante da situação ocupacional refere-se ao sexo dos egressos. Em alguns modelos sobre mercado de trabalho, referidos na parte teórica, o sexo tem sido considerado como um fator de discriminação. Neste sentido, argumenta-se que um mesmo diploma poderia levar os profissionais do sexo masculino a melhores condições de trabalho que os do sexo oposto. Tal colocação parece mais evidente nas profissões consideradas culturalmente como profissões masculinas.

Entre os egressos em estudo, há maior incidência de profissionais do sexo feminino, correspondendo a 54,3% dos casos. Entretanto, esse predomínio é causado pelas carreiras vinculadas à formação de professores - no caso, educação e biologia. Na medicina e administração há predominância do sexo masculino em 68 e 73% dos casos, respectivamente.

Na própria escolha da carreira as diferenciações por sexo já podem ser observadas. As profissões do magistério tem sido consideradas tradicionalmente como profissões femininas, notadamente nas áreas do ensino de primeiro e segundo graus. Esta é uma estrutura cultural que envolve preconceitos e tabus e que está ligada a fatores sociais e econômicos. Portanto a predominância de estudantes do sexo feminino nas profissões do magistério, já representa um fator de discriminação, embora não a nível de mercado de trabalho, mas da própria sociedade.

TABELA IX - Distribuição de frequência dos egressos, segundo o sexo e a carreira cursada.

S E X O	BIOLOGIA	MEDICINA	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO
MASCULINO	71 (18.8)	1.416 (67.9)	91 (5.2)	933 (73.1)
FEMININO	306 (81.2)	668 (32.1)	1.669 (94.8)	344 (26.9)
TOTAL	377	2.084	1.760	1.277

O nível de discriminação pelo fator sexo entre os egressos pesquisados é avaliado a partir das associações entre as variáveis desvio ocupacional e nível de salário em relação ao sexo dos egressos.

Os resultados mostram que quanto ao desvio ocupacional as condições são menos favoráveis às mulheres, nos cursos de medicina e administração. Nestes, há maior incidência de profissionais do sexo feminino que se consideram desvinculadas das funções para as quais foram habilitadas (5,2% na medicina e 36% na administração). Nestas carreiras o resultado do teste qui-quadrado é estatisticamente significativo. Na biologia e educação, onde há predominância de profissionais do sexo feminino, se verifica que os percentuais de desvio ocupacional são aproximadamente iguais para os dois casos. O resultado do teste qui-quadrado é não-significante.

A inexistência de relação de dependência entre as variáveis sexo e desvio ocupacional nas duas carreiras da área do magistério, pode ser explicada pela predominância de

mulheres nestas profissões. No caso, a independência entre as variáveis é um resultado normal, que reforça os argumentos de discriminação.

No caso em estudo, portanto, a ocorrência de discriminação sexual no mercado de trabalho ocorre nas profissões onde há predominância de egressos do sexo masculino.

TABELA X - Distribuição de frequência dos egressos segundo o sexo e o desvio ocupacional.

BCME-BIBLIOTECA

DESVIO OCUPACIONAL	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
SIM	14 (23.0)	54 (22.0)	68 (22.2)	40 (3.0)	31 (5.2)	71 (3.7)	15 (19.5)	242 (16.1)	257 (16.5)	172 (20.0)	111 (36.0)	283 (24.2)
NÃO	47 (77.0)	191 (78.0)	238 (77.8)	1.293 (97.0)	564 (94.8)	1.857 (96.3)	62 (80.5)	1.260 (83.9)	1.322 (83.7)	689 (80.0)	197 (64.0)	886 (75.8)
TOTAL	61	245	306	1.333	595	1.928	77	1.502	1.579	861	308	1.169
χ^2	0.03			5.66 (p \leq 0.01)			0.64			31.8 (p \leq 0.01)		

A variável que serve melhor para avaliar o grau de discriminação sexual, em termos de mercado de trabalho, é o nível de salário. Por isso são estabelecidas as associações entre as variáveis sexo e nível de salário em cada uma das carreiras estudadas e no total de casos.

As categorias de salário foram agrupadas para simplificar a análise e favorecer a comparação. Conforme está definido na parte metodológica, são considerados os níveis de salário: alto, médio e baixo.

A quantificação do nível de salário confirma e reforça os argumentos de existência de discriminação sexual. Em todas as carreiras o nível de salário dos egressos é mais elevado para os profissionais do sexo masculino. Assim, no total de casos, enquanto 50% dos profissionais masculinos esta

vam no nível alto de salários, 11% dos femininos estavam neste nível; em contraposição, no nível de salário baixo estavam 9% dos profissionais masculinos e 35% de femininos.

O resultado do teste qui-quadrado é significativo em todos os cursos, o que permite dizer que o nível de salário é influenciado pelo sexo do egresso.

TABELA XI - Distribuição de frequência dos egressos segundo o sexo e o nível de salário.

NÍVEL DE SALÁRIO	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			TOTAL		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
ALTO	15 (25.4)	10 (4.2)	25 (8.4)	667 (51.4)	122 (21.3)	789 (42.2)	20 (29.0)	87 (5.8)	107 (6.8)	425 (51.3)	57 (19.3)	482 (42.9)	1.127 (50.0)	276 (10.6)	1.405 (28.9)
MÉDIO	31 (52.5)	132 (55.5)	163 (54.9)	519 (40.0)	318 (55.4)	837 (44.7)	37 (53.6)	789 (52.6)	826 (52.7)	345 (41.7)	167 (56.6)	512 (45.6)	932 (41.4)	1.406 (54.0)	2.338 (48.1)
BAIXO	13 (22.1)	96 (40.3)	109 (36.7)	111 (8.6)	134 (23.3)	245 (13.1)	12 (17.4)	623 (41.6)	635 (40.5)	58 (7.0)	71 (24.1)	129 (11.5)	194 (8.6)	924 (35.4)	1.118 (23.0)
TOTAL	59	238	297	1.297	574	1.871	69	1.499	1.568	828	295	1.123	2.253	2.606	4.859
χ^2	29.3 (p < 0,001)			173.1 (p < 0,001)			61,6 (p < 0,001)			117,3 (p < 0,001)			1.068,9 (p < 0,001)		

BCME-BIBLIOTECA

O nível de salário dos egressos também pode ser considerado como um indicador da diferenciação entre carreiras.

Embora em todas as carreiras o nível médio de salários se ja predominante, na medicina e administração há grande incidência do nível alto, 42 e 43%, respectivamente; enquanto na biologia e educação a situação é inversa, com significativa ocorrência de salários no nível baixo, 37 e 40%, respectivamente.

Diferentes trabalhos sobre a carreira do magistério têm argumentado que esta carreira estaria entre as profissões menos valorizadas no mercado de trabalho, principalmente em termos salariais. Os condicionantes dessa situação estariam relacionados ao crescimento da oferta desses profissionais,

que aliada à crescente escassez de recursos governamentais para a área da educação, tornaria as condições de ocupação dos egressos das licenciaturas em geral, menos favoráveis quando comparadas a outras carreiras. No caso deste estudo, os resultados alcançados quando se compara os níveis salariais dos egressos da área de formação de professores, com os de medicina e administração reforçam tais argumentos.

TABELA XII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o nível de salário e a carreira cursada.

	BIOLOGIA	MEDICINA	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TOTAL
ALTO	25 (8.4)	789 (42.2)	107 (6.8)	482 (42.9)	1.403 (28.9)
MÉDIO	163 (54.9)	837 (44.7)	826 (52.7)	512 (45.6)	2.338 (48.1)
BAIXO	109 (36.7)	245 (13.1)	635 (40.5)	129 (11.5)	1.118 (23.0)
TOTAL	297	1.871	1.568	1.123	4.859

$$\chi^2 = 891,19 \quad (p \leq 0,01).$$

Para os egressos em estudo, o resultado da análise mostra que as condições de ocupação mais favorável são a dos egressos do curso de medicina. Nos cursos da área de humanidades em geral, onde a expansão do ensino superior foi mais ampla, as condições de trabalho são menos favoráveis, sendo possível concluir que, nestas áreas, existe maior desequilíbrio entre oferta e demanda de profissionais, os quais estariam concorrendo num mercado de trabalho que apresenta características de saturação. Verifica-se também, que esta diferenciação entre diplomas está relacionada à escolha da carreira, a qual, por sua vez, está condicionada ao sexo e a origem social dos egressos pesquisados.

4.3 - Condições de Ocupação e Instituição de Origem

BCME-BIBLIOTECA

Ao considerar o tipo de instituição de origem dos egressos em estudo, a hipótese está referida a que, em face de um mesmo diploma, os egressos de instituições públicas teriam melhores oportunidades no mercado de trabalho.

A literatura educacional tem dado ênfase aos aspectos referentes ao tipo de instituição, os quais têm sido apresentados como fator de diferenciação de oportunidades no mercado de trabalho. A expansão do ensino superior a taxas maiores nas instituições privadas, principalmente na área de ciências humanas, a predominância de cursos noturnos destinados a estudantes que trabalham em tempo integral e a estrutura de acesso, menos competitiva nestas instituições que nas públicas, seriam os condicionantes básicos dessa diferenciação.

Os egressos considerados nesta coorte são concluintes de instituições públicas e particulares da região sul. Na rede pública há predominância de egressos do curso de medicina (46.7%) e na rede particular dos cursos de educação (42,1%) e administração (35%). Estes quantitativos mostram que, neste aspecto, o grupo estudado segue a tendência geral do ensino superior, onde a rede particular concentra o maior contingente de estudantes na área de humanidades.

TABELA XIII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o tipo de instituição e a carreira cursada

CARREIRAS	S U L		
	PÚBLICO	PARTICULAR	T O T A L
TOTAL	1.244	2.005	3.249
BIOLOGIA	81 (6.5)	143 (7.1)	224 (6.9)
MEDICINA	581 (46.7)	308 (15.4)	889 (27.4)
EDUCAÇÃO	312 (25.1)	845 (42.1)	1.157 (35.6)
ADMINISTRAÇÃO	270 (21.7)	709 (35.4)	979 (30.1)

Nesta parte da análise procura-se estabelecer comparações entre as condições de trabalho dos egressos das instituições públicas e particulares da região sul.

Para os egressos em estudo, as variáveis dependentes utilizadas como indicadores da situação ocupacional apresentaram-se, na maioria dos casos, concordantes com a hipótese antes referida. Assim, as condições de mobilidade ocupacional e os níveis salariais mostram evidência de condições ocupacionais mais favoráveis aos egressos da rede pública.

A variável mobilidade ocupacional expressa o número de egressos que mudaram de ocupação após a conclusão do curso.

Esta variável é significativa porque mostra o sentido da expansão do ensino superior, ou seja, em muitos casos os respondentes permanecem exercendo a mesma ocupação que exerciam antes de formar-se, mostrando que nem sempre a titulação é necessária ao exercício de uma determinada atividade. No caso das profissões relacionadas ao magistério, como na pedagogia e biologia, o diploma de nível superior tem servido como credencial, em consequência da legislação vigente. Nestas carreiras, a obtenção do diploma permite promoção funcional e salarial, mesmo que o profissional permaneça nas funções anteriores. Essa legislação tem favorecido o retorno de professores ao ensino superior, em demanda de maior titulação.

A associação entre as variáveis mobilidade ocupacional e tipo de instituição mostram que, para o total de casos, os egressos da rede pública tiveram maior índice de mobilidade ocupacional que seus colegas da rede privada; 74% de mudança ocupacional nas públicas e 47,5% nas particulares.

Em cada uma das carreiras estudadas a comparação entre mobilidade ocupacional e tipo de instituição é favorável aos egressos das instituições públicas. Apenas para o curso de medicina, no qual a mobilidade ocupacional é muito elevada, os resultados se apresentam próximos para os dois tipos de instituição. No caso da medicina, o resultado do teste qui-quadrado revela não existir relação de dependência entre mudança ocupacional e instituição de origem. Nas demais car

reiras e no total de casos o resultado do teste é estatisticamente significativa, permitindo concluir que a mobilidade ocupacional depende do tipo de instituição.

TABELA XIV - Distribuição de frequência dos egressos segundo o tipo de instituição e a mobilidade ocupacional.

BCME-BIBLIOTECA

CATEGORIA	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			TOTAL		
	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
CERAM	17 (28.3)	85 (65.4)	102 (53.7)	40 (7.5)	28 (10.0)	68 (8.4)	126 (47.5)	458 (59.1)	584 (56.2)	98 (40.8)	394 (60.0)	492 (54.9)	281 (25.6)	965 (52.5)	1.246 (42.4)
RAM	43 (71.7)	45 (34.6)	88 (46.3)	492 (92.5)	250 (90.0)	742 (91.6)	139 (52.5)	317 (40.9)	456 (43.8)	142 (59.2)	262 (40.0)	404 (45.1)	816 (74.4)	874 (47.5)	1.690 (57.6)
AL	60	130	190	532	278	810	265	775	1.040	240	656	896	1.097	1.839	2.936
	22,6 (p < 0,01)			1,58			10,71 (p < 0,01)			26,24 (p < 0,01)			202,7 (p < 0,01)		

A análise do nível de salário dos egressos também mostra que, neste estudo, as condições salariais são favoráveis aos egressos da rede pública. Para o total de casos, 41% dos egressos das instituições públicas estavam no nível de salário alto (acima de 15 salários mínimos), enquanto na esfera particular, 26% dos egressos estavam nesse nível. Em relação ao nível baixo de salários (até 5 salários mínimos) estavam 16,5% dos egressos das públicas e 24,5% das particulares.

No curso de biologia o resultado do teste qui-quadrado mostra não haver diferença estatisticamente significativa entre o nível de salário nos dois tipos de instituição; entretanto, mesmo neste curso os percentuais favorecem às instituições públicas. Nas demais carreiras e no total de casos a relação de dependência entre nível de salário e tipo de instituição é estatisticamente significativa.

TABELA XV - Distribuição de frequência dos egressos segundo o tipo de instituição e o nível de salário.

NÍVEL DE SALÁRIO	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			TOTAL		
	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
ALTO	5 (7.8)	5 (3.9)	10 (5.2)	297 (55.5)	126 (45.7)	423 (52.2)	22 (8.3)	63 (8.3)	85 (8.3)	127 (53.8)	278 (44.4)	405 (47.0)	451 (41.0)	472 (26.0)	923 (31.9)
MÉDIO	40 (62.5)	72 (55.8)	112 (58.0)	171 (32.0)	118 (42.7)	289 (35.6)	168 (63.2)	400 (52.9)	568 (55.6)	89 (37.7)	287 (45.8)	376 (43.6)	468 (42.5)	877 (49.1)	1.345 (46.6)
BAIXO	19 (29.7)	52 (40.3)	71 (36.8)	67 (12.5)	32 (11.6)	99 (12.2)	76 (28.5)	293 (38.8)	369 (36.1)	20 (8.5)	61 (9.7)	81 (9.4)	182 (16.5)	438 (24.5)	620 (21.5)
TOTAL	64	129	193	535	276	811	266	756	1.022	236	626	862	1.101	1.787	2.888
χ^2	2,99			9,51 (p < 0,01)			9,41 (p < 0,01)			6,08 (p < 0,01)			71,6 (p < 0,01)		

BCME-BIBLIOTECA

Os índices de desemprego e desvio ocupacional apresentam resultados distintos para as instituições em análise, dependendo da carreira cursada pelos egressos. Em termos gerais o desemprego é maior para os egressos da rede pública - 9,5% dos egressos de instituições públicas estavam desempregados, contra 7,6% das particulares. Já as condições de desvio ocupacional, em termos gerais, mostram-se favoráveis aos egressos das instituições públicas onde se verifica 12,2% de desvio ocupacional comparados a 16,6% da esfera particular.

Os menores índices de desemprego nas instituições particulares podem estar relacionados a predominância, neste tipo de instituição, dos cursos noturnos da área de humanidades, nos quais a maioria dos egressos já trabalham durante o curso, não estando, portanto, na dependência da profissionalização para encontrar trabalho.

Ao considerar cada uma das carreiras em estudo, verifica-se que na medicina e na administração os níveis de desemprego e desvio ocupacional são maiores nas IES particulares, ocorrendo situação inversa nos cursos de biologia e edu

cação.

A maior incidência de desemprego e desvio ocupacional na rede pública, nos cursos da área do magistério (biologia e educação) pode ter explicação a partir da natureza do emprego nestas áreas, onde geralmente os profissionais estão vinculados à rede estadual ou municipal de ensino, ficando caracterizada uma estrutura de ingresso distinta da que ocorre normalmente a nível de mercado. Pode estar ocorrendo que, como a maioria dos egressos da rede particular já trabalham durante o curso, um maior número desses profissionais já exercem as funções de professor, tendo cursado a universidade em busca de ascensão funcional. Na rede pública, como a maioria dos cursos é diurna, o desemprego e desvio ocupacional seriam maiores neste tipo de instituição.

TABELA XVI - Distribuição de frequência dos egressos segundo o tipo de instituição e o nível de emprego.

NÍVEL DE EMPREGO	BIOLOGIA			MEDICINA			EDUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			TOTAL	
	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
DESEMPREGO	16 (19.7)	10 (7.0)	26 (11.6)	46 (7.9)	25 (8.1)	71 (8.0)	45 (14.4)	66 (7.8)	111 (9.6)	11 (4.1)	51 (7.2)	62 (6.8)	118 (9.5)	152 (7.6)
EMPREGO	65 (80.3)	133 (93.0)	198 (88.4)	555 (92.1)	283 (91.9)	818 (92.0)	267 (85.6)	779 (92.2)	1.046 (90.4)	259 (95.9)	658 (92.8)	917 (93.2)	1.126 (90.5)	1.853 (92.4)
TOTAL	81	143	224	581	308	889	312	845	1.157	270	709	979	1.244	2.005

TABELA XVII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o tipo de instituição e o desvio ocupacional.

DESVIO OCUPA- CIONAL	BIOLOGIA			MEDICINA			EIXUCAÇÃO			ADMINISTRAÇÃO			T O T A L		
	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
SIM	16 (22.5)	23 (18.5)	39 (20.0)	16 (3.0)	17 (6.0)	33 (4.0)	55 (20.1)	116 (15.3)	171 (16.6)	51 (20.1)	147 (22.4)	198 (21.7)	138 (12.2)	303 (16.6)	441 (14.9)
NÃO	55 (77.5)	101 (81.5)	156 (80.0)	521 (97.0)	268 (94.0)	789 (96.0)	218 (79.9)	644 (84.7)	862 (83.4)	203 (79.9)	510 (77.6)	713 (78.3)	997 (87.8)	1.523 (83.4)	2.520 (85.1)
TOTAL	71	124	195	537	285	822	273	760	1.033	254	657	911	1.135	1.826	2.961

BCME-BIBLIOTECA

Estes resultados estão relacionados às condições de origem social e ao sexo dos egressos. A origem social dos estudantes influi na escolha da instituição do mesmo modo que na escolha da carreira, estando carreira e instituição relacionadas entre si, pela estrutura de cursos que as instituições oferecem e pela estrutura de acesso em cada instituição e carreira.

Assim, entre os egressos estudados, é na rede pública que estão os concludentes de nível social mais elevado, tanto pela consideração do nível de ocupação como pela escolaridade do pai. Entre os egressos cujos pais estavam no nível alto de ocupação, 31% são de IES públicas e 22% de particulares. Já no nível baixo de ocupação estavam 19% dos egressos das públicas e 37,5% das particulares. Quanto a escolaridade do pai, 16% dos egressos da rede pública e 30% das particulares, tinham pais no menor nível de escolarização (analfabeto e primário incompleto).

A relação de dependência entre as variáveis nível de ocupação e escolaridade do pai em relação ao tipo de instituição é comprovada pelos resultados estatisticamente significantes do teste qui-quadrado.

TABELA XVIII - Distribuição de frequência dos egressos segundo a origem social e o tipo de instituição.

a. Nível de Ocupação do Pai

NÍVEL DE OCUPAÇÃO DO PAI	S U L		
	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL
ALTO	372 (30.8)	415 (22.2)	787 (25.6)
MÉDIO	608 (50.3)	753 (40.3)	1.361 (44.2)
BAIXO	228 (18.9)	700 (37.5)	928 (30.2)
TOTAL	1.208	1.868	3.076

$$\chi^2 = 121,73 \text{ (p} \ll 0,01\text{)}.$$

BCME-BIBLIOTECA

b. Escolaridade do Pai

ESCOLARIDADE DO PAI	S U L		
	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL
ANALFABETO E PRIMÁRIO IN-COMPLETO	203 (16.5)	600 (30.3)	803 (25.0)
ATÉ GINÁSIO COMPLETO	488 (39.6)	928 (46.9)	1.416 (44.1)
ATÉ COLEGIAL COMPLETO	232 (18.9)	218 (11.0)	450 (14.0)
MAIS DO QUE COLEGIAL COMPLETO	308 (25.0)	234 (11.8)	542 (16.9)
TOTAL	1.231	1.980	3.211

$$\chi^2 = 178,41 \text{ (p} \ll 0,01\text{)}.$$

A variável sexo também está associada ao tipo de instituição de origem. Embora não se perceba discriminação sexual no acesso ao ensino superior, a escolha da carreira condiciona a existência de diferenciações. Como as instituições privadas possuem uma estrutura de cursos mais voltada para a área das licenciaturas, onde existe maior incidência de estudantes do sexo feminino, a relação de dependência fica estabe

lecida.

Neste estudo, a predominância de egressos do sexo feminino nas instituições privadas é consequência da maior incidência de mulheres nos cursos de biologia e educação. Assim; nas instituições públicas 47% dos egressos são do sexo feminino, enquanto nas particulares esse percentual atinge 58%. Nas instituições privadas 80% dos profissionais femininos são egressos das carreiras de biologia e educação.

TABELA XIX - Distribuição de frequência dos egressos segundo o sexo e o tipo de instituição.

	PÚBLICAS		PARTICULARES	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
BIOLOGIA	16 (2.4)	65 (11.1)	16 (1.9)	127 (10.9)
MEDICINA	425 (64.7)	156 (26.6)	211 (25.1)	97 (8.3)
EDUCAÇÃO	11 (1.7)	301 (51.2)	41 (4.9)	804 (69.0)
ADMINISTRAÇÃO	205 (31.2)	65 (11.1)	571 (68.1)	138 (11.8)
TOTAL	657	587	839	1.166

Para os egressos em estudo, as condições de trabalho menos favoráveis aos egressos das instituições particulares podem ser explicadas pela estrutura de cursos dessas instituições, mais voltados para a área de ciências humanas e licenciaturas, onde o mercado de trabalho já apresenta sinais de saturação; são explicados, ainda, pelas condições de origem social menos favoráveis desses egressos e pela predominância, neste tipo de instituição, de concludentes do sexo feminino.

4.4 - Condições de Trabalho e Região Geográfica

Na análise por região geográfica estão sendo consideradas apenas instituições públicas. Esse fato oferece certas limitações à comprovação da hipótese, porque o maior crescimento do ensino superior, principalmente nas regiões sul e sudeste se deu pela expansão da rede privada. Considera-se que uma comparação que envolvesse também instituições particulares apresentaria resultados mais fiéis à realidade das condições de trabalho presentes em cada região. Entretanto; como as comparações envolvem instituições do mesmo tipo, os resultados podem ser tomados como um indicador da situação ocupacional vivenciada pelos concludentes e, por isso comparadas entre si.

Esta coorte envolve 3.493 concludentes, com predominância de egressos do curso de medicina 51% dos casos; seguindo-se a educação, com 26% dos respondentes.

TABELA XX - Distribuição de frequência dos egressos segundo a região geográfica e a carreira cursada.

CARREIRAS	P Ú B L I C A S			
	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL
TOTAL	1.244	1.001	1.248	3.493
BIOLOGIA	81 (6.5)	109 (10.9)	44 (3.5)	234 (6.7)
MEDICINA	581 (46.7)	458 (45.7)	737 (59.1)	1.776 (50.8)
EDUCAÇÃO	312 (25.1)	297 (29.7)	306 (24.5)	915 (26.2)
ADMINISTRAÇÃO	270 (21.7)	137 (13.7)	161 (12.9)	568 (16.3)

Nesta parte do estudo a hipótese estava referida a que o maior dinamismo econômico em determinada região levaria a que os concludentes do ensino superior tivessem melhores oportunidades de trabalho. Pelos resultados obtidos nesta amostra a hipótese não pode ser confirmada. Na região suldeste, onde as condições econômicas são mais dinâmicas verifica-se, para estes egressos, condições de ocupação menos favoráveis; numa posição intermediária estão os egressos da região sul, portanto, os concludentes do nordeste encontram-se em melhores condições de trabalho. Esses resultados são verificáveis principalmente através das variáveis desemprego e desvio ocupacional.

O nível de desemprego, considerado em termos gerais, é maior no sudeste, 12,6%; comparados a 9,5% no sul e 3% no nordeste. As carreiras em estudo também apresentam resultado semelhante. Na biologia e medicina o maior índice de desemprego estava no sudeste, 35,8% e 10,2%, respectivamente, seguindo-se a região sul, com 19,3 e 7,9% de desemprego nos dois cursos, ficando o nordeste em situação mais favorável, com 13,6% de desemprego na biologia e 2,2% na medicina. No curso de educação o desemprego é maior na região sul, 14,4%. A administração apresenta os menores índices de desemprego e atinge no sudeste o nível mais elevado - 7,3%.

A avaliação da relação de dependência entre as variáveis desemprego e região, mostra-se estatisticamente significativa para o total de casos e para as carreiras de biologia, medicina e educação, permitindo concluir que o nível de desemprego depende da região. No caso da administração, a ausência de relação de dependência entre desemprego e região pode ser explicada pela pequena incidência de desemprego neste curso.

TABELA XXI - Distribuição de frequência dos egressos segundo o nível de desemprego e a região.

NÍVEL DE EMPREGO	B I O L O G I A				M E D I C I N A				E D U C A Ç ã O		
	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE
DESEMPREGO	16 (19.8)	39 (35.8)	6 (13.6)	61 (26.0)	46 (7.9)	47 (10.2)	16 (2.2)	109 (6.1)	45 (14.4)	30 (10.1)	2 (0.7)
EMPREGO	65 (80.2)	70 (64.2)	38 (86.4)	173 (74.0)	535 (92.1)	411 (89.8)	721 (97.8)	1.667 (93.9)	267 (85.6)	267 (89.9)	2 (0.7)
TOTAL	81	109	44	234	581	458	737	1.776	312	297	3
χ^2	10,53 (p \leq 0,01)				36,72 (p \leq 0,01)				24,92 (p \leq 0,01)		

A variável desvio ocupacional também comprova situação menos favorável para os egressos da região sudeste. Tanto para o total de casos como em cada carreira os percentuais de desvio ocupacional são maiores nesta região. No curso de administração, os níveis de desvio ocupacional são elevados também na região nordeste. Nesta, 30,2% dos egressos consideravam-se desvinculados das funções para as quais foram habilitados; esse mesmo desvio alcança 35,6% dos egressos na região sudeste e 20,1% no sul. Nos cursos de biologia e medicina o resultado do teste qui-quadrado mostra não haver relação de dependência entre a variável desvio ocupacional e região. Para as demais carreiras e para o total de casos o resultado do teste é estatisticamente significativo.

TABELA XXII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o desvio ocupacional e a região.

DESVIO OCUPACIONAL	B I O L O G I A				M E D I C I N A				E D U C A Ç Ã O		
	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE
SIM	16 (22.5)	21 (28.4)	8 (26.6)	45 (24.7)	16 (3.0)	16 (3.9)	22 (3.2)	54 (3.3)	55 (20.2)	58 (21.3)	2 (10.0)
NÃO	55 (77.5)	53 (71.6)	29 (78.4)	137 (75.3)	521 (97.0)	394 (96.1)	674 (96.8)	1.589 (96.7)	218 (79.8)	214 (78.7)	2 (89.0)
TOTAL	71	74	37	182	537	410	696	1.643	273	272	2
χ^2			0,9				0,66				14.33 (p < 0,05)

A consideração da variável nível de salário apresenta resultados distintos. Em situação mais favorável estavam os egressos da região sul, onde 41% dos pesquisados estavam no nível alto de salário (acima de 15 salários mínimos). Em cada carreira as condições salariais são também favoráveis à região sul.

No curso de administração os níveis mais baixos de salário ocorrem na região nordeste, onde 12% dos entrevistados estavam no nível alto de salário e 24,6% estavam no nível baixo. O resultado do teste qui-quadrado é estatisticamente significativo para o total de casos e para as carreiras de medicina, educação e administração, permitindo concluir, nestes casos, que o nível de salário depende de região. No curso de biologia esta relação de dependência mos-

M E D I C I N A		E D U C A Ç Ã O				A D M I N I S T R A Ç Ã O				T O T A L				
	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL
	22	54	55	58	28	141	51	47	38	136	138	142	96	376
	(3.2)	(3.3)	(20.2)	(21.3)	(10.2)	(17.2)	(20.1)	(35.6)	(30.2)	(26.6)				
	674	1.589	218	214	246	678	203	85	88	376	997	746	1.037	2.780
	(96.8)	(96.7)	(79.8)	(78.7)	(89.8)	(82.8)	(79.9)	(64.4)	(69.8)	(73.4)				
	696	1.643	273	272	274	819	254	132	126	512	1.135	888	1.133	3.156
0,66				14.33 (p < 0,01)				11.84 (p < 0,01)				26,9 (p < 0,01)		

TABELA XXIII - Distribuição de frequência dos egressos segundo o nível de salário e a região.

NÍVEL DE SALÁRIO	B I O L O G I A				M E D I C I N A				E D U C A Ç Ã O			
	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL
ALTO	5 (7.8)	12 (16.9)	3 (9.1)	20 (11.9)	297 (55.5)	130 (32.4)	236 (35.8)	663 (41.6)	22 (8.3)	9 (3.5)	13 (4.5)	44 (5.4)
MÉDIO	40 (62.5)	30 (42.3)	21 (63.6)	91 (54.2)	171 (32.0)	196 (48.9)	352 (53.4)	719 (45.1)	168 (63.2)	118 (45.6)	140 (48.8)	426 (52.5)
BAIXO	19 (29.7)	29 (40.8)	9 (27.3)	57 (33.9)	67 (12.5)	75 (18.7)	71 (10.8)	213 (13.3)	76 (28.5)	132 (50.9)	134 (46.7)	342 (42.1)
TOTAL	64	71	33	168	535	401	659	1.595	266	259	287	812
χ^2		7.5				82.18 (p \leq 0,01)				32.77 (p \leq 0,01)		

Para os egressos em estudo, as condições de trabalho, consideradas pelas variáveis acima avaliadas, são menos favoráveis aos egressos da região sudeste. Esta conclusão é contrária à hipótese, antes referida, de que em regiões de maior dinamismo econômico, as condições de trabalho dos novos profissionais seriam mais favoráveis. Tais resultados podem estar relacionados a uma série de motivos.

As condições de trabalho menos favoráveis para os egressos do sudeste podem estar relacionadas ao crescimento muito acelerado do ensino superior, nesta região, nas últimas duas décadas.

O desequilíbrio entre oferta e demanda de profissionais deve ser reforçado pela existência de um elevado nível de mobilidade espacial entre os egressos do ensino superior.

V A	E D U C A Ç Ã O				A D M I N I S T R A Ç Ã O				T O T A L					
	ESTE	TOTAL	SUL	SUDESTÊ	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL
66	663	22	9	13	44	127	60	17	204	451	211	269	931	
8)	(41.6)	(8.3)	(3.5)	(4.5)	(5.4)	(53.8)	(50.4)	(12.0)	(41.0)	(41.0)	(24.8)	(24.0)	(30.3)	
2	719	168	118	140	426	89	46	90	225	468	390	603	1.461	
4)	(45.1)	(63.2)	(45.6)	(48.8)	(52.5)	(37.7)	(38.7)	(63.4)	(45.3)	(42.5)	(45.9)	(83.8)	(47.6)	
1	213	76	132	134	342	20	13	35	68	182	249	249	680	
8)	(13.3)	(28.5)	(50.9)	(46.7)	(42.1)	(8.5)	(10.9)	(24.6)	(13.7)	(16.5)	(29.3)	(22.2)	(22.1)	
9	1.595	266	259	287	812	236	119	142	497	1.101	850	1.121	3.072	
1)			32.77 (p ≤ 0,01)				73.16 (p ≤ 0,01)				13.49 (p ≤ 0,01)			

Sabe-se que um contingente significativo de graduados nas universidades do norte e nordeste migram para o centro sul, a procura de melhores oportunidades de trabalho.

Com referência ao maior nível de desemprego na região sudeste pode-se argumentar, ainda, que o desemprego deve estar sendo influenciado por problemas conjunturais, uma vez que a pesquisa inclui um período de crise econômica. Isso porque, em períodos de crise, as economias mais dinâmicas acarretam, normalmente, maior volume de desemprego.

Embora o crescimento do ensino superior no nordeste não tivesse a amplitude que se verificou no sul e sudeste, a situação ocupacional mais favorável aos egressos dessa região pode também ser explicada a partir da estrutura do emprego nesta região, distinta das demais.

Nesta o setor público é empregador da maioria dos profissionais de nível superior. Verifica-se uma estrutura de geração de empregos que procura compensar a falta de dinamismo do setor privado. Entre os egressos pesquisados, 85% dos concludentes do nordeste trabalhavam no setor governamental. Esse inchamento do setor governo, em termos de emprego, deve estar gerando acentuados índices de subemprego.

A questão do subemprego como está referida na pesquisa básica, não representa uma medida objetiva do nível de subemprego. Faz-se referência a esta limitação na parte metodológica. Entretanto, utiliza-se a questão, considerando-a como um indicador do nível de insatisfação profissional dos egressos e não como uma medida de subemprego.

Neste aspecto, a comparação entre regiões mostra que são os egressos da região nordeste, que apresentam condições menos favoráveis: 55,3% dos respondentes consideram-se "subempregados", estando nestas condições 45% dos egressos do sudeste e 37% do sul.

No curso de administração esse índice de insatisfação profissional alcança 76,6% dos egressos do nordeste, comparados a 43,5% do sudeste e 30% do sul. Embora essa não seja uma medida objetiva do nível de subemprego dos profissionais em estudo, ela pode ser considerada como um indicador aproximado do nível de subutilização dos egressos, face as

suas expectativas. A maior incidência desse nível de insatisfação profissional na região nordeste pode ser explicado pela estrutura do emprego, predominantemente sustentada no setor público.

TABELA XXIV - Distribuição de frequência dos egressos segundo a região e o nível de subocupação profissional.

SUBOCUPAÇÃO (AUTO-PERCEPÇÃO)	SUL	SUDESTE	NORDESTE	TOTAL
SIM	331 (37.4)	374 (45.4)	530 (55.3)	1.235 (46.3)
NÃO	555 (62.6)	450 (54.6)	429 (44.7)	1.434 (53.7)
TOTAL	886	824	959	2.669

CAPÍTULO V
CONCLUSÃO

TECA

Este estudo se propôs avaliar as condições de mercado de trabalho para profissionais formados entre 1972 e 1980, nos cursos de biologia, medicina, educação e administração. Trata-se de um estudo no qual estão envolvidas 27 instituições de ensino superior localizadas nas regiões sul, sudeste e nordeste, perfazendo um total de 5.498 profissionais.

As condições de ocupação são avaliadas a partir da associação entre certas características dos profissionais e as oportunidades vivenciadas pelos mesmos no mercado de trabalho. Entre as características que definem o perfil dos egressos em estudo, são consideradas: o ano de conclusão a carreira cursada, o tipo de instituição de origem, a região geográfica e as características referentes a origem social e sexo dos egressos. As variáveis dependentes se referem ao nível de desemprego e salário, como, ainda à mobilidade e desvio ocupacional.

A acelerada expansão do ensino superior, em período recente, tem aumentado consideravelmente o quantitativo de recursos humanos desse nível, trazendo uma série de consequências relativas à situação ocupacional dos novos profissionais. Na realização desse estudo a preocupação predominante estava relacionada à avaliação de dois problemas básicos, que a literatura educacional tem destacado como consequência da expansão. A primeira distorção estaria relacionada ao desequilíbrio entre oferta e demanda de profissionais e à forma como vem se procedendo o ajustamento, via subemprego, desvio ocupacional e baixos salários; e a segunda refere-se à existência de diplomas com distintos valores simbólicos no mercado de trabalho.

No capítulo referente a fundamentação teórica foram apresentadas as linhas de pensamento que buscam explicar as causas da expansão do ensino superior como tendo raízes na i

deologia da mobilidade social e no valor econômico da educação.

No que se refere à educação e mudança social o estudo segue a abordagem que considera que a educação brasileira, como vem se constituindo, não tem representado um agente provedor de mobilidade social. Argumenta-se, nestes estudos, que a mobilidade social pelo exercício da profissão parece tornar-se mais difícil quanto menor for o "valor" do diploma adquirido e que essa hierarquia nos diplomas estaria relacionada às condições sociais dos postulantes.

Do ponto de vista da economia da educação, considerando que a expansão do ensino superior foi embasada teoricamente no suposto valor econômico da educação, a abordagem de referência destaca as principais teorias referentes à educação e trabalho, com ênfase sobre as teorias do capital humano e da segmentação do mercado de trabalho.

A convicção de que a educação superior por si só não representa garantia de melhores oportunidades no mercado de trabalho, bem como os argumentos de que os pressupostos básicos da teoria do capital humano tem supervalorizado os efeitos da educação como provedora da mobilidade ocupacional e da distribuição da renda, levaram a que se optasse pela teoria da segmentação como referencial teórico. Este modelo está referido no estudo apenas por seus pressupostos básicos, que são contrários aos do capital humano, uma vez que não se trata de um estudo que busque comprovar a existência de segmentação no mercado de trabalho.

Neste enfoque, os determinantes das oportunidades ocupacionais e da distribuição salarial, estariam mais relacionados a própria estrutura do mercado de trabalho, do que às condições de educação. Alguns adeptos dessa teoria têm salientado a crescente desvinculação entre educação e trabalho, como consequência da estrutura capitalista de produção, na qual a tecnologia é específica para diminuir os custos de mão-de-obra especializada.

Assim, a política de expansão do ensino superior, baseada no valor da educação, seria contraditória, quando considerada do ponto de vista do modelo de segmentação: enquan-

to o nível de escolarização vai crescendo a taxas elevadas, no lado do mercado são cada vez mais reduzidos os postos de trabalho que requerem maior escolarização.

De acordo com o modelo de segmentação a estrutura do mercado de trabalho capitalista tende a exigir e valorizar aspectos não-cognitivos que favoreçam o controle social. Assim, as distintas condições de ocupação estariam relacionadas a traços pessoais e valores comportamentais que o mercado de trabalho tem valorizado. Neste sentido, o sistema de ensino superior, como parte da mesma estrutura social, estaria reforçando as condições hierárquicas presentes nos postos de trabalho, pela promoção de um sistema de ensino que estaria também segmentado em distintos patamares.

Com base neste referencial, procura-se avaliar as condições ocupacionais predominantes entre os egressos em estudo.

Em termos gerais, verifica-se que a educação superior em si, não tem levado os egressos em estudo à situação ocupacional uniforme. A diversidade nas condições de emprego é considerada basicamente, dependente de dois aspectos: primeiramente pode ser explicada como tendo raízes no desequilíbrio entre oferta e demanda de profissionais, estando o excesso de oferta relacionado tanto a expansão do ensino, como às próprias características do mercado de trabalho. Em segundo lugar, essa diversidade nas oportunidades ocupacionais está relacionada às características da expansão, na qual a privatização e o crescimento maior dos cursos "residuais" - que demandam menor investimento e são menos competitivos no acesso -, têm concorrido para a existência de diplomas, que adquirem distintos valores no mercado de trabalho.

O estudo foi dimensionado para considerar três aspectos: a carreira cursada pelos egressos, o tipo de instituição de origem e a região geográfica. Em cada um desses itens são avaliadas as condições de emprego dos egressos pela relação de dependência entre as variáveis em estudo. Foi utilizado o método qui-quadrado para testar essa relação de dependência.

A associação entre a carreira cursada pelos egressos

e as variáveis desemprego, desvio ocupacional e nível de salário, mostra que são os profissionais do curso de medicina que apresentam melhores condições de ocupação, podendo ser considerada a administração, como a carreira onde a situação ocupacional seria intermediária; portanto, nos cursos de biologia e educação a situação ocupacional dos egressos é menos favorável. Neste aspecto, os resultados para o grupo estudado, confirmam a existência de uma hierarquia de diplomas que é resultante da escolha da carreira.

Entretanto, a própria escolha da carreira está condicionada a uma série de fatores. Assim, procura-se verificar até que ponto as condições de origem social e sexo são condicionantes da carreira escolhida.

Os resultados mostram que a carreira depende das condições de origem social dos egressos. No curso de medicina estão os profissionais de nível social mais elevado e na educação os de menores condições de origem social. A relação entre a variável desvio ocupacional e condições sociais mostra que, em geral, são os egressos de menor nível social que apresentam condições ocupacionais menos favoráveis, neste aspecto.

A variável sexo também está associada à escolha da carreira, verificando-se predominância do sexo feminino nas carreiras ligadas ao magistério. As associações entre as variáveis sexo em relação ao desvio ocupacional e ao nível de salário mostram que nas profissões tradicionalmente ocupadas por profissionais do sexo masculino, medicina e administração, a situação é desfavorável às mulheres o que se considera como um indicador da existência de discriminação sexual no mercado de trabalho.

Portanto, para os egressos em estudo, verifica-se que a situação ocupacional está condicionada pela escolha da carreira, mas que esta, por sua vez, está estreitamente relacionada às condições de origem social e sexo dos egressos, bem como a uma série muito grande de fatores, sendo destacável a própria estrutura de acesso ao ensino superior.

Neste sentido, considera-se que para o grupo em análise, os resultados são concordantes com os argumentos desta

cados na literatura educacional, de que a expansão do ensino superior não contribui para a sua democratização, mas ao contrário reforça as condições de classe social de seus postulantes. Além do que, essa forma de expansão estaria concorrendo para legitimar as hierarquias sociais que são prevalentes no mundo do trabalho onde o mercado tende a valorizar características que são próprias das classes mais elevadas.

A associação entre as variáveis tempo de procura de trabalho e desvio ocupacional em relação ao ano de conclusão permite concluir que entre os egressos formados mais recentemente as condições de ocupação são menos favoráveis. Dadas as características da expansão do ensino superior e a estrutura pouco dinâmica do mercado de trabalho na geração de postos de nível superior, esses resultados sugerem que o mercado de trabalho apresenta sinais de saturação.

Ao considerar o tipo de instituição de origem, a amostra estava representada por 19 instituições da região sul, perfazendo um total de 3.249 entrevistados.

A relação entre as variáveis mobilidade ocupacional e nível de salário, em relação à instituição de origem mostra que para os egressos estudados as melhores condições de ocupação, em geral e em todas as carreiras, estão entre os egressos da rede pública. Quando são avaliados o nível de desemprego e desvio ocupacional, os resultados são distintos entre carreiras. Na medicina e administração, há maior incidência de desemprego na rede privada, na biologia e educação os resultados são opostos.

Uma possível explicação para a maior incidência de desemprego nas profissões de biologia e educação, na rede pública, pode estar vinculada a natureza do emprego gerado nesse tipo de carreira, onde geralmente os profissionais estão vinculados a rede estadual ou municipal de ensino. Neste caso, o diploma configura-se como a legitimação de funções já exercidas antes da graduação. Como na rede particular a maioria dos egressos já trabalhavam durante o curso, fica mais evidente, nestes casos, a função credencialista desempenhada pelo diploma.

Portanto, à excessão destas duas carreiras, e apenas

nos aspectos desemprego e desvio ocupacional, as demais condições analisadas são favoráveis aos egressos da rede pública.

A comparação entre instituições públicas e privadas mostra, ainda, que estão na rede particular os egressos de condições sociais menos favoráveis e que nestas verifica-se predominância de egressos do sexo feminino. Estes resultados são tão condicionados à estrutura de cursos e à forma de acesso nas duas esferas administrativas em análise.

Estes fatores, aliados às características de crescimento da rede privada de ensino, concorrem para tornar menos favorável as condições de ocupação dos egressos desse tipo de instituição.

Tais resultados, da mesma forma que os verificados a nível de curso, mostram que, para os egressos em estudo, estão presentes os processos de segmentação e reelitização do ensino superior, nos quais as relações entre condições sociais, sexo, carreira e instituição de origem, comandam as oportunidades no mercado de trabalho.

Entre as regiões geográficas em estudo, os resultados mostram que as condições de ocupação menos favoráveis estão entre os concludentes da região sudeste. Tais resultados são contrários à hipótese de que em regiões de maior dinamismo econômico a existência de melhores oportunidades de ocupação levariam os egressos do ensino superior a condições de trabalho mais favoráveis.

Estas comparações foram efetivadas pela associação entre região geográfica e as variáveis desemprego, desvio ocupacional e nível de salário. Entretanto, em todas as associações os resultados mostram-se desfavoráveis aos egressos do sudeste. Na região sul, onde a situação ocupacional é intermediária, os níveis de desemprego e desvio ocupacional são mais elevados que na região nordeste, ocorrendo resultado inverso com o nível de salário. Face a esses resultados, argumenta-se que a maior oferta de profissionais nas regiões sul e sudeste, aliada aos problemas conjunturais do mercado, devem estar motivando as condições de emprego menos favoráveis nestas duas regiões.

Embora a expansão do ensino superior tenha sido menor

na região nordeste, procura-se explicar as condições de emprego mais favoráveis dos egressos dessa região, também pela consideração da estrutura de emprego, na qual predomina o se tor público como empregador. Considera-se que tal estrutura deveria estar gerando significativos índices de subemprego, entre os egressos.

Como a questão formulada no instrumento de pesquisa mediu o subemprego de modo bastante subjetivo, considerando o ponto de vista do egresso a medida é utilizada, apenas em caráter exploratório, arbitrando-se por considerá-la mais co mo uma medida de insatisfação profissional do que propriamente como subemprego. Pelos resultados, conclui-se que os egressos do nordeste se percebem em condições menos favoráveis, neste aspecto, que os profissionais das outras regiões, o que é considerado um indicador de subutilização desses profissionais, frente as suas expectativas.

É oportuno salientar que as conclusões aqui referidas não são representativas do ensino superior como um todo, nem retratam a situação ocupacional em cada uma das regiões e esferas administrativas estudadas; o estudo tem caráter exploratório e só refere-se aos egressos em consideração. Por esta razão considera-se importante, dada a significância do tema, que sejam realizados estudos mais aprofundados, através de uma amostra que seja representativa do ensino superior, tanto em termos de cursos como de instituições. Acredita-se que estudos desse porte, seriam importantes norteadores de políticas educacionais para o ensino superior mais condizentes com a realidade social brasileira.

- BASTOS, Vera L. Subemprego e mudança ocupacional de profissionais universitários; algumas evidências da super-educação em Brasília. Brasília, UnB, 1982. (Dissertação de Mestrado).
- BECKER, G.S. Inversion en formacion profesional. In: BLAUG, M. Economia de la educacion; textos escogidos. Madrid, Tecnos, 1972. p. 165-88.
- BENDA, René. O Ensino superior no Brasil. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, fev. 1984. (48) p. 57-62.
- BENJAMIN, Fernando Sobral. Educação e mudança social; uma tentativa de crítica. São Paulo, Cortez, 1981.
- BERCH, Bettina. Salários e trabalho. In: GREEN, F. A Economia; um antitexto. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 115-28.
- BERG, Ivar. Education and jobs; the great training robbery. New York, Penguin Education, 1970.
- BLAUG, Mark. La Educacion y el problema del empleo em los países en desarrollo. Genebra, OIT. 1974.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico; Brasil. 1970. V. I.
- _____. Censo demográfico; Brasil. 1980. V. I-4.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Superior. Boletim Informativo; coletânea de dados estatísticos. Brasília, mar. 1981.
- _____. Secretaria Geral. Subsídios ao planejamento participativo. Brasília, MEC/DDD, 1980.
- _____. Serviço de Estatística de Educação e Cultura. Ensino Superior - 1974/78; síntese retrospectiva. Rio de Janeiro, 1981.

- _____. Estatísticas da educação nacional; 1960.71. Rio de Janeiro, 1972.
- _____. Sinopse estatística do ensino de 1º e 2º Graus; 1978. Brasília, 1982.
- CARNOY, Martin. Segmented labor markets; a review of theoretical and empirical literature and its implication for educational planning. Paris, Unesco, Working Paper, Jan. 1977.
- _____. Educação e emprego; uma avaliação crítica. In: CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo, (32):69-91. Fev. 1980.
- _____. Educação, economia e estado; base e superestrutura, relações e mediações. São Paulo, Cortez, 1984.
- _____. The Role of education in a strategy for social change. In: The Limits of educational reform. Library of Congress Cataloging in Publication Data, sd, 269-290.
- CUNHA, Luis A. da. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 7ª Edição. 1983.
- _____. A expansão do ensino superior; causas e conseqüências. In: Debate e Crítica, (05):27-58, mar. 1975.
- CUNHA, Paulo. A Organização dos mercados de trabalho; três conceitos alternativos. In: Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 19(1):29-46, jan/mar. 1979.
- _____. Dualismo no Mercado de Trabalho; uma verificação empírica em uma amostra de trabalhadores de baixa renda. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, 7(01):101-144, abr. 1977.
- CUPPERTINO, Fausto. A Concentração da Renda no Brasil; O bolo está mal dividido. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.
- _____. Educação um problema social. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- DEMO, Pedro. Educação cultura e poder; hipóteses sobre a importância da educação para o desenvolvimento. In: CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo, (41):12-21, mai. 1982.

- DIAS SOBRINHO, José. Universidade e classes médias; aspectos do caso brasileiro. In: Educação e Sociedade. (04):111-120, set. 1979.
- FERNANDES, Florestan. A Universidade brasileira; reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- FERRARI, Alfonso T. Metodologia e Técnicas de Pesquisa. Brasília, UnB, 1970.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, E-dart, 1978.
- GALVAN, Cesare G. É possível uma economia da educação? uma nota crítica sobre como "capital humano" e sua teorização escondem o real "trabalho humano". In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (02):166-176. 1979.
- GANDINI, Raquel P.C. Industrialização e educação; educação hoje: mercadoria. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (07):133-139, set. 1980.
- GERMANO, José W. Ciência e capitalismo; simples notas teóricas. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (06):69-95, jun. 1980.
- GOUVEIA, A.J. e HAVIGHURST, R. Ensino médio e desenvolvimento. São Paulo, Melhoramento, 1969.
- HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- KERLINGER, Fred N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais; um tratamento conceitual. São Paulo EPU/EDUSP/INEP, 1980.
- LANGONI, Carlos Geraldo. As Causas do crescimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, APEC. 1974.
- _____. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho; o capital humano e a teoria da segmentação. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 10(1):217-272, abr. 1980.
- _____. Educação, rendimentos e mobilidade ocupacional em Sal

vador - Bahia. Seminário ECIEL, Colômbia, Julho. 1979 - (Mimeo).

MARGLIN, S. Origens e Funções do Parcelamento de Tarefas. In: Revista de Administração de Empresa, 18(04):7-23, out/dez. 1978.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia; tratado introdutório. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. O Capital; Crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. V. I. 1968.

MEDEIROS, José Adelino e Outros. Desvio ocupacional em ciências humanas; o caso dos graduados em direito em São José dos Campos. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (33): 29-44, mai. 1980.

NASCIMENTO, Dinalva Melo. Avaliação do ensino superior; um estudo de desvio ocupacional dos egressos de pedagogia; direito e economia das escolas superiores de Ilhéus e Itabuna (Ba). Brasília, UnB, 1982. (Dissertação de Mestrado).

NICK, E. e KELLNER, S. Fundamentos de estatística para as ciências do comportamento. Rio de Janeiro, Renes, 1971.

NOGUEIRA, Maria A.G. A Gênese da escola pública; elementos para uma economia política da educação. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (16):62-63, dez. 1983.

PAIVA, Vanilda. Estado, sociedade e educação no Brasil. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (22):37-58, Abr. 1980.

_____. Educação popular e educação de adultos; contribuição a história da educação brasileira. São Paulo, Loyola, 1973.

PARNES, H.S. Analisis de la fuerza humana en la planificacion de la educacion. In: BLAUG, M. Economia de la educacion; textos escogidos. Madrid, Tecnos, 1972, p. 237-256.

PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo, EDUSP. 1979.

- _____. Mobilidade social sob condições de segmentação do mercado no Brasil. In: Estudos Econômicos. 11(1):21-41, jan/mar. 1981.
- PINHO, Carlos Marques. Economia da educação e desenvolvimento econômico. São Paulo, Pioneira, 1976.
- RABELO, Ophelina. Aspectos regionais do mercado de trabalho para profissionais universitários. Campinas-SP, UNICAMP, 1974.
- REICH, M. Gordon, D.M. e EDWARDS, R.C. A Theory of labor market segmentation. In: American Economic Review, 63, (02):359-365, mai. 1973.
- BCME-BIBLIOTECA
- REIS FILHO, Casemiro. Reforma universitária e ciclo básico; modelo viável. In: GARCIA, Walter. Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento. São Paulo, MC Graw Hill, 1978. p. 195-224.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade necessária. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 3^a Edição. 1978.
- ROSSI, Wagner G. Capitalismo e educação; contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
- SALM, Cláudio. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. As Teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo (42):8-18, ago. 1982.
- _____. Ensino Público e algumas falas sobre universidade. São Paulo, Cortez, 1984.
- SCHULTZ, Theodore. O Capital humano; investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- _____. O Valor econômico da educação. Rio de Janeiro, Zahar, 2^a Edição, 1973.
- _____. Inversion en capital humano, in: BLAUG M. Economia de la educacion; textos escogidos. Madrid, Tecnos; 1972. p. 15-32.

- SENNA, J.J. Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. In: Revista Brasileira de Economia. 30, (2): 163-194, abr/jun. 1976.
- SIEGEL, Sidney. Estatística não paramétrica; para as ciências do comportamento. São Paulo, Mc Graw Hill, 1977.
- SINGER, Paul. Economia política do trabalho. São Paulo, Hucitec, 2^a Edição. 1979.
- SMITH, Adam. A Riqueza das nações; investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- TAVARES, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (07):5-52, set. 1980.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. São Paulo, Nacional, 1971.
- VAIZEY, John. Economia da educação. São Paulo, Ibrasa, 1968.
- VELLOSO, Jacques. Socialização e trabalho; escola e produção capitalista. In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez, (07):141-157, set. 1980.
- _____. Antecedentes sócio-econômicos y rendimento escolar en Argentina. In: Revista Latinoamericana de Estudios Educativos. México, (02):39-75, 1979.
- VELLOSO J. e BASTOS V. Ensino superior e subemprego; um estudo de caso em Brasília. In: qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado, Rio de Janeiro, EDUCAM, 1984. p. 129-54.
- VIETORISZ, T. e HARRISON, B. Labor market segmentation; positive feedback and divergent development. In: American Economic Review. 63(02):366-384, mai. 1973.
- WEBER, Silke. Universidade, sinal fechado. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (33):3-28, mai. 1980.

BCME-BIBLIOTECA

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO: "MERCADO DE TRABALHO
PARA EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAPES/INEP

Centro de Sondagem Conjuntural

MERCADO DE TRABALHO
PARA EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR

BRASIL - 1982

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

- As Informações solicitadas neste questionário referem-se basicamente ao seu histórico educacional e ocupacional, além de alguns dados pessoais.
- A maioria das questões são pré-codificadas. Responda colocando no quadrinho à direita das alternativas o código correspondente à alternativa escolhida.

EXEMPLO: Quanto tempo você levou para conseguir seu primeiro emprego após concluir o curso universitário?

1. Já estava trabalhando
 2. Na época não estava procurando emprego 1
 3. Ainda não encontrei trabalho
 4. Menos de 2 meses
 5. De 2 a 6 meses
- etc.

Se você já estava trabalhando escreva "1" no quadrinho:

- Em alguns casos, pede-se indicar todas as alternativas que se aplicam. A resposta então será dada marcando com um "X" as alternativas escolhidas.

EXEMPLO: Porque você não está trabalhando? (Assinale todas as alternativas que se aplicam)

1. Não preciso trabalhar
 2. Estou estudando e prefiro dedicar-me exclusivamente aos estudos
 3. Tenho que cuidar da casa e das crianças
 4. Os empregos que poderia conseguir são pouco atraentes
 5. Fui despedido do emprego que tinha
- etc.

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

CURSO: _____ ANO: _____ Nº: _____

--	--	--	--

DADOS PESSOAIS

--	--	--	--

Q. 1 Sexo: 1. Masculino
2. Feminino

Q. 2 Idade _____ anos

Q. 3 Estado Civil: 1. Solteiro
2. Casado, ou outra forma de união
3. Desquitado, divorciado ou viúvo

ATENÇÃO: Procure caracterizar da forma mais precisa possível a ocupação e o cargo bem como as principais tarefas desempenhadas. Exemplo:

Ocupação: Professor de Ensino de 1º Grau

Atividades: Ministrar aula; participar de reuniões de planejamento dos cursos e programas; elaborar ou selecionar material didático.

Ocupação: Desenhista técnico

Atividades: Executar desenhos para projetos de engenharia, construção, máquinas, equipamentos ou instrumentos ou outros.

Caso possua mais de um emprego, refira-se àquele ao qual dedica mais tempo.

Q. 4 Ocupação que seu pai (ou responsável) exerce ou exerceu por mais tempo:

--	--	--	--	--	--

Descreva brevemente as atividades desempenhadas ou o cargo ocupado:

Q. 5 Indique o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis:

- 1. analfabeto
- 2. primário incompleto (ou alfabetizado)
- 3. primário completo
- 4. ginasial incompleto
- 5. ginasial completo
- 6. colegial, técnico ou normal incompleto
- 7. colegial, técnico ou normal completo
- 8. superior incompleto
- 9. superior completo

Pai Mãe

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

HISTÓRICO ESCOLAR

Q. 6 Escreva o nome e o local da Instituição onde você obteve o diploma de 2º Grau:

_____ Instituição _____ Local

Q. 7 Escreva o nome completo da Instituição em que você obteve seu diploma de graduação:

ATENÇÃO: Sempre que se faz referência ao "curso", entende-se o curso de graduação a que se refere este questionário.

Q. 8 Em que turno frequentou a maior parte do seu curso?

- 1. diurno
- 2. noturno

Q. 9 Data de início e conclusão do curso de graduação:

Início: _____ Conclusão: _____
mês ano mês ano

Q. 10 Indique em que medida as razões abaixo influenciaram a escolha de seu curso de graduação. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Nada
- 1 = Pouco
- 2 = Bastante
- 3 = Muito

- 1. adquirir conhecimentos específicos
- 2. aumentar cultura geral
- 3. incentivo da família ou amigos
- 4. conseguir promoção no emprego
- 5. maiores oportunidades no mercado de trabalho
- 6. possibilidade de conseguir maior renda nesta carreira
- 7. ausência de alternativa melhor no local onde morava
- 8. maior facilidade para ingressar no curso
- 9. por já exercer atividades relacionadas ou semelhantes
- 10. não podia deixar de trabalhar durante o curso
- 11. menor custo para realização do curso
- 12. outra. Especifique _____

ATENÇÃO: dentre as razões em que você assinalou 3 (Muito) envolva com um círculo o quadrinho da alternativa que julga mais importante.

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

Q. 11 Indique em que medida os fatores abaixo pesaram como dificuldade para você concluir seu curso. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Nada
- 1 = Pouco
- 2 = Bastante
- 3 = Muito

- 1. poucos recursos para custear o curso (mensalidades, livros e outros materiais)
- 2. professores desestimulantes
- 3. desinteresse pelo curso
- 4. dificuldade de aprovação em determinadas disciplinas
- 5. dificuldades de conciliar o curso com outras atividades (trabalho fora de casa, obrigações domésticas etc.)
- 6. falta de base no curso de nível médio
- 7. ter mudado de curso após o ingresso na universidade
- 8. outro (especifique) _____

ATENÇÃO: dentre os fatores em que você assinalou o código 3 (Muito) envolva com um círculo o quadrinho da alternativa que julga mais importante.

Q. 12 Indique como você se mantinha durante o curso universitário. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Não se aplica
- 1 = Meio Secundário
- 2 = Meio Principal

- 1. apoio dos pais ou responsáveis
- 2. apoio do cônjuge
- 3. bolsa de estudos
- 4. trabalho
- 5. crédito educativo
- 6. bolsa de trabalho/estágio
- 7. outras fontes (especifique)

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

HISTÓRICO OCUPACIONAL

- Se você nunca trabalhou passe para a QUESTÃO 31
- Leia o "ATENÇÃO" antes da questão 4

Indique, a seguir, a ocupação principal exercida em três momento de sua vida profissional: durante o curso, logo após formado e atualmente. Descreva brevemente as funções e atividades desempenhadas. Se não mudou de trabalho depois de formado escreva "o mesmo".

Q. 14 Ocupação durante a maior parte do curso: _____

Funções e Atividades desempenhadas: _____

BCME-BIBLIOTECA

--	--	--	--	--	--

Q. 15 Primeira ocupação após a conclusão do curso: _____

Funções e Atividades desempenhadas: _____

--	--	--	--	--	--

Q. 16 Ocupação atual ou mais recente: _____

Funções e Atividades desempenhadas: _____

--	--	--	--	--	--

Q. 17 Quanto tempo você levou para conseguir seu 1º trabalho após concluir o curso universitário?

1. Já estava trabalhando
2. Na época não estava procurando emprego
3. Ainda não encontrei trabalho
4. Menos de 2 meses
5. 2 a 6 meses
6. 7 meses a um ano
7. 1 a 2 anos
8. Mais de 2 anos

Q. 18 Tipo de Instituição onde trabalha ou trabalhou.	Durante a maior parte do curso	1º emprego após a conclusão do curso	Emprego atual ou mais recente
1. Governo Federal (Adm. direta, Fundação e Autarquia) 2. Governo Estadual ou Municipal (Adm. Fund. e Autarquia) 3. Empresa Pública ou de economia mista, até 50 empregados 4. Empresas Públicas ou de economia mista, mais de 50 empregados 5. Empresa privada, até 50 empregados 6. Empresa privada, com mais de 50 empregados 7. Autônomo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Q. 19 Setor onde exerce ou exerceu a Atividade Principal			
1. Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca 2. Extração vegetal ou mineral 3. Indústria de transformação 4. Construção civil 5. Serviços de utilidade pública (luz, água, transporte, comunicações, etc.) 6. Comércio varejista ou atacadista 7. Instituições de Créditos, Seguro, Administração de Imóveis, etc. 8. Serviços de Alojamento e Alimentação (hotéis, bares, etc.) 9. Serviços de reparação e conservação (máquinas, aparelhos, instalações, etc.) 10. Serviços Técnico-profissionais (jurídicos, de engenharia, consultoria, etc.) 11. Serviços médicos, odontológicos, veterinários 12. Serviços comunitários e sociais 13. Serviços de Diversão, Esporte, TV, etc. 14. Administração Pública, Defesa e Segurança Nacional 15. Outros Serviços 16. Ensino de 1º e 2º Grau 17. Ensino Superior 18. Organizações Internacionais e Representações Estrangeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Q. 20 Indique o quanto seu trabalho se relacionava ou relaciona com o seu curso superior. Use os seguintes códigos: 3 = Muito 2 = Bastante 1 = Pouco 0 = Nada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

BCME-BIBLIOTECA

Q. 21 Se seu trabalho atual ou mais recente está POUCO ou NADA relacionado ao curso marque com "X" todos os itens que se aplicam a seu caso.

- 1. não gostei das experiências que tive em meus trabalhos relacionados
- 2. desde meu primeiro trabalho desenvolvi interesses diferentes dos trabalhos relacionados com o curso
- 3. estou ligado à firma de minha família ou de minha propriedade
- 4. encontrei um trabalho que paga melhor
- 5. encontrei um trabalho com maiores oportunidades de ascensão funcional
- 6. fiz concurso para trabalho relacionado, mas não fui aprovado
- 7. queria trabalhar em tempo parcial ou com horário flexível
- 8. não consegui trabalho relacionado, embora o tivesse preferido
- 9. os trabalho relacionados exigem experiência anterior
- 10. não fui indicado por pessoas influentes
- 11. outros. Especificar. _____

ATENÇÃO: Envolve com um círculo o quadrinho referente ao item considerado mais importante.

Q. 22 Para o seu exercício profissional você considera importante o estágio supervisionado curricular realizado durante o seu curso?

- 1. Muito importante
- 2. Importante
- 3. Pouco ou nada importante
- 4. O currículo não exigia estágio supervisionado

— Se você atualmente não está trabalhando passe para a questão 25

Q. 23 Quantas horas você trabalha por semana? (tendo mais de um trabalho registre o total de horas trabalhadas)

_____ horas

Q. 24 Quantos trabalhos você tem

- 1. Um
- 2. Dois
- 3. Três ou mais

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

Q. 25 Indique como conseguiu ingressar no seu emprego atual ou mais recente (marque com "X" todos os itens que se aplicam)

- 1. Anúncio nos meios de comunicação
- 2. Agência de colocação e/ou associação de profissionais
- 3. Indicação ou convite de parentes ou amigos
- 4. Indicação de professores e/ou profissionais da área
- 5. Concurso ou seleção
- 6. Contato direto com o empregador
- 7. Na própria empresa ou instituição onde trabalhava, por ascensão ou promoção
- 8. Por estabelecer-me por conta própria

ATENÇÃO: Envolve com um círculo o quadrinho referente ao item considerado mais importante.

Q. 26 Há quanto tempo está (esteve) no seu emprego atual ou mais recente?

- 1. menos de 6 meses
- 2. 6 meses a 1 ano
- 3. mais de 1 até 2 anos
- 4. mais de 2 até 3 anos
- 5. mais de 3 até 4 anos
- 6. mais de 4 até 5 anos
- 7. mais de 5 anos
- 8. trabalho como autônomo

Q. 27 Indique em que medida os seguintes aspectos influenciaram na aquisição dos conhecimentos necessários a seu trabalho atual ou mais recente. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Nada
- 1 = Pouco
- 2 = Bastante
- 3 = Muito

- 1. conteúdo das disciplinas profissionalizantes obrigatórias do meu curso
- 2. conteúdo das outras disciplinas do meu curso
- 3. outro curso universitário
- 4. experiência de trabalho
- 5. atividades de extensão universitária
- 6. programas de treinamentos oferecidos pelo empregador
- 7. contatos com outras pessoas no trabalho (aprender vendo outras pessoas fazerem algo)
- 8. conteúdo de cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado)
- 9. estágio realizado durante o curso
- 10. Outro (Especifique) _____

ATENÇÃO: Dentre os aspectos em que você assinalou 3 (Muito), envolva com um círculo o quadrinho da alternativa que julga mais importante.

Q. 28 Após a conclusão do curso, quantas vezes você mudou o seu emprego principal?

- 1. nenhuma
- 2. uma
- 3. duas ou três
- 4. quatro ou mais

Q. 29 Indique o seu grau de satisfação em relação aos seguintes aspectos de seu emprego atual ou mais recente. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Insatisfeito
- 1 = Pouco satisfeito
- 2 = Bastante satisfeito
- 3 = Muito satisfeito

- 1. salário
- 2. ahonos, incentivos e outras vantagens
- 3. condições de trabalho (horário, local)
- 4. prestígio da instituição onde trabalha
- 5. variedade das atividades que desempenha
- 6. relacionamento pessoal no trabalho
- 7. competência de colegas
- 8. possibilidade de contatos com outros possíveis empregadores
- 9. estabilidade no emprego
- 10. oportunidade de treinamento oferecido pelo empregador
- 11. oportunidade de atuar com criatividade
- 12. oportunidade de utilizar os conhecimentos adquiridos na universidade
- 13. possibilidade de promoção
- 14. autonomia, independência
- 15. Outro. (Especifique): _____

ATENÇÃO: Dentre os aspectos em que você assinalou o código 3 (Muito Satisfeito), envolva com um círculo o quadrinho da alternativa que julga mais importante.

Q. 30 Em relação ao seu emprego atual ou mais recente, com quais das seguintes afirmações voce concorda? (Assinale com um "X" todas as que se aplicam ao seu caso).

- 1. Pessoas com escolaridade menor que a minha estão trabalhando em emprego igual ao que tenho
- 2. Pessoas com escolaridade menor que a minha estariam aptas a ter o mesmo emprego que tenho
- 3. Tenho as habilidades necessárias para desempenhar satisfatoriamente minhas atividades de trabalho
- 4. Dada minha formação e experiência considero-me "subempregado" ou "subutilizado" no meu trabalho
- 5. Se eu não tivesse frequentado a universidade, não seria capaz de atuar satisfatoriamente no meu trabalho
- 6. Tenho habilidades necessárias para desempenhar funções mais complexas que as que exerço atualmente.

NÃO ESCREVA
NA MARGEM
DIREITA

Q. 31 De modo geral, qual o seu grau de satisfação em relação as seguintes aspectos. Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Insatisfeito
- 1 = Pouco satisfeito
- 2 = Bastante satisfeito
- 3 = Muito satisfeito

- 1. vida em geral
- 2. vida familiar
- 3. qualidade das atividades de lazer
- 4. quantidade de tempo para atividades de lazer
- 5. quantidade de tempo para dedicação à família
- 6. cidade onde você mora
- 7. perspectivas de vida
- 8. o curso realizado na universidade

AS QUESTÕES 32 E 33 SÓ DEVERÃO SER RESPONDIDAS POR AQUELES QUE ATUALMENTE NÃO ESTÃO TRABALHANDO.

Q. 32 Há quanto tempo está procurando trabalho?

- 1. não estou procurando trabalho
- 2. menos de 2 meses
- 3. 3 a 6 meses
- 4. 7 meses a 1 ano
- 5. 1 a 2 anos
- 6. mais de 2 anos

Q. 33 Porque você não está trabalhando? (Assinale todas as que se aplicam a seu caso)

- 1. não preciso trabalhar
- 2. estou estudando e prefiro dedicar-me exclusivamente aos estudos
- 3. tenho que cuidar da casa e das crianças
- 4. os empregos que poderia conseguir são pouco atraentes
- 5. os empregos que poderia conseguir requerem mudança para outra cidade
- 6. fui despedido do emprego que tinha
- 7. estou aguardando emprego já confirmado
- 8. os empregadores rejeitam empregados como eu, devido à idade
- 9. os empregadores rejeitam empregados como eu, devido ao sexo
- 10. os empregadores rejeitam empregados como eu, por não ter experiência
- 11. Outros: (Especifique) (deficiência física, cor, nacionalidade, etc.).

ATENÇÃO: Envolve com um círculo o quadrinho da alternativa que julga mais importante

Q. 34 Como você avalia hoje o seu curso em relação aos seguintes aspectos? Responda cada item de acordo com os códigos seguintes:

- 0 = Deficiente
- 1 = Regular
- 2 = Bom
- 3 = Excelente

- 1. aquisição de conhecimentos úteis à atividade profissional
- 2. ampliação de conhecimentos gerais
- 3. desenvolvimento da capacidade de coordenar grupos de trabalho
- 4. desenvolvimento de minha capacidade de pensar criticamente
- 5. aperfeiçoamento de minha capacidade de cumprir normas e determinações
- 6. aumento da autoconfiança
- 7. aumento da perseverança (persistência, determinação)
- 8. aumento da criatividade
- 9. melhoria do relacionamento com as outras pessoas
- 10. Outro (Especifique) _____

ATENÇÃO: dentre os aspectos em que você assinalou 3 (Excelente), envolva com um círculo o quadrinho da alternativa que julga mais importante.

Q. 35 Assinale em que faixa se situa o total mensal dos seus rendimentos brutos provenientes do conjunto de suas atividades profissionais, em setembro de 1982. (Se recebe mais de 12 salários por ano, calcule a média mensal de seus rendimentos).

- 1. menos de Cr\$ 16.608,00
- 2. de Cr\$ 16.608,00 à Cr\$ 33.216,00
- 3. de Cr\$ 33.217,00 à Cr\$ 49.824,00
- 4. de Cr\$ 49.825,00 à Cr\$ 83.040,00
- 5. de Cr\$ 83.041,00 à Cr\$ 124.560,00
- 6. de Cr\$ 124.561,00 à Cr\$ 166.080,00
- 7. de Cr\$ 166.081,00 à Cr\$ 207.600,00
- 8. de Cr\$ 207.601,00 à Cr\$ 249.120,00
- 9. de Cr\$ 249.121,00 à Cr\$ 290.640,00
- 10. de Cr\$ 290.641,00 à Cr\$ 332.160,00
- 11. de Cr\$ 332.161,00 à Cr\$ 415.200,00
- 12. de Cr\$ 415.201,00 ou mais.

ANEXO II

NÍVEL HIERÁRQUICO DAS OCUPAÇÕES

ANEXO II

NÍVEL HIERÁRQUICO DAS OCUPAÇÕES

NÍVEL 1

1. ALTOS CARGOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS, PROPRIETÁRIOS DE GRANDES EMPRESAS E ASSEMELHADOS.
 - . Banqueiro
 - . Deputado
 - . Desembargador
 - . Diplomata
 - . Diretor superintendente de grande campanha (inclusive Banco) com 50 subordinados ou mais
 - . Dono de empresas comerciais ou equivalentes com 50 empregados ou mais
 - . Fazendeiro com 50 empregados ou mais
 - . General, Brigadeiro, Almirante
 - . Industrial com 100 empregados ou mais

NÍVEL 2

2. PROFISSIONAIS LIBERAIS, CARGOS DE GERÊNCIA OU DIREÇÃO, PROPRIETÁRIOS DE EMPRESAS DE TAMANHO MÉDIO.
 - . Comerciante - 11 a 49 empregados ou "muitos" empregados
 - . Corretor de imóveis com mais de 10 empregados ou "muitos" empregados
 - . Delegado de polícia
 - . Diretor de Repartição Pública
 - . Fazendeiro ou Pecuarista - 11 a 49 empregados ou "muitos" empregados

- . Fazendeiro ou Pecuarista, sem informação sobre o número de empregados
- . Fiscal de consumo
- . Fiscal de rendas estaduais - São Paulo
- . Gerente de banco
- . Gerente de Pessoal
- . Industrial ou dono de fábrica - 11 a 49 empregados ou "muitos" empregados
- . Industrial, sem informação sobre o número de empregados
- . Juiz - Promotor
- . Oficiais das Forças Armadas (exceto General, Brigadeiro, Almirante e Tenentes)
- . Prefeito - Vereador
- . Professor Universitário
- . Tabelião - Dono de Cartório - Escrivão de Cartório - Oficial maior

BCME-BIBLIOTECA

PROFISSÕES LIBERAIS E ASSEMELHADOS

- . Advogado
- . Agrônomo
- . Arquiteto
- . Dentista
- . Economista
- . Engenheiro
- . Engenheiro Químico
- . Farmacêutico (diplomado)
- . Médico
- . Veterinário

NÍVEL 3

3. POSIÇÕES MAIS BAIXAS DE SUPERVISÃO OU INSPEÇÃO DE OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS, PROPRIETÁRIOS DE PEQUENAS EMPRESAS CO-

MERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS, ETC.

- . Administrador de fazenda com mais de 10 empregados
- . Agente de correio (chefe de agência)
- . Agente de estatística
- . Aviador (sem especificar)
- . Bibliotecário
- . Caixa (bancário)
- . Chefe de escritório ou de Seção em Repartição Pública
- . Chefe de Pessoal
- . Chefe de Secretaria
- . Coletor estadual e federal
- . Comerciante imobiliário (conta própria)
- . Comerciante ou dono de Estabelecimento Comercial, com 2 a 10 empregados ou "alguns" ou "vários" empregados (inclusive "dono de hotel")
- . Comerciante (sem especificar)
- . Conferente de alfândega
- . Construtor (sem referência a número de empregados)
- . Contador, Contabilista, Guarda-Livros)
- . Corretor de imóveis (com 2 a 10 empregados)
- . Delegado Regional de Ensino (São Paulo)
- . Desenhista (empregado e conta própria)
- . Despachante (com mais de um empregado)
- . Dono de farmácia
- . Dono de máquina de café até cinco empregados
- . Escrevente de cartório
- . Forças Armadas - (Tenente e Sub-Tenente do Exército e equivalente na Aeronáutica e Marinha)
- . Industrial ou dono de fábrica (de 2 a 10 empregados)

- . Inspetor de Ensino (São Paulo)
- . Jornalista
- . Lançador de Prefeitura
- . Oficial de Marinha Mercante
- . Pastor protestante
- . Professor secundário, Diretor de escolas secundária
- . Proprietário (sem especificar "do que")
- . Proprietário rural - 2 a 10 empregados ou "vários" em empregados
- . Protético com um ou mais empregados
- . Químico Industrial (sem curso superior)
- . Representante de firma comercial - 2 a 10 empregados e sem referência a número de empregados
- . Tesoureiro
- . Topógrafo

NÍVEL 4

4. OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS DE ROTINA E ASSEMELHADOS

- . Apicultor
- . Administrador de fazenda (até 10 empregados)
- . Almojarife
- . Artista (sem especificar)
- . Auxiliar de Escritório
- . Bancário (sem especificar)
- . Caixa de firma comercial
- . Chefe de Estação de Estrada de Ferro
- . Comerciante (sem especificar e sem emprego)
- . Conferente (exceto conferente de alfândega - que fica na 3)
- . Corretor de imóveis com menos de 2 empregados

- . Datilógrafo
- . Despachante de Companhia de Aviação
- . Despachante sem empregado ou com um empregado
- . Dono de Estabelecimento Comercial sem empregado e com empregado
- . Escriturário
- . Escrivão de Polícia
- . Ferroviário (sem especificar)
- . Gerente de casa comercial de tamanho médio (2 a 10 su subordinados)
- . Locutor
- . Músico
- . Professor de música
- . Professor primário, Diretor de escola primária
- . Propagandista (empregado)
- . Protético sem empregados
- . Publicitário (sem especificar)
- . Radialista
- . Radiotelegrafista
- . Recepcionista
- . Repórter
- . Revisor
- . Sargento
- . Sitante proprietário (com empregado ou sem empregado)
- . Sitante (sem informação sobre o número de empregados)
- . Técnico de Laboratório
- . Vendedor de Firma
- . Vendedor de produtos farmacêuticos
- . Viajante comercial

NÍVEL 5

5. SUPERVISÃO DE TRABALHO MANUAL E OCUPAÇÕES ASSEMELHADAS

- . Agricultor (por conta própria) com um ou sem empregados
- . Apontador de obras
- . Artificios com 2 a 4 empregados
- . Chefe de estiva
- . Chefe de obras
- . Chefe de turma
- . Chefe de trem
- . Chefe de Secção (fábrica)
- . Contramestre
- . Cozinheiro (restaurante de 1^a classe)
- . Empreiteiro
- . Feitor ou Capataz
- . Fiscal de transporte coletivo
- . Guarda aduaneiro
- . Inspetor de Obras (não é engenheiro)
- . Inspetor de Polícia
- . Inspetor de Serviço (oficina mecânica-automóveis)
- . Mestre (indústria)
- . Mestre-de-obras

ECME-BIBLIOTECA

NÍVEL 6

6. OCUPAÇÕES MANUAIS ESPECIALIZADAS E ASSEMELHADAS

- . Agricultor - meeiro ou parceiro
- . Alfaiate
- . Barbeiro
- . Cabelereiro
- . Carpinteiro

- . Chacareiro
- . Chapeleiro
- . Cinegrafista
- . Cortador de luvas
- . Dono de banca de jornais e revistas
- . Dono de lenhadora
- . Dono de pensão
- . Dono de olaria
- . Dono de quitanda
- . Eletricista
- . Encanador ou Bombeiro
- . Feirante
- . Ferreiro
- . Fiscal de feira
- . Fotógrafo
- . Funileiro
- . Marceneiro
- . Mecânico
- . Motorista
- . Músico de banda
- . Operador de cinema
- . Ourives
- . Padeiro (distribuidor) por conta própria
- . Pedreiro
- . Pintor
- . Relojoeiro
- . Sapateiro
- . Seleiro
- . Serralheiro
- . Técnico de tecidos
- . Técnico de TV
- . Vidraceiro
- . Zelador de edifício

NÍVEL 7

7. OCUPAÇÕES MANUAIS NÃO ESPECIALIZADAS

- . Barqueiro

- . Carregador
- . Carroceiro
- . Cobrador de ônibus
- . Coletor de lixo
- . Cozinheiro
- . Dono de charrete
- . Entregador
- . Foguista
- . Guarda noturno
- . Lavrador (sem empregados)
- . Lustrador
- . Marinheiro
- . Motorneiro
- . Pedreiro - Auxiliar
- . Pescador
- . Poceiro
- . Porteiro
- . Tintureiro (sem empregados)
- . Trabalhador rural
- . Vendedor ambulante
- . Militar, soldado

NÍVEL 8

8. INAPTO OU PRENDAS DOMÉSTICAS

BCME-BIBLIOTECA

ANEXO III

ENSINO DE GRADUAÇÃO: NÚMERO DE CURSOS, MATRÍCULA
E CONCLUSÕES, NAS IES PESQUISADAS

ANEXO III

ENSINO DE GRADUAÇÃO: NÚMERO DE CURSOS, MATRÍCULA
E CONCLUSÕES, NAS IES PESQUISADAS

- 1 9 8 0 -

I N S T I T U I Ç Õ E S	NÚMERO DE CURSOS DE GRAD.	NÚMERO DE ALUNOS	CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO
<u>REGIÃO SUL</u>			
<u>I Públicas</u>			
01. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	40	16.222	1.956
02. Univ. Fed. de Pelotas	19	4.252	638
03. Fund. Univ. Fed. do Rio Grande	20	3.501	368
04. Univ. Fed. do Paraná	42	14.794	1.908
<u>II Particulares</u>			
01. Pont. Univ. Catól. do RS	30	19.737	3.160
02. Univ. Catól. de Pelotas	24	5.597	541
03. Univ. Vale do Rio dos Sinos	25	23.365	1.123
04. Univ. de Caxias do Sul	29	8.072	760
05. Univ. de Passo Fundo	31	5.751	899
06. Centro de E.S. de Erechim	05	1.157	125
07. Centro de E.S. de Santana do Livramen to	03	621	51
08. Facs. Integradas de Sto. Angelo	14	1.435	209
09. Facs. Integradas de Sta. Cruz do Sul	10	1.446	372
10. Fac.de Fil.Ciênc. Letras de Alegrete	07	923	216
11. Fac. de Adm. de Três de Maio	01	156	30
12. Fed.dos Estabs.E.S. de Novo Hamburgo	08	1.956	183
13. Fac. Fil. Ciênc. e Letras D. Bosco	07	964	206
14. Fac. Camaquense de C. Cont. e Adminis trativas	02	242	24
15. Fac.Fil.Ciênc. e Letras de Uruguaiiana	06	620	99
<u>REGIÃO SUDESTE</u>			
01. Univ. Fed. Fluminense	31	20.355	2.156
02. Univ. Estadual do Rio de Janeiro	33	9.201	1.431
03. Univ. Fed. de Viçosa - MG	21	4.052	372
04. Univ. Fed. de São Carlos - SP	16	2.181	217
<u>REGIÃO NORDESTE</u>			
01. Univ. Fed. do Ceará	34	16.913	1.682
02. Univ. Fed. do Piauí	37	6.777	794
03. Univ. Fed. do Rio Grande do Norte	63	11.430	1.406
04. Univ. Fed. da Paraíba	64	20.335	2.549

ANEXO IV

NÚMERO DE CONCLUDENTES, SEGUNDO O CURSO DE GRADUAÇÃO
E O ANO DE CONCLUSÃO, NAS IES PESQUISADAS

ANEXO IV

NÚMERO DE CONCLUDENTES, SEGUNDO O CURSO DE GRADUAÇÃO
E O ANO DE CONCLUSÃO, NAS IES PESQUISADAS

IES / CURSO	ANO DE CONCLUSÃO				TOTAL DE CONCLUDENTES
	1972	1975	1978	1980	
<u>I. BIOLOGIA</u>					
01. Univ. Fed. Rio G. do Sul	41	33	-	22	96
02. Fund. Univ. do Rio Grande	-	-	-	05	05
03. Pontifícia Univ. Cat. RS	-	-	74	63	137
04. Univ. Vale do Rio dos Sinos	-	24	28	13	65
05. Univ. de Caxias do Sul	-	-	-	18	18
06. Univ. Católica de Pelotas	-	-	-	05	05
07. Univ. de Passo Fundo	-	24	23	58	105
08. Facs. Integr. de Sta. Cruz do Sul	-	-	20	48	68
09. Fac. Fil. Ciênc. Letras Alegrete	-	-	11	17	28
10. Univ. Fed. do Paraná	28	25	13	07	73
11. Univ. Est. do Rio de Janeiro	18	24	26	21	89
12. Univ. Fed. de São Carlos - SP	-	17	27	35	79
13. Univ. Fed. de Viçosa - MG	-	04	06	01	11
14. Univ. Fed. do Ceará	-	12	08	09	29
15. Univ. Fed. do Rio G. do Norte	-	25	18	11	54
16. Univ. Fed. da Paraíba	-	-	-	14	14
<u>II. MEDICINA</u>					
01. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	138	146	-	178	462
02. Fund. Univ. do Rio Grande	48	73	54	46	221
03. Univ. Fed. de Pelotas	60	66	65	73	264
04. Pontifícia Univ. Católica - RS	-	70	62	70	202
05. Univ. de Caxias do Sul	-	41	58	54	153
06. Univ. Católica de Pelotas	55	67	87	78	287
07. Univ. de Passo Fundo	-	47	-	47	94
08. Univ. Fed. do Paraná	235	185	154	173	747
09. Univ. Fed. Fluminense	197	230	221	184	832
10. Univ. Est. do Rio de Janeiro	131	137	122	126	516
11. Univ. Fed. do Ceará	139	196	179	198	712
12. Univ. Fed. do Piauí	-	32	64	49	145
13. Univ. Fed. do Rio G. do Norte	44	88	96	92	320
14. Univ. Fed. da Paraíba	152	258	296	193	899
<u>III. EDUCAÇÃO</u>					
01. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	23	52	-	87	162
02. Fund. Univ. do Rio Grande	-	24	45	29	98
03. Pontifícia Univ. Católica - RS	52	132	135	190	509
04. Univ. do Vale do Rio dos Sinos	-	23	58	56	137
05. Univ. de Caxias do Sul	04	86	393	106	589

ANEXO IV - (CONTINUAÇÃO)

06. Univ. Católica de Pelotas	22	28	24	25	99
07. Univ. de Passo Fundo	-	70	143	69	282
08. Fed. Estab. E.S. de Novo Hamburgo	-	25	60	56	141
09. Facs. Integr. de Sta. Cruz do Sul	-	60	68	64	192
10. Fac. Fil. Ciênc. Letras de Alegrete	-	74	28	33	135
11. Fac. Fil. Ciênc. Letras Uruguaiana	10	70	61	01	142
12. Centro de E.S. Santana do Livramento	40	50	47	51	188
13. Facs. Integr. de Sto. Angelo	-	37	39	31	107
14. Fac. Fil. Ciênc. Letras D. Bosco	-	-	-	100	100
15. Centro de E.S. De Erechim	-	-	-	44	44
16. Univ. Fed. do Paraná	70	113	31	43	257
17. Univ. Fed. Fluminense	30	97	86	75	288
18. Univ. Est. do Rio de Janeiro	29	92	66	66	253
19. Univ. Fed. de Viçosa	-	10	42	19	71
20. Univ. Fed. de São Carlos	-	10	13	43	66
21. Univ. Fed. do Ceará	27	30	53	65	175
22. Univ. Fed. do Piauí	-	43	143	191	377
23. Univ. Fed. da Paraíba	57	46	130	126	359

IV. ADMINISTRAÇÃO

01. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	96	124	-	131	351
02. Fund. Univ. do Rio Grande	-	-	13	05	18
03. PUC/RS	109	128	118	112	467
04. Univ. Vale do Rio dos Sinos	-	46	68	52	166
05. Univ. de Caxias do Sul	37	52	36	41	166
06. Univ. Catól. de Pelotas	15	55	27	47	144
07. Univ. de Passo Fundo	-	71	39	37	147
08. Fed. dos Estab. E.S. Novo Hamburgo	-	14	01	05	20
09. Facs. Integr. Sta. Cruz do Sul	-	31	40	18	89
10. Fac. Fil. Ciênc. Letras de Alegrete	-	19	23	24	66
11. Fac. Fil. Ciênc. Letr. Uruguaiana	-	-	30	24	54
12. Cent. E.S. Santana do Livramento	-	-	38	20	58
13. Facs. Integr. de Sto. Angelo	-	-	37	20	57
14. Fac. Camaquense C. Contab. e Administrativas	-	-	13	08	21
15. Fac. de Adm. de Três de Maio	-	40	22	30	92
16. Centro de E.S. de Erechim	-	-	-	31	31
17. Univ. Fed. do Paraná	83	46	40	14	183
18. Univ. Fed. Fluminense	-	12	65	52	129
19. Univ. Est. do Rio de Janeiro	75	18	49	38	180
20. Univ. Fed. de Viçosa	-	-	-	10	10
21. Univ. Fed. do Piauí	10	13	25	18	66
22. Univ. Fed. do Rio Grande do Norte	-	50	49	30	129
23. Univ. Fed. da Paraíba	28	48	137	130	343

ANEXO V

NÚMERO DE RESPONDENTES E PERCENTUAL EM RELAÇÃO
ÀS CONCLUSÕES, NAS IES PESQUISADAS

ANEXO V

NÚMERO DE RESPONDENTES E PERCENTUAL EM RELAÇÃO
ÀS CONCLUSÕES, NAS IES PESQUISADAS

INSTITUIÇÕES	BIOLOGIA		MEDICINA		EDUCAÇÃO		ADMINISTRAÇÃO		TOTAL	
	Nº DE CASOS	%	Nº DE CASOS	%	Nº DE CASOS	%	Nº DE CASOS	%	Nº DE CASOS	%
<u>REGIÃO SUL</u>	235	39.2	909	37.4	1.245	39.1	1.018	47.8	3.407	40.8
<u>I Públicas</u>	82	47.1	596	35.2	350	67.7	278	50.4	1.306	44.5
01. Univ. Fed. do Rio G. do Sul	45	46.9	237	51.3	106	65.4	199	56.7	587	54.8
02. Univ. Fed. de Pelotas	-	-	48	18.2	-	-	-	-	48	18.2
03. Fund. Univ. de Rio Grande	4	80.0	106	48.0	56	57.1	9	50.0	175	51.2
04. Univ. Fed. do Paraná	33	45.2	205	27.4	188	73.2	70	38.3	496	39.4
<u>II Particulares</u>	153	35.9	313	42.5	895	33.6	740	46.9	2.101	38.9
01. Pontifícia Universidade Católica - RS	49	35.8	94	46.5	154	30.3	211	45.2	508	38.6
02. Univ. Católica de Pelotas	1	20.0	117	40.8	58	58.6	88	61.1	264	49.3
03. Univ. do Vale do Rio dos Sinos	6	9.2	-	-	47	34.3	49	29.5	102	27.7
04. Univ. de Caxias do Sul	17	94.4	47	30.7	137	23.3	108	65.1	309	33.4
05. Univ. de Passo Fundo	40	38.1	55	58.5	81	28.7	56	38.1	232	36.9
06. Centro de E.S. de Erechim	-	-	-	-	16	36.4	14	45.2	30	40.0
07. Centro de E.S. de S. Livramento	-	-	-	-	135	71.8	40	69.0	175	71.1
08. Facs. Integr. de Santo Ângelo	-	-	-	-	22	20.6	21	37.0	43	26.2
09. Facs. Integr. de Sta. Cruz do Sul	26	38.2	-	-	49	25.5	29	32.6	104	29.8
10. Fac. Fil. Ciênc. e Letras de Alegrete	14	50.0	-	-	49	36.3	10	15.2	73	31.9
11. Fac. de Adm. de Três de Maio	-	-	-	-	-	-	90	97.8	90	97.8
12. Fed. dos Estabs. de E.S. de N. Hamburgo	-	-	-	-	83	58.9	13	65.0	96	59.6
13. Fac. Fil. Ciênc. e Letras Dom Bosco	-	-	-	-	40	40.0	-	-	40	40.0
14. Fac. Camaquense de C. Cont. e Administrativas	-	-	-	-	-	-	11	52.4	11	52.4
15. Fac. Fil. Ciênc. e Letras de Uruguaiana	-	-	-	-	24	16.9	-	-	24	16.9
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	110	61.5	484	35.9	336	49.6	147	46.1	1.077	42.7
01. Univ. Fed. Fluminense - RJ	-	-	260	31.3	126	43.7	55	42.6	441	35.3
02. Univ. Estadual do Rio de Janeiro	49	55.1	224	43.4	101	40.0	86	47.8	460	44.3
03. Univ. Fed. de Viçosa - MG	5	45.5	-	-	57	80.3	6	60.0	68	73.9
04. Univ. Fed. de São Carlos - SP	56	70.9	-	-	52	78.8	-	-	108	74.5
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	46	47.4	749	36.1	339	37.3	180	33.5	1.314	36.3
01. Universidade Federal do Ceará	21	72.4	529	74.3	135	77.2	-	-	685	74.8
02. Universidade Federal do Piauí	-	-	32	22.1	93	24.9	15	22.7	140	23.8
03. Universidade Federal do Rio Grande do Norte	20	37.0	39	12.2	-	-	32	24.8	91	18.1
04. Universidade Federal da Paraíba	5	35.7	149	16.6	111	30.9	133	38.8	398	24.6
TOTAL GERAL	391	44.6	2.142	36.6	1.920	40.2	1.345	45.0	5.798	40.0

FONTE: CAPES, Relatório Final das IES e Pesquisa Básica.